

**UNIVERSIDADE VILA VELHA – ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**COMUNICAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS  
DO FOMENTO PÚBLICO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**THAÍSSA DILLY ALVES**

**VILA VELHA/ES**  
**JULHO/ 2014**

**UNIVERSIDADE VILA VELHA – ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**COMUNICAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS  
DO FOMENTO PÚBLICO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada a Universidade Vila Velha - ES, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política.

Linha de pesquisa: políticas públicas e questões contemporâneas

Orientador: Prof. Dr. Irineu Francisco Barreto Junior.

**THAÍSSA DILLY ALVES**

**VILA VELHA/ES**

**JULHO/ 2014**

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

A474c Alves, Thaíssa Dilly.

Comunicação pública e políticas de ciência, tecnologia e inovação: análise das estratégias comunicacionais do fomento público no Estado do Espírito Santo / Thaíssa Dilly Alves. – 2014.

189 f.: il.

Orientador: Irineu Francisco Barreto Junior.

Dissertação (mestrado em Sociologia Política) - Universidade Vila Velha, 2014.

Inclui bibliografias.

1. Comunicação e políticas públicas. 2. Ciência e tecnologia. 3. Inovações tecnológicas. I. Barreto Junior, Irineu Francisco. II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 302.2

**THÁISSA DILLY ALVES**

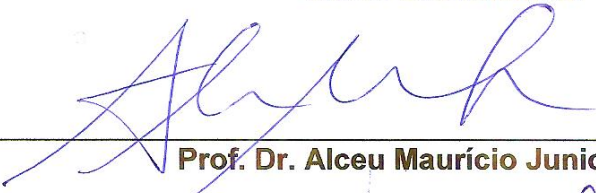
**COMUNICAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS  
DO FOMENTO PÚBLICO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

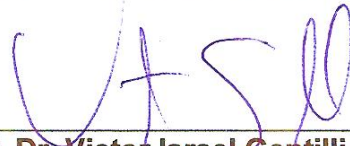
Dissertação apresentada a Universidade Vila Velha - ES, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política.

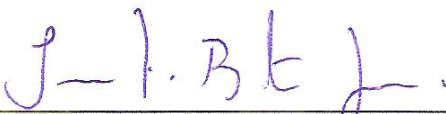
Linha de pesquisa: políticas públicas e questões contemporâneas

Aprovada em: 29 de Julho de 2014.

Banca Examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Alceu Maurício Junior (UVV)**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Victor Israel Gentilli (UFES)**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Irineu Francisco Barreto Jr. (orientador)**

Dedico este trabalho acadêmico, científico e intelectual aquelas pessoas que sempre acreditaram no meu potencial e confiaram em mim plenamente, em especial aos meus pais tão amados.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus por me fazer forte para enfrentar as adversidades da vida e pela infinita paciência que me acalma nos momentos mais tensos; pela fé e perseverança que me guiam todos os dias; e por Ele sempre iluminar o meu caminho e proteger os meus passos.

À minha família, principalmente, aos meus amados pais, Inexcelsis e José Luiz Alves, por confiarem e acreditarem sempre nos meus sonhos; pelo especial carinho e paciência ao longo desses últimos dois anos; e pelo infinito amor e bondade em todos os momentos da minha vida. A vocês, minha eterna gratidão.

Ao meu querido orientador, Irineu Francisco Barreto Jr., não há palavras para expressar tamanha gratidão, por você acreditar no meu projeto e me “adotar” no meio do percurso; pelas suas palavras de incentivo e confiança que nunca me deixaram desanimar; por todas as dicas, conselhos e experiências compartilhadas ao longo desses meses; enfim, por se doar mais do que um professor e ser um amigo tão querido.

Ao coordenador Márcio Carneiro dos Reis, pelos conselhos e livros emprestados; e por toda orientação e dedicação durante os dois anos de mestrado.

À minha querida (ex-chefinha), Mirela Adams, sem o seu apoio não teria sido possível o meu ingresso ao curso; além disso, o meu tempo de trabalho na Prefeitura de Vila Velha/ES foi um, de tantos motivos, para realizar o mestrado.

À FAPES, por ter possibilitado e financiado esta pesquisa; e aos gestores e beneficiários desta agência de fomento, por tornarem tão agradáveis as tarefas durante a pesquisa de campo.

Aos meus amigos, especialmente Juliano Bolzan e Eliana Rangel, muito obrigada pela força e pelo companheirismo em tantos momentos difíceis; e por abrirem suas casas para mim.

Aos professores Alceu Maurício Jr. e Victor Gentilli pela colaboração com revisão e dicas durante - e depois - de participarem da minha Banca de Qualificação.

Aos estagiários do mestrado e iniciação científica, Caio Loureiro e Bruna Bremenkamp, por se dedicarem a participar na apresentação deste projeto durante a 10ª Semana Estadual de Ciência e Tecnologia no Espírito Santo (2013).

As pessoas que me apoiaram e desse modo incluem Lorena Meireles, Jeniffer Trindade, Edyvar Guimarães, Moara Lacerda, e Sandro de Souza.

Gostaria de agradecer também aos meus professores e colegas de turma; nós rimos, choramos e tomamos muito café ao pé de conversas maravilhosas.

“No estado primitivo de nossos conhecimentos, não existe nenhuma divisão regular em nossos trabalhos intelectuais. Todas as ciências são cultivadas simultaneamente pelos mesmos espíritos” (COMTE, 1978, p.11).

**LISTA DE FOTOGRAFIAS**

Fotografia 1 - Vista da Ilha da Fumaça, antigo armazém de café da família Orlando Guimarães, localizada na Baía de Vitória/ES (1928). .....	106
Fotografia 2 - Construção dos primeiros armazéns do Porto de Vitória/ES (1929). 106	
Fotografia 3 - Grupo de tropeiros em Santa Teresa/ES (1910).....	108
Fotografia 4 - Vista panorâmica da Baía de Vitória, onde se vê o Porto de Paul, o Porto de Vitória e o Centro de Vitória (1961). .....	109
Fotografia 5 - Porto de Vitória. Pátio para estocagem de produtos siderúrgicos (1964). .....	109



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Articulação da política de CT&I com as principais políticas de Estado e a integração dos atores.....	86
Tabela 2 - Diretrizes do Governo Federal. ....	88
Tabela 3 - Mapa Estratégico da ENCTI 2012-2015.....	88
Tabela 4 - Valores de notas 'máxima' e 'obtida' pelos Portais da FAPES.....	156

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Resumo do relatório referente Portal da FAPES. ....	155
Gráfico 2 - Resumo do relatório referente ao Portal de Acesso à Informação da FAPES. ....	156
Gráfico 3 - Nível de presença de informação. ....	157
Gráfico 4 - Nível de presença de ferramentas. ....	158
Gráfico 5 - Qualidade na informação. ....	159
Gráfico 6 - Qualidade do conteúdo. ....	160
Gráfico 7 - Organização da informação. ....	160
Gráfico 8 - Interpretação do texto. ....	161
Gráfico 9 – Pesquisa de Opinião. ....	161
Gráfico 10 - Atualização de conteúdo. ....	162

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Taxa de crescimento populacional no Brasil entre 2000 e 2010. ....	101
Mapa 2 - Densidade Demográfica por Macrorregião no ano de 2010. ....	104
Mapa 3 - Carta corográfica da província do Espírito Santo - ES (1861). ....	105
Mapa 4 - Mapa da Região Metropolitana da Grande Vitória com delimitação dos municípios. ....	111

## LISTA DE ABREVIATURAS

- APP – Análise de Políticas Públicas
- C&T – Ciência e Tecnologia
- CCA – Centro de Ciências Agrárias
- CCAF – Conselho Científico-administrativo
- CEET – Centros Estaduais de Educação Técnica
- CET – Conselho Estadual do Trabalho
- CF - Constituição Federal
- CGU – Controladoria-Geral da União
- CNCT – Conferências Nacionais de Ciência e Tecnologia
- COINTEC – Conselho Estadual Integrado de Educação Profissional do Espírito Santo
- CONSITEC - Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia
- CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão
- CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação
- CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
- EaD – Educação à Distância
- E-Gov – Governo por meio eletrônico
- ENCTI – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
- ES – Espírito Santo
- FAP – Fundações de Amparo à Pesquisa
- FAPES – Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo
- FDV – Faculdade de Direito de Vitória
- FUNCITEC – Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia
- GECAP – Gerência de Ensino Superior e Capacitação de Recursos Humanos
- GECON – Gerência de Gestão de Contratos e Convênios
- GEDES – Gerência de Educação para o Desenvolvimento Social
- GEFUNCI – Gerência de Gestão do Funcitec
- GEINOV – Gerência de Inovação e Relações com o Setor Produtivo
- GEPED – Gerência de Pesquisa e Difusão
- GERAD – Gerência Administrativa
- I&D – Investigação e Desenvolvimento

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior  
LAI – Lei de Acesso à Informação  
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia  
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
MEC – Ministério da Educação  
NTICs – Novas Tecnologias da Informação e Comunicação  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento  
PACTI – Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010  
PBDCTs – Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológicos  
PITCE – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior  
PPGSP – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política  
PPP – Programa Primeiros Projetos  
PROFIC – Programa de Formação Inicial e Continuada  
PRONATEC – Programa Qualifica Trabalhador e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PROUNI – Programa Universidade para Todos  
PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
RMGV - Região Metropolitana da Grande Vitória  
SECT - Secretaria da Ciência e Tecnologia  
SECTTI - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho  
TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação  
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo  
UVV – Universidade Vila Velha/ES  
WWW – *World Wide Web*

## RESUMO

ALVES, Thaíssa Dilly. Universidade Vila Velha – ES, julho de 2014. **Comunicação pública e políticas de ciência, tecnologia e inovação: análise das estratégias comunicacionais do fomento público no Estado do Espírito Santo.** Orientador: Irineu Francisco Barreto Junior.

O desenvolvimento da chamada Sociedade da Informação denota novos desafios e oportunidades para a administração pública, principalmente no que se refere ao progresso da tecnologia e inovação no país – áreas de suma importância para o crescimento da economia nacional. Assim, o presente trabalho surgiu da necessidade de discutir o papel e importância da comunicação de uma agência estatal para fortalecimento de políticas públicas voltadas ao fomento da pesquisa e inovação no Estado do Espírito Santo (BRA). Trata-se de um processo de comunicação a ser construído e mantido pelo Estado, tendo em vista o desenvolvimento científico-tecnológico e inovador de sua população. De modo que a pesquisa tem por objetivo: desenvolver análise sobre as estratégias comunicacionais das Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Espírito Santo, por meio de um estudo de caso em agência de fomento; a fim de avaliar se tais ações estão em consonância com os objetivos gerais e diretrizes da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Para desenvolvimento dessa pesquisa, serão concretizadas três fases, sendo: 1) pesquisa bibliográfica e com base em dados secundários, 2) pesquisa documental, e, por último, 3) a pesquisa de campo. Além de utilizar métodos quantitativos e qualitativos para análise dos dados. Observa-se também que, devido aos avanços nas tecnologias da informação e comunicações, o poder público adquire novas formas e meios de se comunicar com a sociedade, renovando um dos principais aspectos do Estado democrático em que vivemos: a participação da sociedade civil nos assuntos políticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação Pública; Políticas Públicas, Ciência e Tecnologia; Inovação Tecnológica; Estado e Sociedade.

## ABSTRACT

ALVES, Thaíssa Dilly. Universidade Vila Velha - ES, July 2014. **Public Communication and Policies for Science, Technology and Innovation:** analysis of communication strategies of public support in the state of Espírito Santo. Advisor: Irineu Francisco Barreto Junior.

The development of the so-called Information Society denotes new challenges and opportunities for public administration, especially with regard to the progress of technology and innovation in the country - areas critical to the growth of the national economy. Thus, this work emerged from the need to discuss the role and the importance of communication in a state agency set for strengthening public policy aimed at fostering research and innovation in the state of Espírito Santo (BRA). Such matter refers to a communication process to be built and maintained by the State, due to the scientific, technological and innovative development of its population. Hence, this research seeks to: develop an analysis of the communication strategies of Public Policies for Science, Technology and Innovation (STI) in the state of Espírito Santo, through a case study of a development agency; the goal is to assess whether such actions are consistent with the overall and strategic objectives of the Law on Access to Information (Law nº 12.527/2011). To develop this research, three phases will be implemented, namely: 1) bibliographic research as well as research based on secondary data, 2) documentary survey and, finally, 3) field research. In addition, quantitative and qualitative methods for data analysis will also be used. It is also observed that due to advances in information and communication technologies, the government acquires new ways and means to communicate with society, renewing one of the main aspects of the democratic state in which we live in: the participation of civil society in political issues.

**KEYWORDS:** Public Communication; Public Policy, Science and Technology; Technological Innovation; State and Society.

## SUMÁRIO

LISTA DE FOTOGRAFIAS .....	VIII
LISTA DE TABELAS .....	IX
LISTA DE GRÁFICOS .....	X
LISTA DE MAPAS.....	XI
LISTA DE ABREVIATURAS .....	XII
RESUMO .....	XIV
ABSTRACT .....	XV
INTRODUÇÃO .....	20
<i>Objetivos e Justificativa</i> .....	23
<i>Metodologia</i> .....	28
1. MARCOS TEÓRICOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE A ERA DA INFORMAÇÃO.....	29
1.1. <i>Tecnologia, sociedade e transformação histórica</i> .....	29
1.1.1. <i>A comunicação globalizada e a nova economia</i> .....	36
1.2. <i>Inovação e o papel do estado na Era da Informação</i> .....	41
1.2.1. <i>Pesquisa e Desenvolvimento (P&amp;D) na Era da Informação</i> .....	49



	17
2. COMUNICAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA: TEORIA E PRÁTICA .....	52
2.1. <i>De qual comunicação estamos falando</i> .....	52
2.2. <i>A singularidade da comunicação pública</i> .....	58
2.3. <i>O que, de fato, é accountability</i> .....	64
2.4. <i>Transparência e o direito de acesso á informação</i> .....	68
3. POLÍTICAS DE INCENTIVO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I): CONCEITOS E APLICAÇÕES .....	73
3.1. <i>A política pública como um campo multidisciplinar</i> .....	73
3.2. <i>O conceito de política pública</i> .....	80
3.3. <i>As políticas promotoras de CT&amp;I no Brasil</i> .....	84
4. ESTUDO DE CASO .....	90
4.1. <i>Metodologia e análise da pesquisa</i> .....	90
4.1.1. <i>Pesquisa bibliográfica</i> .....	90
4.1.2. <i>Análise documental</i> .....	92
4.1.3. <i>Estudo de caso</i> .....	94
4.1.4. <i>Entrevista em profundidade</i> .....	98
4.2. <i>Desenvolvimento brasileiro: desafios e perspectivas</i> .....	100
4.2.1. <i>Evolução econômica do Estado do Espírito Santo</i> .....	103
4.3. <i>O caso da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES)</i>	

	18
4.3.1. <i>A organização capixaba do sistema estadual de CT&amp;I</i> .....	112
4.3.2. <i>Contextualização: origem e história da FAPES</i> .....	114
4.4. <i>Pesquisa de campo</i> .....	119
4.4.1. <i>O processo de entrevistas</i> .....	119
4.4.2. <i>O grupo investigado</i> .....	119
4.4.3. <i>Os sujeitos entrevistados</i> .....	120
4.5. <i>Os atores: experiências e expectativas</i> .....	122
4.5.1. <i>Primeira categoria de análise: sobre a Relação entre a FAPES e a Sociedade Capixaba</i> .....	122
4.5.2. <i>Segunda categoria de análise: sobre Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&amp;I)</i> .....	138
4.5.3. <i>Terceira categoria de análise: sobre Acesso à Informação</i> .....	142
4.5.4. <i>Quarta categoria de análise: sobre a Participação Social</i> .....	149
4.6. <i>Os portais de acesso à informação e comunicação da FAPES</i> .....	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	166
ANEXO I .....	176
ANEXO II .....	178
ANEXO III .....	180

ANEXO IV .....	181
ANEXO V .....	182
ANEXO VI .....	183
ANEXO VII .....	184
ANEXO VIII .....	185
ANEXO IX .....	186
ANEXO X .....	187
ANEXO XI .....	188
ANEXO XII .....	189
ANEXO XIII .....	190

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da chamada Sociedade da Informação denota novos desafios e oportunidades para a administração pública, principalmente no que se refere ao progresso da tecnologia e inovação no país – áreas de suma importância para o crescimento da economia nacional. Observa-se também que, devido aos avanços nas tecnologias da informação e comunicações, o poder público adquire novas formas e meios de se comunicar com a sociedade, renovando um dos principais aspectos do Estado democrático em que vivemos: a participação da sociedade civil nos assuntos políticos. Assim, entende-se que a comunicação pública, por ser um processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado e sociedade, se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública.

Esta pesquisa surgiu da necessidade de discutir o papel e importância da comunicação de uma agência estatal para fortalecimento de políticas públicas voltadas ao fomento da pesquisa e inovação no Espírito Santo. Isso porque o Portal do Governo do Estado do Espírito Santo (s.d.)<sup>1</sup> considera que, atualmente, entre os grandes desafios do Estado estão: 1) a utilização de CT&I como propulsor de soluções e novos negócios, e 2) a sua difusão nos âmbitos regional e local. No primeiro caso, é preciso que sejam analisadas as políticas públicas de CT&I e, por conseguinte, feita uma avaliação de efetividade; quanto ao último desafio, há que se analisar a comunicação entre Estado e sociedade capixaba.

Para realização desta pesquisa, será feito um estudo de caso na Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), órgão vinculado a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Espírito Santo (SECTTI), cuja missão é fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado, por meio da concessão de recursos financeiros para projetos, bolsas e auxílios visando o apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação e à formação de recursos humanos. A fim de delimitar o estudo, optou-se por escolher, dentre as gerências de execução programática da FAPES, apenas três: 1) Gerência de Ensino Superior e Capacitação de Recursos Humanos (GECAP), 2) Gerência de Pesquisa e Difusão (GEPED) e a 3) Gerência de Inovação e Relações com o Setor Produtivo (GEINOV). Isso porque

---

<sup>1</sup> CIÊNCIA, Tecnologia e Inovação. **Portal do Governo do Estado de Espírito Santo**, Vitória. [s.d.] Disponível em: <[http://www.es.gov.br/InvistaES/Paginas/inova\\_tecnologia.aspx](http://www.es.gov.br/InvistaES/Paginas/inova_tecnologia.aspx)> Acesso em: 14 ago. 2013.

todas possuem como foco políticas públicas voltadas à promoção da ciência, tecnologia e inovação no Espírito Santo.

A presente pesquisa ressalta também a importância da comunicação para o setor da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I); em vista do entendimento que a comunicação científica engloba uma variada gama de atividades e estudos cujo objetivo maior é criar canais de integração da ciência com a vida cotidiana das pessoas (DUARTE, 2012). Isto é, deve-se despertar o interesse da opinião pública em geral pelos assuntos da ciência, tecnologia e inovação, buscando encontrar respostas para a curiosidade em compreender a sua natureza. De modo que existe uma vertente teórica contemporânea que apresenta a comunicação pública identificada com a comunicação do Estado e/ou governamental; partindo desse pressuposto, entende-se que é de responsabilidade da FAPES estabelecer um fluxo informativo e comunicativo com a população beneficiada por suas políticas públicas. Da mesma forma em que a comunicação rural desenvolveu metodologias e estratégias apropriadas de comunicação para o homem do campo e sua família e, também, na saúde pública o uso pedagógico da comunicação foi determinante para a melhoria das condições de vida; trata-se, portanto aqui, de um processo de comunicação construído e mantido pelo Estado, tendo em vista o desenvolvimento científico-tecnológico e inovador do país e de sua população.

As novas tecnologias de comunicação possibilitam uma alteração nos padrões de relacionamento dos governos com os seus cidadãos. Trata-se de uma nova demanda para a administração pública contemporânea que, de modo voluntário ou reagindo a estímulos, deve sensibilizar-se com essas mudanças. Assim, o desenvolvimento de uma Sociedade da Informação, conforme apontam os autores conceituados, se reflete na gestão pública e vice versa. A partir da temática abordada, observam-se as seguintes perguntas-problema desta pesquisa:

De acordo com as teorias sociológicas que tratam da inauguração de uma nova era denominada Sociedade da Informação, estará o Estado do Espírito Santo agindo para responder às inovações necessárias nesse novo modelo de sociabilidade?

As ações comunicacionais do Espírito Santo para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovador do Estado, realizadas por meio da FAPES, estão em consonância com os objetivos gerais e diretrizes da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)?

A discussão sobre o processo comunicacional entre Estado e sociedade, a respeito de políticas públicas de CT&I, busca analisar a gestão da comunicação pública na administração governamental, desse segmento, no Espírito Santo. Para compreensão desse fenômeno é necessária uma pesquisa multidisciplinar – entre a Sociologia, as Ciências Política e da Comunicação – para o desenvolvimento teórico e metodológico da gestão de Políticas Públicas voltadas ao fomento da pesquisa e inovação.

A Sociedade da Informação tem acentuado a urgência da adoção de políticas de inovação, ciência e tecnologia. A adoção deste paradigma teórico, das Ciências Sociais, torna premente a adoção de políticas de ciência, tecnologia e inovação no Estado do Espírito Santo. Para desenvolvimento da inovação tecnológica, primeiramente, é preciso ter colaboração, na qual a informação deve fluir de forma não linear dentro dos setores envolvidos e entre estes e a sociedade.

As políticas públicas de comunicação devem facilitar a interação entre os gestores e as populações beneficiadas pelas políticas de CT&I, ao mesmo tempo em que difunde seus processos e métodos e cria condições para sua aceitação e uso no Governo. É preciso pensar a comunicação pública como dinâmica governamental que abre possibilidades para a criação, a melhoria e a inovação dos processos administrativos do Estado, principalmente, com relação às políticas voltadas ao fomento da pesquisa e inovação.

A gestão da comunicação pública é mais do que uma racionalização funcional das ações de informação, por isso devem ser aprimorados os métodos e linguagens para ação comunicativa. O debate sobre os processos comunicacionais problematizados – no âmbito das políticas públicas – ampliará as possibilidades de interação e colaboração entre os gestores públicos e trabalhadores/pesquisadores do setor de CT&I, destes com as populações beneficiadas dessas políticas públicas, e entre o Estado e a sociedade.

## ***Objetivos e Justificativa***

O recorte temático estabelecido nesta pesquisa propõe atingir como objetivo geral: desenvolver análise sobre as estratégias comunicacionais das Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Estado do Espírito Santo, por meio de um estudo de caso na Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES); a fim de avaliar se tais ações estão em consonância com os objetivos gerais e diretrizes da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Além disso, há que se mencionar, os seguintes objetivos específicos:

- Analisar as políticas públicas voltadas à promoção da ciência, tecnologia e inovação no Estado do Espírito Santo, realizando investigações a nível macro – na Secretaria Estadual para Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTTI) e, especialmente, a nível micro - na FAPES.
- Investigar as estratégias comunicacionais de ações públicas voltadas ao fomento da pesquisa e inovação no Espírito Santo, por meio do estudo de caso na FAPES.
- Avaliar se tais ações comunicacionais da FAPES estão em consonância com os objetivos gerais e diretrizes da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).
- Demonstrar como a gestão da comunicação pública pode contribuir para o fortalecimento de políticas governamentais voltadas à promoção da ciência, tecnologia e inovação, além do auxílio à construção de uma Sociedade da Informação.

Pelo advento da “Era da Informação”, em que a informação e o conhecimento são as matérias-primas do sistema econômico atual (CASTELLS, 1999), observa-se uma característica que a diferencia da economia industrial: o retorno crescente; ou seja, na prática, a lógica econômica da Sociedade da Informação diz que as ideias, o conhecimento e o processamento da informação podem criar riqueza mais rapidamente e de maneira mais barata do que os, já tradicionalmente empregados, ativos financeiros e físicos (BALAGUER, 2004). Resumindo, significa que o conhecimento é facilmente multiplicado quando compartilhado.

Neste contexto, Balaguer (2004) conclui que “o conhecimento em Ciência e Tecnologia (C&T) é ainda mais valioso, pois é um dos principais pilares da sociedade ocidental contemporânea”. Assim, o autor pondera que se a inovação pode ser vista como o motor do crescimento econômico, gerando prosperidade nas sociedades em que se manifesta, por outro lado, o equilíbrio na distribuição desse “tesouro” – que é o conhecimento – somente ocorrerá quando houver uma simetria na comunicação, principalmente, relacionada à área de informação em C&T. Isto é, nesse momento de triunfo da informação e das tecnologias que a acompanham, deve-se repensar a comunicação, especialmente, se tratando de políticas públicas para desenvolvimento do setor de C&T.

Há uma diferença entre informação e comunicação. Informar, simplesmente, não é comunicar. Wolton (2011, p.11) explica que “a comunicação é mais complexa do que a informação”. De fato, o autor concorda que não existe comunicação sem informação, no entanto, a comunicação é sempre mais difícil, pois impõe a questão da relação – com o outro. Desse modo, é necessário entender a comunicação como um processo profundo, cotidiano e permanente de conhecimento recíproco entre o emissor e o receptor (NASSAR, 2003). Em uma administração pública, por exemplo, significa utilizar a comunicação como componente importante de planejamento e gestão.

Massoni (2011) afirma que a “tarefa do comunicador” é investigar (reconhecendo a existência de uma diversidade sociocultural) os possíveis pontos de articulação das diferentes funções de interesses e necessidades de grupos – sociais, econômicos e/ou políticos –, que são bem distintos, e, após essa análise, atuar em relação a um objetivo de transformação cognitiva macrossocial. Em outras palavras, a autora esclarece que o comunicador deve ser um profissional capaz de esboçar uma ação de comunicação integrando todo o processo – da ideia a realização – em função de um objetivo que abrange uma grande parte da sociedade, procurando vislumbrar a complexidade do sistema.

É preciso desenvolver um pensamento de comunicador que, diferente do tradicional – centrado na mensagem e, apenas, na dimensão informativa –, seja um profissional com capacidade de interpelar a dinâmica social (de forma estratégica), para operar crítica e valorativamente em sua dimensão comunicativa, observando: o meio (mídia), a mensagem (conteúdo) e, principalmente, o receptor (público) (MASSONI, 2011). De modo que as instituições públicas, e também privadas,



desenvolvam ações estratégicas dirigidas a populações específicas, com instrumentos de comunicação, em defesa do interesse público (KUNSCH, 2011). Ou seja, deve-se pensar a comunicação e a informação em conjunto, exigindo um planejamento estratégico, principalmente, a respeito da relação, da alteridade e do receptor.

No âmbito dos governos, Duarte (2011) afirma que, a exigência de uma comunicação mais apropriada para este setor, historicamente no Brasil, cresceu com a redemocratização do país e com a transformação do perfil da sociedade brasileira na década de 1980. “O fim da ditadura militar, depois de mais de duas décadas, deu origem à liberdade política, de imprensa, da participação popular, ao estabelecimento dos direitos do consumidor e a uma nova Constituição” (DUARTE, 2011, p.123). Isto é, despontou uma sociedade à qual é preciso dar satisfação e com a qual negociar e interagir. Para o autor, a comunicação pública ocupa-se da viabilização do direito social individual e coletivo à informação, à expressão, ao diálogo e à participação.

Kunsch (2011) entende que a comunicação pública está vinculada com os interesses da sociedade para com o setor público, do ponto de vista tanto da teoria quanto da prática. “Isto significa pesquisar e debater sobre estruturas, a produção de informação pública e a circulação de temas de interesse público” (KUNSCH, 2011, p.15), sendo, primordialmente, estabelecida nas relações entre Estado, governos e sociedade.

Segundo Duarte (2011), é exatamente por responder ao anseio coletivo de uma comunicação mais democrática, participativa e equânime, que a expressão “comunicação pública” tem se consolidado. Para Kunsch (2011) significa tentar criar uma cultura de integrar todos os envolvidos com o interesse público, ter o compromisso do diálogo em suas diferentes formas e de considerar a perspectiva do outro na busca de consensos possíveis e de avançar na consolidação da democracia.

Fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo, alterando seu eixo, tradicionalmente centrado no atendimento dos interesses da instituição e de seus gestores. Na comunicação pública o objetivo é o atendimento do interesse público e da sociedade, simbolizado pelo cidadão. (DUARTE, 2011, p.127).

Em outras palavras, a comunicação pública está relacionada tanto à atividade governamental que trata dos fluxos de informação e padrões de relacionamento envolvendo o Estado e a sociedade, quanto à ação política que diz respeito ao discurso e à dinâmica de conquista da opinião pública em relação às ideias

ou atividades que tenham relação com o poder. Dentro das funções de uma comunicação pública encontram-se: a divulgação e promoção de serviços, projetos, políticas públicas, integração social, prestação de contas, criação de espaços de negociação e debate, atendimento e orientação aos cidadãos.

É obrigação dos agentes públicos, em particular dos profissionais de comunicação, encontrar maneiras de gerar interação em bases adequadas ao usuário e fazer a informação circular e chegar aos interessados. A comunicação na área pública deve ter a responsabilidade de: a) contribuir para a viabilização das políticas públicas; b) qualificar os processos de comunicação na organização; c) apoiar o cidadão em sua relação com o Estado; d) expressar conceitos e ações de governo. (KUNSCH, 2011, p.131).

Com intuito de gerar uma comunicação de qualidade, é necessário diversificar e coordenar instrumentos, adaptar mensagens aos interessados, valorizar aspectos didáticos e estimular a interlocução e participação de atores sociais. No caso específico das políticas públicas, Teixeira (2002) relata que alguns momentos devem ser identificados e precisam ser devidamente acompanhados para uma participação efetiva e eficaz da sociedade civil. Como, por exemplo, a elaboração e formulação de um diagnóstico participativo e estratégico com os principais atores envolvidos, no qual possam ser identificados os obstáculos ao desenvolvimento, fatores restritivos, oportunidades e potencialidades; e, se possível, negociação entre os diferentes atores (TEIXEIRA, 2002). Assim, possam nortear a elaboração, implementação e avaliação das políticas propostas.

As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação. (TEXEIRA, 2002, p.5).

Vários canais institucionais podem ser utilizados para esse debate, desde os Conselhos de Gestão, até espaços autônomos já em funcionamento ou a serem criados em áreas específicas. No caso do gerenciamento da comunicação sobre políticas públicas relacionadas à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), Balaguer (2004) afirma que se deve buscar o entendimento do contexto social em que foi gerado e será aplicado o fato científico e tecnológico relatado pela informação. Nas palavras de Caldas (2004), a compreensão pública da ciência não deve “ser limitada ao conhecimento específico dos conteúdos, mas incluir o acompanhamento e a apreensão dos processos de produção, limites, dificuldades, assim como as

perspectivas de seus usos” (p.31). Para que, assim, a população beneficiada por tal política de CT&I possa, efetivamente, participar das decisões que envolvam as decisões políticas do país, por meio de suas diferentes representações sociais.

De modo que a comunicação é observada por diversos pesquisadores como um aspecto estratégico pertinente às políticas públicas, aqui, especialmente, as de CT&I, a sua utilização deve ser compreendida para o fortalecimento dessas ações públicas e seus objetivos específicos. Essa afirmativa assegura que um estudo e entendimento sobre o relacionamento entre o Estado e a Sociedade são fundamentais para se atuar de forma efetiva na gestão pública, principalmente, no que se refere ao fomento da ciência e desenvolvimento da inovação tecnológica nacional e regional.

No contexto econômico e social do Brasil e do Espírito Santo, a realização de uma pesquisa sobre os processos comunicacionais envolvendo políticas de tecnologia e inovação vem responder a uma demanda quantitativa, oferecendo uma nova perspectiva na avaliação do modelo da gestão administrativa e pública desse setor, e qualitativa, com o desenvolvimento de um profundo estudo que busca contribuir para a melhor compreensão da realidade regional e nacional com respeito à relação entre Estado e sociedade e à implementação de políticas públicas de CT&I.

O interesse em estar à frente de um trabalho dessa natureza parte exatamente do diagnóstico proposto anteriormente, sobre a importância da comunicação para o fortalecimento de políticas públicas, principalmente, aquelas relacionadas ao fomento da pesquisa e inovação. Além disso, há que se falar em uma demanda pessoal da autora da pesquisa no sentido de contribuir para o esclarecimento e aprofundamento nos estudos sobre a comunicação pública e políticas de CT&I no Estado do Espírito Santo; fator que também justifica a pesquisa.

## ***Metodologia***

Em termos epistemológicos, esta pesquisa dialoga com as conceituações teóricas e analíticas, no campo das Ciências Sociais, que admitem o surgimento de uma nova era, denominada Sociedade da Informação. Adota-se o método dedutivo, no qual as políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação serão objeto de análise, com fundamento na teoria sociológica e no campo da análise das políticas públicas. Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, serão concretizadas três fases, sendo: 1) pesquisa bibliográfica e com base em dados secundários, 2) pesquisa documental, e, por último, 3) a pesquisa de campo. Nas duas primeiras etapas serão resgatados aspectos teóricos e conceitos clássicos e contemporâneos em torno das disciplinas de Ciência Política, da Comunicação e Sociologia, no que se referem à relação entre o Estado e a sociedade, e os aspectos comunicacionais que estabelecem o diálogo entre gestores públicos e população beneficiada pelas políticas de CT&I.

Além disso, ainda nessas fases, uma parte do trabalho será destinada à maior compreensão da história econômica e sociopolítica do Estado do Espírito Santo; à análise de dados e pesquisa documental sobre as políticas públicas voltadas para a promoção da ciência, tecnologia e inovação da SECTTI, bem como, a identificação das políticas a serem analisadas na FAPES e suas respectivas populações beneficiadas. Especialmente na 2<sup>o</sup> fase da pesquisa, será realizada uma pesquisa de opinião (com amostragem da população beneficiada pelas políticas exploradas). Para viabilizar estas duas primeiras fases da pesquisa, será utilizado um grupo de metodologias, voltados aos referenciais bibliográficos, dados secundários e documentais, além de dados obtidos a partir de pesquisa quantitativa.

A terceira e última etapa diz respeito a realização do estudo de caso referente à FAPES. Para isso, será realizada como método a pesquisa qualitativa. Nesse momento, serão realizadas entrevistas em profundidade com gestores e beneficiários das políticas de CT&I da FAPES. Por fim, será feita a revisão final da pesquisa. Desta forma, para realizar um estudo sistemático sobre o papel da comunicação pública na implementação de políticas e programas governamentais voltados à promoção da científica, tecnologia e de inovação – na sociedade capixaba – é preciso firmar uma série de indagações que, por serem básicas, fornecerão as diretrizes centrais em toda a pesquisa.

# 1. MARCOS TEÓRICOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE A ERA DA INFORMAÇÃO

## 1.1. *Tecnologia, sociedade e transformação histórica*

Pesquisadores e diversos autores conceituados concordam que a época moderna é caracterizada por uma série de transformações na estrutura da sociedade, principalmente, aquelas ocorridas na Europa Ocidental (BAUMAN, 2001; CASTELLS, 1999, GIDDENS, 2012; SANTOS, 2013). As mudanças ocorreram ao nível da infraestrutura (econômica e social) que, por sua vez, determinam mudanças na superestrutura (jurídico, político e ideológico) (AQUINO, 1995); isto é, foram verificadas transformações em todos os níveis da realidade social: do nível do jurídico-político, do econômico, do social e do ideológico.

Bauman (2001) esclarece que, desde o seu começo, a modernidade deve ser vista como um processo de liquefação, em que era preciso “derreter os sólidos” – aquilo que era considerado como antiga ordem – a fim de, outrora, limpar a área para o surgimento de novos e aperfeiçoados “sólidos”. Em sua metáfora, Bauman (2001) afirma que “para poder construir seriamente uma nova ordem (verdadeiramente sólida!) era necessário primeiro livrar-se do entulho com que a velha ordem sobrecarregava os construtores” (p.10). Para o autor, o derretimento dos antigos sólidos levou à progressiva libertação da economia ocidental de seus tradicionais encargos políticos, éticos e, até, culturais.

Nesse contexto de mudanças, o que marcou a época moderna foi a passagem do sistema feudal para o capitalismo e, primordialmente, a Revolução Industrial (AQUINO, 1995). Em comparação com outros momentos históricos, a contemporaneidade é caracterizada como um período de transformações tecnológicas em aceleração e sem precedentes. Nesse sentido, Castells (1999) destaca que houve pelo menos duas revoluções industriais:

A primeira começou pouco antes dos últimos trinta anos do século XVIII, caracterizada por novas tecnologias como a máquina a vapor, a fiadeira, o processo Cort em metalurgia e, de forma mais geral, a substituição das ferramentas manuais pelas máquinas; a segunda, aproximadamente cem anos depois, destacou-se pelo desenvolvimento da eletricidade, do motor de combustão interna, de produtos químicos com base científica, da fundição eficiente de aço e pelo início das tecnologias de comunicação, com a difusão de telégrafo e a invenção do telefone (CASTELLS, 1999, p.71).

O autor relata que entre as duas há continuidades fundamentais, bem como algumas diferenças cruciais; para Castells (1999), a principal é a importância decisiva de conhecimentos científicos para sustentar e guiar o desenvolvimento tecnológico após 1850. “Um conjunto de macroinvenções preparou o terreno para o surgimento de microinvenções nos campos da agropecuária, indústria e comunicações” (CASTELLS, 1999, p. 71); e essa é precisamente a confirmação do caráter revolucionário das novas tecnologias industriais.

De acordo com Castells (1999), de fato, foram “revoluções” na acepção de que houve um grande aumento repentino e inesperado de aplicações tecnológicas que, por sua vez, transformaram os processos de produção e distribuição, criaram uma torrente de novos produtos e mudaram de maneira decisiva a localização das riquezas e do poder no mundo; assim, de repente, tais progressos ficaram ao alcance dos países e elites capazes de comandar o novo sistema tecnológico. Castells (1999) explica ainda que a ascensão histórica do chamado Ocidente (sendo limitada à Inglaterra e a alguns países da Europa ocidental, além da América do Norte e à Austrália) está, de maneira fundamental, associada à superioridade tecnológica alcançada por eles durante as duas Revoluções Industriais.

Nada na história universal cultural, científica, política ou militar antes da revolução industrial poderia explicar a indiscutível supremacia (anglo-saxônica/alemã com um toque francês) do “Ocidente” entre 1750 e 1940. A China mostrou-se uma cultura muito superior durante a maior parte da história pré-renascentista; a civilização muçulmana (tomando a liberdade de usar esse termo) dominou a maior parte do Mediterrâneo e exerceu grande influência na África e na Ásia durante toda a Idade Moderna; no geral, a África e a Ásia mantiveram-se organizadas em torno de centros políticos e culturais autônomos; a Rússia reinou com extremo isolamento em uma vasta área da Europa oriental e Ásia; e o Império Espanhol, a retardatária cultura europeia da revolução industrial, foi a maior potência mundial por mais de dois séculos depois de 1492 (CASTELLS, 1999, p.72).

Para o autor, a tecnologia introduziu uma nova trajetória histórica na segunda metade do século XVIII, na qual expressava condições sociais específicas. Isso demonstra que as revoluções tecnológicas ocorreram apenas em algumas sociedades e foram difundidas em uma área geográfica relativamente limitada, muitas vezes ocupando espaço e tempo isolados em comparação a outras regiões do mundo (CASTELLS, 1999). De sua origem na Europa ocidental, a Revolução Industrial estendeu-se para a maior parte do globo durante os dois séculos seguintes; entretanto, sua expansão foi muito seletiva e seu ritmo bastante lento pelos padrões atuais de difusão tecnológica.

Castells (1999) afirma que em menos de duas décadas, entre meados dos anos 1970 e 1990, as novas tecnologias de comunicação difundiram-se rapidamente pelo planeta; por meio de uma lógica que é característica da atual revolução tecnológica: a aplicação imediata no próprio desenvolvimento da tecnologia gerada, conectando o mundo através da tecnologia de informação e comunicação.

De fato, Giddens (2012) explica que a atual explosão das comunicações globais foi facilitada por vários avanços importantes na tecnologia e na infraestrutura de telecomunicações; principalmente, na Era pós-Segunda Guerra Mundial, em que houve uma transformação profunda no alcance e na intensidade de fluxos das telecomunicações.

A comunicação telefônica tradicional, que dependia de sinais analógicos enviados por meio de fios e cabos, com a ajuda de uma mesa distribuidora mecânica, foi substituída por sistemas integrados em que grandes quantidades de informações são comprimidas e transferidas por meio digital. A tecnologia do cabo se tornou mais eficiente e menos cara; o desenvolvimento de cabos de fibra ótica ampliou dramaticamente o número de canais que podem ser usados. (GIDDENS, 2012, p.104).

O autor cita que a disseminação de satélites de comunicações, a começar na década de 1960, também foi significativa para expandir as comunicações internacionais. Com isto, hoje em dia, existem mais de 200 satélites para facilitar a transferência de informações ao redor do planeta. Giddens (2012) aponta ainda a emergência da internet (como instrumento de comunicação) sendo outro fator determinante neste processo de desenvolvimento, atingindo um rápido crescimento – por volta de 140 milhões de pessoas ao redor do mundo usavam a internet em 1998, e estima-se que mais de um bilhão de pessoas a usava em 2007.

Para Sousa (1969), desde o período pós-Segunda Guerra Mundial que os economistas atribuem importância cada vez mais pronunciada à tecnologia, enquanto fator de desenvolvimento. “O progresso tecnológico não é mais do que a aplicação às actividades económicas e administrativas dos conhecimentos científicos e das técnicas de organização” (SOUSA, 1969, p.395). A tecnologia aparece como um fator estratégico privilegiado.

Castells (1999) afirma que todos estes acontecimentos de importância histórica tem transformado o cenário social da vida humana. “Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação está remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado” (CASTELLS, 1999, p.21). O autor ressalta que as economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global,

apresentando uma nova forma de relação entre economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável.

O colapso do estatismo soviético e o subsequente fim do movimento comunista internacional enfraqueceram, por enquanto, o desafio histórico do capitalismo, salvaram as esquerdas políticas (e a teoria marxista) da atração fatal do marxismo-leninismo, decretaram o fim da Guerra Fria, reduziram o risco de holocausto nuclear e, fundamentalmente, alteraram a geopolítica global. O próprio capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; considerável fortalecimento do papel do capital *vis-à-vis* o trabalho, com o declínio concomitante da influência dos movimentos de trabalhadores; porção maciça das mulheres na força de trabalho remunerada, geralmente em condições discriminatórias; intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado do bem-estar social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas de cada sociedade; aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e a gestão de capital (CASTELLS, 1999, 40).

Desse modo, observa-se que as mudanças sociais ocorridas foram tão drásticas quanto os processos de transformação tecnológica e econômica. Assim, apesar de todas as dificuldades do processo de transformação da condição feminina, o patriarcalismo foi atacado e enfraquecido em várias sociedades; Castells (1999, p.40) afirma que “os relacionamentos entre os sexos tornaram-se, na maior parte do mundo, um domínio de disputas, em vez de uma esfera de reprodução cultural”. Então, houve uma redefinição fundamental de relações entre mulheres, homens, crianças e, conseqüentemente, da família, sexualidade e personalidade.

Além disso, Castells (1999) esclarece que um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais uma língua universal digital tanto está promovendo a integração global da produção e distribuição das palavras, sons e imagens de nossa cultura como personalizando-os ao gosto das identidades e humores dos indivíduos. O autor explica que as redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela.

É claro que a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo (CASTELLS, 1999, p.25).



Entretanto, segundo o autor, embora não determine a tecnologia, a sociedade pode sufocar seu desenvolvimento principalmente por intermédio do Estado; ou então, também principalmente pela intervenção estatal, a sociedade pode entrar em um processo acelerado de modernização tecnológica capaz de mudar o destino das economias, do poder militar e do bem-estar social em poucos anos. Na verdade, Castells (1999) afirma que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas.

Sem dúvida, a habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer que, embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico (CASTELLS, 1999, p.26).

Desta forma, o autor esclarece que para cada modo de desenvolvimento existe um princípio de desempenho estruturalmente determinado que serve de base para a organização dos processos tecnológicos: o “industrialismo” é voltado para o crescimento da economia e o “informacionalismo” visa o desenvolvimento tecnológico (CASTELLS, 1999). Ou seja, o industrialismo busca a maximização da produção; enquanto o informacionalismo, a acumulação de conhecimentos e maiores níveis de complexidade do processamento da informação.

Contudo, o que é específico ao modo informacional de desenvolvimento é a ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade. O processamento da informação é focalizado na melhoria da tecnologia do processamento da informação como fonte de produtividade, em um círculo virtuoso de interação entre as fontes de conhecimentos tecnológicos e a aplicação da tecnologia para melhorar a geração de conhecimentos e o processamento da informação; é por isso que, voltando à moda popular, chamo esse novo modo de desenvolvimento informacional, constituído pelo surgimento de um novo paradigma tecnológico baseado na tecnologia da informação (CASTELLS, 1999, p.35).

As tecnologias de informação, e também de comunicação, estão revelando novos horizontes para a sociedade futura. Com o advento da internet, por exemplo, a produção de informação faz circular o conhecimento instantaneamente, podendo ser recebido, tratado, incorporado em esquemas lógicos, científicos, ou transformado por qualquer um em conhecimento pessoal, acrescido de compreensão, sabedoria, em importância para o mercado ou a sociedade. Emergindo dessas transformações

mundiais e a partir da proposta de um novo paradigma da tecnologia da informação, delinea-se a Sociedade da Informação ou, também apresentada como Sociedade do Conhecimento.

Assim, em cada país, a Sociedade da Informação será construída em meio a diferentes condições e projetos de desenvolvimento social, segundo estratégias moldadas de acordo com cada contexto. Para iniciar uma abordagem sobre a Sociedade do Conhecimento como parte do desenvolvimento de um país, apresenta-se o conceito proposto pelo Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal:

A expressão 'Sociedade da Informação' refere-se a um modo de desenvolvimento social e económico em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação conducente à criação de conhecimento e à satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas, desempenham um papel central na actividade económica, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais. A sociedade da informação corresponde, por conseguinte, a uma sociedade cujo funcionamento recorre crescentemente a redes digitais de informação. Esta alteração do domínio da actividade económica e dos factores determinantes do bem-estar social é resultante do desenvolvimento das novas tecnologias da informação, do audiovisual e das comunicações, com as suas importantes ramificações e impactos no trabalho, na educação, na ciência, na saúde, no lazer, nos transportes e no ambiente, entre outras<sup>2</sup>.

Sobre sua origem, o Livro Verde para a Sociedade da Informação no Brasil (TAKAHASHI, 2002) afirma que existem três fenômenos interrelacionados a origem dessa grande transformação em curso. O primeiro aspecto seria a convergência da base tecnológica, decorrente do fato de se poder representar e processar qualquer tipo de informação de uma única forma, a digital. Segundo a qual, pela digitalização, a computação (a informática e suas aplicações), as comunicações (transmissão e recepção de dados, voz, imagens, etc) e os conteúdos (livros, filmes, pinturas, fotografias, música, etc) aproximam-se de forma progressiva e acelerada; por exemplo, o computador torna-se um aparelho de televisão, as fotografias do álbum de família agora são guardadas em um CD/DVD, e ainda é possível acessar a internet pelo celular.

De acordo com Takahashi (2002), o segundo fenômeno é visto pela dinâmica da indústria, ao proporcionar uma pontual queda dos preços de computadores (sem falar nos notebooks, celulares do tipo smartphone com acesso a

---

<sup>2</sup> LIVRO verde para a sociedade da informação em Portugal. LISBOA, PT: Ministério da Ciência e Tecnologia/ Missão para a Sociedade da Informação. 1997. Disponível em: <<http://www.acessibilidade.gov.pt/docs/lverde.htm>> Acesso em: 24 ago. 2013.

internet, e também os chamados aparelhos tablets), permitindo com isso uma popularização crescente do uso dessas máquinas por diferentes tipos de usuários. Por último, Takahashi (2002) observa que, devido à ocorrência dos dois primeiros fenômenos, o terceiro aspecto na base dessa revolução é o inacreditável crescimento da internet. Nos EUA, por exemplo, a internet atingiu 50 milhões de usuários em somente quatro anos, enquanto, para atingir esse mesmo número de usuários, o computador pessoal tardou 16 anos, a televisão 13, e o rádio, 38. O autor explica que este é um fenômeno singular e deve ser considerado como fator estratégico fundamental para o desenvolvimento das nações.

Por sua vez, Castells (1999) enumera cinco aspectos centrais do paradigma da tecnologia da informação, de modo a incluir os processos sociais além da economia. A primeira característica do novo paradigma é que a informação é sua matéria-prima; ou seja, são tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre tecnologia, como ocorreu nas revoluções tecnológicas anteriores (CASTELLS, 1999). O segundo aspecto corresponde à penetrabilidade das consequências dessas novas tecnologias; isto é, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados pelos novos meios tecnológicos, já que a informação é uma parte integral de toda a atividade humana.

A terceira característica, citada por Castells (1999), está relacionada à lógica de redes utilizada por essas novas tecnologias da informação em qualquer sistema ou conjunto de relações. O autor explica que essa configuração topológica (a rede), neste momento, pode ser implementada materialmente em todos os tipos de processos e organizações graças a recentes tecnologias da informação. Em quarto lugar, o paradigma da tecnologia da informação é baseado na flexibilidade, referente ao sistema de redes, mas sendo um aspecto claramente distinto.

O que distingue a configuração do novo paradigma tecnológico é sua capacidade de reconfiguração, um aspecto decisivo em uma sociedade caracterizada por constante mudança e fluidez organizacional. Tornou-se possível inverter as regras sem destruir a organização, porque a base material da organização pode ser reprogramada e reaparelhada. Porém, devemos evitar o julgamento de valores ligado a essa característica tecnológica. Isso porque a flexibilidade tanto pode ser uma força libertadora como também uma tendência repressiva, se os redefinidores das regras sempre forem os poderes constituídos (CASTELLS, 1999, p.109).

Por fim, a quinta característica dessa revolução tecnológica constitui na crescente convergência de tecnologias específicas para formar um sistema altamente integrado, em que as trajetórias tecnológicas antigas ficam literalmente impossíveis

de se distinguir em separado (CASTELLS, 1999). Desse modo, a microeletrônica, as telecomunicações, a optoeletrônica e os computadores são todos integrados nos sistemas de informação.

No conjunto, esses aspectos representam a base material da sociedade da informação. Castells (1999) resume que o paradigma da tecnologia da informação não evolui para seu fechamento como um sistema, mas rumo à abertura como uma rede de acessos múltiplos. Seus principais atributos são a abrangência, complexidade e disposição em forma de rede; é forte e impositivo em sua materialidade, mas adaptável e aberto em seu desenvolvimento histórico. Portanto, conclui-se que os novos instrumentos de comunicação e tecnologias da informação estão incorporando de forma acelerada as sociedades em grupos cada vez maiores, ampliando progressivamente o campo de circulação de pessoas, bens materiais e simbólicos, bem como redefinindo continuamente as fronteiras físicas, intelectuais e mentais.

### ***1.1.1. A comunicação globalizada e a nova economia***

Para Castells (1999), possivelmente, a mudança mais aparente que esteja acontecendo nesse século tenha sido a transformação da comunicação pelo mundo. De modo que a revolução nas tecnologias de comunicação se intensificou, principalmente, nos últimos anos; além disso, já que a comunicação consciente é a característica que distingue os indivíduos, é perceptível que foi nessa área que a sociedade sofreu sua modificação mais profunda.

As redes de computadores, os softwares de código aberto (inclusive protocolos de internet) e o rápido desenvolvimento da capacidade de comutação e transmissão digital nas redes de telecomunicações acarretaram a expansão da internet após a sua privatização na década de 1990 e a grande generalização do seu uso em todos os campos de atividade (CASTELLS, 1999: IX).

Conforme descreve o autor, a partir da década de 1990, também ocorreu outra revolução nas comunicações: a explosão da comunicação sem fio, alcançando uma capacidade crescente de conectividade e largura de banda em gerações sucessivas de telefones celulares. Na história da comunicação, essa tecnologia foi a que mais rápido se difundiu: em 1991, havia cerca de 16 milhões de contratos de serviços telefônicos sem fio no mundo; enquanto que, em 2008, os contratos já haviam

ultrapassado 3,4 bilhões, ou cerca de 52% da população mundial (CASTELLS, 1999); mesmo que a obtenção de celulares ainda seja altamente restrita por questões de renda e pela implantação desigual da infraestrutura de comunicação.

De fato, estudos na China, na América Latina e na África mostraram que os pobres dão grande prioridade às suas necessidades de comunicação e usam uma proporção substancial de seus magros orçamentos para satisfazê-las. Nos países desenvolvidos, a taxa de penetração dos contratos de comunicação sem fio varia de 82,4% (nos EUA) a 113% (Itália ou Espanha) e está chegando ao ponto de saturação. Todavia, também em países como a Argentina, há mais contratos de telefonia celular do que pessoas (CASTELLS, 1999: X).

Assim, na década de 2000, observou-se a crescente convergência tecnológica entre internet, comunicação sem fio e várias aplicações que distribuem capacidade comunicativa pelas redes sem fio, multiplicando os pontos de acesso à internet. Para Castells (1999), esses dados são, especialmente, importantes para o mundo em desenvolvimento que conhecemos, pois a taxa do crescimento de penetração da internet caiu devido à escassez de linhas telefônicas fixas. Neste novo modelo de telecomunicação, o dispositivo sem fio se tornou a forma predominante de comunicação em todo lugar, principalmente, naqueles países em desenvolvimento.

De acordo com Castells (1999), em 2002 o número de usuários de celulares ultrapassou o de usuários de telefonia fixa em todo planeta. De modo que a capacidade de se conectar a internet por meio de um aparelho sem fio se torna fator crítico para um novo movimento de difusão da internet pelo mundo. No entanto, está submetido à construção de infraestrutura sem fio de qualidade, além de novos protocolos para a internet sem fio e da disseminação de uma capacidade mais avançada de banda larga.

Nesse contexto, observa-se a falta de nitidez em relação às fronteiras entre os meios de comunicação de massa e todas as outras formas de comunicação. A internet, a *World Wide Web* (www) e a comunicação sem fio não são mídias no sentido tradicional; na verdade, trata-se de meios para a comunicação interativa (CASTELLS, 1999). Conceitualmente, a internet se refere à rede de computadores conectados que trocam informações, já a *World Wide Web* se refere a um modo de acesso à informação através da internet usando o chamado “protocolo de transferência de hipertexto” (http) e os navegadores da web (BRIGGS, 2002). A *World Wide Web* é um a rede de comunicação usada para postar e trocar diversos tipos de documentos,

como, por exemplo, texto, áudio, vídeo, software, de modo literal, qualquer coisa que possa ser digitalizada.

Segundo Castells (1999), com o progresso das chamadas Web 2.0. e Web 3.0. (ou o aglomerado de tecnologias, dispositivos e aplicações que dão suporte à proliferação de espaços sociais na internet), foi possível desenvolver redes horizontais de comunicação interativa que conectam o local e o global no momento escolhido, assim, intensificando o ritmo e ampliando o espectro de uma nova tendência: a formação de um sistema de comunicação digital multimodal e multicanal que integra todas as formas de mídia. A exemplo disso, Castells (1999) observa que a comunicação sem fio está se tornando a plataforma favorita para difusão de muitos tipos de produtos digitalizados, tais como: música, imagens, jogos online e notícias, sem falar que as mensagens instantâneas cobrem toda matiz de atividades humanas, desde redes pessoais de apoio até tarefas profissionais e mobilizações políticas.

Conforme demonstrado anteriormente, a internet – e sua variada gama de aplicações – se transformou na base da comunicação para a vida moderna, e também para o trabalho, conexões pessoais, informações, entretenimento, serviços públicos, política e religião. Por exemplo, a internet modificou a forma como as pessoas assistem à televisão: hoje é possível ver um programa televisivo por inteiro na tela de um computador ou dispositivo portátil (CASTELLS, 1999). Assim, mesmo considerando a TV como principal meio de comunicação de massa, por enquanto, sua difusão e seu formato estão sendo transformados à medida que sua recepção vai se tornando individualizada.

Da mesma forma, está acontecendo com a imprensa: a maioria dos usuários de internet prefere lê o jornal online, principalmente, aqueles com menos de trinta anos de idade. Conseqüentemente, embora o jornal continue a ser um meio de comunicação de massa, sua plataforma de difusão está mudando (CASTELLS, 1999). Portanto, as tecnologias digitais e a internet também estão transformando o processo de trabalho nas empresas jornalísticas e nos meios de comunicação de massa em geral.

Os jornais se transformaram em organizações estruturadas internamente em rede e conectadas globalmente a redes de informação na internet. Além disso, os componentes on-line dos jornais induziram a formação de redes e a sinergia com outras organizações de notícias e mídia. As redações nos jornais, rádios e televisões foram transformadas pela digitalização das notícias e por seu implacável processamento global/local. Então, a comunicação de massa no sentido tradicional agora também é comunicação

baseada na internet, tanto em sua produção quanto em sua difusão (CASTELLS, 1999: XIII).

Além disso, o poder da comunicação e processamento de informações da internet está sendo distribuído em todas as áreas da vida social, assim como a rede e o motor elétrico distribuíram energia no processo de formação da sociedade industrial (CASTELLS, 1999). Nesse contexto, Mattelart (2002) acredita que os sistemas de comunicação em tempo real acabam por determinar a estrutura de organização do planeta; por isso, é necessário analisar o papel das comunicações no mundo globalizado, bem como as múltiplas implicações da comunicação em tempo real, a incorporação de pequenas sociedades em outras maiores e a redefinição cada vez maior e constante de fronteiras físicas, intelectuais e mentais. Lastres e Albagli (1999) cometam que tais fenômenos estão fortemente interligados com a aceleração do processo de globalização e seus decorrentes impactos econômicos, políticos e sociais. Desta forma, o entendimento do conceito e das implicações sobre o fenômeno da globalização constitui também um ponto de partida para compreensão e análise das especificidades da Era da Informação.

De acordo com Lastres e Albagli (1999), na percepção dominante, o fenômeno da globalização induz a um mundo sem fronteiras com mercados – de capitais, informações, tecnologias, bens, serviços, etc – tornando-se efetivamente global e para um sistema econômico mundial dominado por “forças de mercado incontroláveis”; enquanto, algumas visões alternativas questionam a real extensão e significado da globalização, inclusive quanto à existência de fato de um “comércio global” e de um “produto global”. Santos (2013) aponta que a primeira constatação a ser tomada é a inconsistência conceitual e o forte conteúdo ideológico com que o termo “globalização” foi moldado. Assim, o autor observa que:

[...] devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização (SANTOS, 2013, p.19).

Segundo Santos (2013), esse mundo globalizado, considerado “fábula”, constrói certo número de fantasias como verdades, que devido à repetição acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação. Dessa perspectiva, a globalização é apresentada como um mito, um fenômeno irreversível sobre o qual não se pode intervir ou exercer influência. Por exemplo, Lastres e Albagli (1999) explicam

que o papel dos Estados nacionais, particularmente da periferia menos desenvolvida, é aqui descrito como extremamente diminuído, senão anulados, restando apenas a aceitação incondicional e a melhora do desenvolvimento das forças econômicas em escala global; por outro lado, Santos (2013) aponta o fortalecimento do Estado para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil.

Por isso, Santos (2013) apresenta a globalização como uma “fábrica de perversidades”, considerando o desemprego crescente, aumento da pobreza, diminuição da qualidade de vida e educação, baixos salários, fome e enfermidades que acometem a maior parte da humanidade. De modo que a perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa do mundo tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas (SANTOS, 2013). Para o autor, todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização.

Todavia, Santos (2013) acredita que é possível pensar na construção de “um outro mundo”, mediante uma globalização mais humana. “As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta” (SANTOS, 2013, p.20). Para o autor, as mesmas bases que o grande capital se apoia para construir a globalização perversa, poderão servir outros objetivos, se forem utilizadas a serviço de fundamentos sociais e políticos, e não apenas econômicos e capitalistas.

Disposto o conceito e problemática sobre a globalização, busca-se discutir a nova dinâmica tecnológica internacional. Maldonado (1999) destaca que, no cerne do atual processo de reformulação e consolidação da nova ordem mundial, se encontram os espetaculares avanços no que se refere às tecnologias de informação e comunicação. Para o autor, tais avanços vêm permitindo uma expansão sem precedentes dos contatos e de trocas de informações possíveis entre os agentes, indivíduos e coletivos, além de viabilizarem do ponto de vista global a rápida comunicação, processamento, armazenamento e transmissão de informações a custos decrescentes.

Em face do caráter emergente e do intenso debate que vem se travando sobre a extensão e significado das atuais transformações, Maldonado (1999) observa que a acelerada disponibilização de meios técnicos coloca-se como a principal razão da crescente globalização tecnológica ou, mais especificadamente, do “tecno-



globalismo”; na qual se refere à suposta característica internacional do processo de geração, transmissão e difusão das tecnologias. Portanto, segundo o autor, o acesso a uma ampla base de informações e conhecimentos científicos e tecnológicos, que se constituía numa vantagem no passado, nesse momento, tornou-se uma necessidade fundamental.

Para Takahashi (2002), Governo e sociedade devem andar juntos para assegurar a perspectiva de que os benefícios da Era do Conhecimento efetivamente alcancem a todos. O advento da Sociedade da Informação é o fundamento de novas formas de organização e de produção em escala mundial, redefinindo a inserção dos países na sociedade internacional e no sistema econômico mundial. Tem também, como consequência, o surgimento de novas demandas dirigidas ao Poder Público no que respeita ao seu próprio funcionamento.

## ***1.2. Inovação e o papel do estado na Era da Informação***

De acordo com Lemos (1999), o atual contexto histórico é caracterizado por rápidas mudanças nos mercados, nas tecnologias e nas formas organizacionais; assim, a capacidade de gerar e absorver “inovações” está sendo considerada crucial, cada vez mais, especialmente, para que um agente econômico se torne competitivo. No entanto, o autor ressalta que para acompanhar as mudanças em curso, é preciso a aquisição de novas capacitações e conhecimentos; ou seja, significa intensificar a capacidade de indivíduos, empresas, países e regiões de aprender e transformar esse aprendizado em fator de competitividade para os mesmos.

No âmbito da economia, ao longo deste século, muito vem se discutindo sobre a inovação, sua natureza, características e fontes, com o objetivo de buscar uma maior compreensão de seu papel frente ao desenvolvimento econômico (LEMOS, 1999). Um dos pioneiros nesses estudos, Schumpeter (1984) observa que:

O impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista. [...] Este processo de destruição criadora é básico para se entender o capitalismo. É dele que se constitui o capitalismo e a ele deve se adaptar toda a empresa capitalista para sobreviver. (SCHUMPETER, 1984, pp.105-106).

Portanto, ressalta-se a importância das inovações e dos avanços tecnológicos para o desenvolvimento de empresas e da economia. Para Schumpeter (1984), o progresso na sociedade capitalista se processa, principalmente, por meio das inovações. Evidencia-se, portanto, a importância de um entendimento sobre as principais alterações do processo inovativo, e as formas de inovação características da atual fase.

Diversos historiadores fizeram análises meticolosas sobre as condições sociais associadas às mudanças geográficas das inovações técnicas no mundo, muitas vezes enfocando as características dos sistemas educacionais e científicos ou a institucionalização dos direitos de propriedade (BAUMAN, 2001; CASTELLS, 1999, GIDDENS, 2012; SANTOS, 2013). No entanto, a explicação contextual para a trajetória irregular da inovação tecnológica ainda parece ser muito ampla e aberta a interpretações alternativas.

Hall e Preston, ao analisarem a mudança geográfica da inovação tecnológica entre 1846 e 2003, mostram a importância de fontes locais de inovação, das quais Berlim, Nova York e Boston são coroadas como “centros mundiais de alta tecnologia industrial” entre 1880 e 1914, enquanto “Londres no mesmo período era uma sombra pálida de Berlim”. O motivo disso encontra-se na base territorial para a interação dos sistemas de descobertas e aplicações tecnológicas, isto é, nas propriedades sinérgicas do que é conhecido na literatura como “meios de inovação” (CASTELLS, 1999, pp.72-73).

É importante observar que essas inovações tecnológicas foram descobertas em grupos e interagem entre si em um processo de retornos cada vez maiores. Para Castells (1999), independente das condições que determinaram esses agrupamentos, o principal ensinamento é que a inovação tecnológica não é uma ocorrência isolada. Segundo o autor, ela reflete um determinado estágio de conhecimento, um ambiente institucional/industrial específico e certa disponibilidade de talentos para definir um problema técnico e resolvê-lo; além de uma mentalidade econômica para dar a essa aplicação uma boa relação custo/benefício e, também, uma rede de fabricantes e usuários capazes de comunicar suas experiências de modo cumulativo e aprender usando e fazendo.

Embora algumas pessoas acreditem que o atual processo de globalização e disseminação das tecnologias de informação/comunicação possibilite uma simples transferência de conhecimento, ao contrário disso, Lemos (1999) constata que apenas informações e alguns tipos de conhecimento são transmitidos de forma fácil. “Elementos cruciais do conhecimento, implícitos nas práticas de pesquisa,

desenvolvimento e produção, não são facilmente transferíveis espacialmente, pois estão enraizados em pessoas, organizações e locais específicos” (LEMOS, 1999, p.122). O autor acredita que apenas aqueles que detêm esse tipo de conhecimento podem ser capazes de se adaptar às velozes mudanças que ocorrem nos mercados e nas tecnologias e, assim, gerar inovações em produtos, processos e formas organizacionais. Portanto, torna-se um desafio para instituições privadas e públicas, no intuito de promover à geração de inovação.

O advento da Sociedade de Informação caracteriza uma dinâmica fortemente apoiada nas atividades intensivas em conhecimento e informação e, igualmente, é econômica, política e social (SALERNO, KUBOTA, 2008). É econômica em razão da geração de riqueza com produtos de alta tecnologia; é social porque esses produtos interferem na vida social; e é política porque os governos desenvolvem instrumentos de apoio ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação pelas empresas e instituições públicas e privadas de pesquisa no país.

De acordo com a Lei Complementar do Estado do Espírito Santo nº 642/2012, o conceito de inovação está ligado à introdução de novidade no ambiente produtivo e/ou social que resulte em novos processos, produtos ou serviços; além disso, também é considerado como o aperfeiçoamento significativo da qualidade e produtividade em processos, produtos ou serviços já existentes, visando ampliar a competitividade no mercado, bem como a melhoria das condições de vida da população e a sustentabilidade socioambiental. O Manual de Oslo de 2005, 3ª edição, elaborado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), define como: a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas.

Para Freeman (2008), existem dois tipos de inovação, na qual: 1) a “radical” é entendida como o desenvolvimento e introdução de um novo produto, processo ou forma de organização da produção inteiramente nova; e 2) a “incremental” refere-se à introdução de qualquer tipo de melhoria em um produto, processo ou organização da produção dentro de uma empresa, sem alteração na estrutura industrial. O autor comenta que a “inovação radical” pode representar uma ruptura estrutural com o padrão tecnológico anterior, originando novas indústrias, setores e mercados; enquanto, a “inovação incremental” pode gerar crescimento da eficiência técnica,

aumento da produtividade e qualidade, redução de custos e mudanças que possibilitem a ampliação das aplicações de um processo ou produto, que muitas das vezes é imperceptível para o consumidor.

As inovações, portanto, são cruciais não apenas para aqueles que desejam acelerar ou sustentar a taxa de crescimento econômico de seus próprios países ou de outros, mas também para os que se assombram com preocupações sobre a quantidade de bens e que desejam mudar a direção do avanço econômico, em busca de melhor qualidade de vida. Elas são cruciais para a conservação dos recursos naturais a longo prazo e para a melhoria do meio ambiente. E a prevenção das mais diversas formas de poluição, como a reciclagem econômica de produtos inúteis, depende também do avanço tecnológico, bem como das inovações sociais (FREEMAN, 2008, p.19).

Não se pode negar os impactos econômicos, sociais e políticos que envolvem a inovação. Lemos (1999) afirma que à medida que melhor se compreendem as especificidades da geração e difusão de inovação, mais se acreditam sobre seus méritos para que empresas e países reforcem sua competitividade na economia mundial. De modo geral, Freeman (2008) acredita na importância central das inovações tecnológicas para o progresso econômico e um elemento crítico na luta concorrencial das empresas e nações.

Salerno e Kubota (2008) também reconhecem que a “inovação” é um aspecto central para o desenvolvimento de um país. Pelo viés da inovação, por exemplo, é possível uma transformação da base produtiva e econômica de uma região. Para isso, há que se analisarem as formas com que o Estado pode induzir a tal desenvolvimento e, neste caso, quão bem o Estado brasileiro faz isso. Os autores ressaltam que o Brasil vem implementando políticas mais sistemáticas de apoio à inovação e, mais especialmente, vem objetivando engajar empresas e instituições em estratégias de inovação de produtos, de processos, de formas de uso, de distribuição, de comercialização, entre outros.

No Brasil, segundo Salerno e Kubota (2008), atualmente, existe um importante conjunto de instrumentos de apoio à inovação. Como, por exemplo, o apoio para a ciência, para o fortalecimento das pesquisas universitárias, do mesmo modo para o fortalecimento da inovação em empresas. Além disso, o país conta com instrumentos que promovem sinergia entre os demais, como a Lei de Inovação e a Lei do Bem: aqui há a possibilidade de juntar grupos de empresas para, com os incentivos fiscais da Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005), desenvolver projetos conjuntos de pesquisa com universidades (via Lei de Inovação) e pequenas e médias empresas

especializadas, desse modo, estabelecendo sinergias e aumentando o porte ou viabilizando projetos não viáveis para uma empresa isolada ou instituição de pesquisa.

De acordo com o Art. 218 da Constituição Federal de 1988, o Estado deve promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação (BRASIL, 2002). A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências (CF, art. 218, 1º). Assim, a pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional (CF, art. 218, 2º). Além disso, o Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho (CF, art. 218, 3º).

Nesse sentido, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), lançada em novembro de 2003, e o plano de Desenvolvimento da Produção, em maio de 2008, colocam a inovação como fator fundamental para que a indústria brasileira dê um salto de qualidade rumo à diferenciação de produtos, almejando transformar sua própria estrutura industrial. Segundo Salerno e Kubota (2008), o Brasil voltou a crescer mais vigorosamente no ano de 2007, assim, também aumentaram os investimentos na economia. De modo evidente, as ações que ajudem a sustentar e a aumentar o investimento são fundamentais neste momento.

Para Salerno e Kubota (2008), uma política de inovação parte da premissa de que o conhecimento tem, em todas as formas, um papel crucial no progresso econômico e social, e que a inovação é um fenômeno complexo e sistêmico. É complexo porque não basta ter uma boa ciência se não houver uma base produtiva – empresas/instituições – capacitada para utilizar os princípios científicos descobertos para a geração de produto/serviço; ou seja, políticas de inovação necessariamente envolvem a relação entre a ciência e sua produção, a tecnologia e sua geração, assim como a inovação por parte das empresas e instituições privadas e públicas.

No âmbito internacional, segundo Cassiolato (1999), os países mais avançados e ligados a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tratam com ênfase as medidas de apoio à inovação tecnológica; de modo que é considerada intimamente vinculada ao desenvolvimento, difusão e utilização eficientes das novas tecnologias (especialmente as de informação e comunicações) na economia baseada no conhecimento (CASSIOLATO, 1999). Desta forma, observa-

se um crescente reconhecimento da importância da inovação e dos sistemas nacionais de inovação em tais países.

Destaca-se que a ênfase ao enfoque de sistema de inovação em si já traz pelo menos duas orientações de políticas embutidas para nortear os policy-makers quanto às novas formas de promoção à inovação: (a) que o processo inovativo, assim como as políticas para estímulo do mesmo, não podem ser vistos como elementos isolados de seus contextos nacional, setorial, regional, organizacional, institucional; e, portanto, (b) a importância de se focalizarem a relevância de cada subsistema envolvido, assim como as articulações entre estes e entre os diferentes agentes (CASSIOLATO, 1999, p. 183).

Em outras palavras, é importante conhecer bem o contexto geral e específico em que se encontram as políticas de tecnologia e inovação, bem como sua relevância e sistemas de articulações. Cassiolato (1999) evidencia que as políticas de tecnologia e inovação, na maior parte dos países avançados, tem tido um papel significativo na aceleração da difusão eficiente das mesmas, fundamentalmente, o domínio e algum grau de autonomia parcial em tecnologias críticas e, particularmente, as de informação e comunicações. Isso porque, segundo Lemos (1999), a emergência do atual paradigma das novas tecnologias da informação e comunicações – na qual concede uma transformação radical nas formas de comunicação e de troca de informações – coloca em destaque a importância das diferentes fontes de inovação e da interação entre as mesmas.

À vista disso, o processo de inovação deve ser entendido como um sistema interativo, realizado com a contribuição de variados agentes econômicos e sociais que possuem diferentes tipos de informações e conhecimentos (LEMOS, 1999). Essa interação se dá em vários níveis, entre diversos departamentos de uma mesma instituição, entre instituições distintas e com várias organizações, bem como aquelas de ensino e pesquisa. Por isso, Lemos (1999) acredita que, devido à necessidade de colaboração, observa-se uma crescente articulação dentro das empresas, entre estas e organizações do governo e, em especial, instituições de pesquisa.

Conforme relatos de Salerno e Kubota (2008), entretanto, ainda existem algumas barreiras que precisam ser transpassadas pelo Estado brasileiro, entre elas, a rigidez institucional e a burocracia do sistema. Os autores usam como exemplo o caso de alterações administrativas das universidades estaduais em São Paulo.

O aumento de quadro de uma universidade precisa ser aprovado pelo Legislativo em vez de se dar no âmbito do orçamento da própria universidade; os planos de cargos e salários das universidades estaduais paulistas, que estão entre as principais do País e do mundo, precisam ser aprovados pela

Assembléia Legislativa de São Paulo, apesar de haver uma lei que garante, a essas universidades, autonomia de gestão. Todos os cargos são de funcionários estáveis, o que torna difícil a mudança curricular e o aproveitamento de oportunidades de utilização de pessoal por tempo determinado, como é praxe nas instituições congêneres no mundo, inclusive em países com enorme presença do Estado, como é o caso da França e da Itália (SALERNO, KUBOTA, 2008, p.55).

Nesse sentido, Salerno e Kubota (2008) chamam a atenção para um ponto fundamental e decisivo: o de reconstruir a capacidade empreendedora do Estado. Para os autores, isso não quer dizer estatização e sim capacidade de ação, ou seja, presteza de contratação de projetos e de pessoal, agilidade para demissão de funcionários que não apresentem desempenho adequado, entre outros exemplos.

Embora destacadas algumas adversidades quanto às ações do governo brasileiro para o progresso da ciência, tecnologia e inovação, Salerno e Kubota (2008) observam que o Estado pode ainda participar de maneira significativa para criar ambientes mais favoráveis ao desenvolvimento de inovações nesse setor. Para os autores, o Estado pode induzir fortemente o comportamento, as estratégias e as decisões relativas à inovação, principalmente, por meio de políticas governamentais.

Nos debates atuais sobre o Estado-Nação e sua capacidade de formular políticas nacionais, igualmente, critica-se a tese que coloca as instâncias locais, nacionais e supranacionais como opostas à globalização. Particularmente destaca-se o novo papel dos Estados nacionais de se pronunciarem e definirem políticas domésticas (tanto nacionais como subnacionais) crescentemente articuladas ao nível de blocos regionais (CASSIOLATO, 1999, p.180).

Assim, os desafios mensurados devem ser vistos, não em contraposição à própria alternativa de se definirem políticas nacionais, mas sim como novas exigências a serem ponderadas. Cassiolato (1999) argumenta que, ao invés de perderem sentido, na verdade, as políticas nacionais devem ter seu alcance, desenho, objetivos e instrumentos reformulados, visando o atendimento dos novos requerimentos impostos por um conjunto de fatores relacionados à inauguração do atual padrão imposto pela Economia da Informação e do Conhecimento.

De acordo com Cassiolato (1999), as assimetrias apresentadas entre as potencialidades das tecnologias de informação e comunicação e seu uso eficiente têm levado os países a radicalmente alterar suas estratégias e estabelecer políticas específicas para sua produção e uso. O autor comenta que no caso específico do papel das políticas nacionais no novo cenário, “sugere-se que seja realizada uma reflexão partindo do pressuposto de que mudanças importantes estão ocorrendo.

Importa analisar tais mudanças e identificar os novos objetivos e rumos a serem seguidos” (CASSIOLATO, 1999, p.184). Chama-se a atenção para as novas demandas e desafios, crescentemente globalizados, associados à estrutura da Sociedade da Informação.

Tratando da discussão sobre o atual papel das políticas de desenvolvimento em tecnologia e inovação, Cassiolato (1999) reconhece que a presente fase de aceleração do processo de globalização decerto traz novos desafios à definição e implementação de projetos e políticas nacionais nesse âmbito. Entretanto, o autor ressalta a abertura de novas oportunidades que, somente, devem ser mais bem aproveitadas pelos governos e sociedades possuidores de coesão, estratégia e medidas eficientes para delas tirar vantagem.

Compreende-se, sob esse ponto de vista, que os avanços resultantes de processos inovativo são fator básico na formação dos padrões de transformação da economia e sociedade, bem como de seu desenvolvimento em longo prazo (LEMOS, 1999). Isto é, existe uma estreita relação entre o crescimento econômico de uma sociedade e as mudanças que ocorrem com a introdução e disseminação de inovações tecnológicas e organizacionais.



### **1.2.1. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) na Era da Informação**

Conforme assinalado anteriormente, a Era da Informação é marcada pela crescente incorporação de conhecimentos nas atividades produtivas, de pesquisa e para a economia, nesse cenário, a inovação passou ser entendida como variável ainda mais estratégica para a competitividade de organizações e países; nas quais, destaca-se o acareamento das mudanças dela decorrentes de forma diferenciada, considerando suas especificidades históricas e socioeconômicas e as possibilidades permitidas pela sua inserção geopolítica (CASSIOLATO, LASTRES, 2005). Em vista disso, países avançados (e alguns em desenvolvimento) vêm alcançando melhores resultados tanto em termos do aproveitamento das oportunidades apresentadas, como pela superação das dificuldades inerentes ao processo de transformação.

Para o entendimento do caráter localizado dos processos de inovação e difusão das tecnologias de informação e comunicações, Cassiolato (1999) enumera três características essenciais que merecem alguma elaboração. Primeiramente, em extensão maior do que em outras áreas da mudança tecnológica, a incorporação de produtos eletrônicos em outros produtos, processos e sistemas organizacionais requer um envolvimento direto do usuário no design e desenvolvimento tecnológico, ou seja, um sistema muito menos padronizado e mais específico às características de cada usuário, de seus produtos, processos e mercados (CASSIOLATO, 1999).

O segundo aspecto mencionado pelo autor diz respeito aos sistemas e redes (networking) que envolvem a parte das aplicações de tecnologias da informação e comunicações, nas quais as características de rede implicam também em mudanças nas relações entre instituições. Por último, Cassiolato (1999) destaca que as novas tecnologias de informação e comunicações devem ser utilizadas como poderosos instrumentos para gerar inovações e mudança tecnológica, assim, evidenciando o papel e a importância dos diversos tipos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nesta fase de mudanças.

A Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), também conhecida como Investigação e Desenvolvimento (ID), é definida no Manual de Frascati (OCDE, 2002) compreendendo trabalho criativo executado de forma sistemática para aumentar o estoque de conhecimento, inclusive o conhecimento sobre o homem, a cultura e a sociedade e o uso desse estoque de conhecimento para desenvolver novas

aplicações. Segundo a OCDE (2002), o termo P&D engloba três atividades: investigação básica, investigação aplicada e desenvolvimento experimental.

A “investigação básica” tem referência em trabalhos experimentais ou teóricos iniciados principalmente para obter novos conhecimentos sobre os fundamentos dos fenômenos e fatos observáveis, sem ter em vista qualquer aplicação ou utilização particular. A “investigação aplicada” consiste também em trabalhos originais realizados para adquirir novos conhecimentos; no entanto, está dirigida fundamentalmente para um objetivo prático específico (OCDE, 2002).

Já o “desenvolvimento experimental” diz respeito aos trabalhos sistemáticos baseados nos conhecimentos existentes obtidos pela investigação e/ou pela experiência prática, e dirige-se à produção de novos materiais, produtos ou dispositivos; além da instalação de novos processos, sistemas e serviços; bem como à melhoria substancial dos já existentes. Por fim, é necessário esclarecer que a P&D engloba tanto aquela do tipo “formal” realizada nas unidades de P&D como a “informal ou ocasional” realizada em outras unidades (OCDE, 2002).

De acordo com Maldonado (1999), a adoção de “estratégias globais de pesquisa”, principalmente, por meio de unidades de P&D em diferentes países e criação de acordos internacionais de cooperação tecnológica são elementos que compõem a ideia de um suposto termo em prol do tecno-globalismo. Outro exemplo é o estabelecimento de networks para a execução de programas de inovação e, ainda, grandes programas de pesquisa transnacionais cooperativos.

Destaca-se a tendência de as políticas focalizarem conjuntos de atores e seus ambientes, visando potencializar, disseminar e fazer com que seus resultados sejam mais eficazes. Os diferentes contextos, sistemas cognitivos e regulatórios e formas de articulação, de cooperação e de aprendizado interativo entre agentes são reconhecidos como fundamentais na geração, aquisição e difusão de conhecimentos, particularmente aqueles que são tácitos (CASSIOLATO, LASTRES, 2005). Paralelamente, assiste-se ao desenvolvimento de instrumentos que abarcam estes atores coletivos, em complementação à tradicional ênfase a atores individuais.

Cassiolato (1999) explica que as tecnologias e comunicações afetam e influenciam significativamente os processos de aprendizado fundamentais para a organização da informação que é, por sua vez, atividade básica para a geração de conhecimento. O autor enfatiza o caráter localizado dos métodos de aprendizagem e, conseqüentemente, do uso eficiente das tecnologias e comunicações; considerando

que parte significativa do conhecimento é tácito, incluso em agentes individuais – ou coletivos – e em processos sociais e culturais.

É possível entender a produção do conhecimento como um segmento separado que reúne um conjunto de atividades ligadas à produção dos novos conhecimentos e ao processamento e distribuição da informação (CASSIOLATO, 1999). Entre as quais, envolvem o sistema educacional, as universidades, os institutos de pesquisa tecnológica, os serviços de informação, bem como as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de organizações públicas e privadas e, de maneira mais ampla, as próprias políticas de informação e Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), específicas de cada contexto.

Na maioria das vezes, as novas políticas englobam o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias por meio da promoção das atividades de P&D e do estímulo à difusão e cooperação nas áreas de pesquisa genérica de longo prazo. De forma explícita, também visam promover a consolidação das bases regionais para o desenvolvimento tecnológico, o reforço de malhas de pequenas e médias empresas e o desenvolvimento de atividades consideradas estratégicas para o crescimento econômico nacional (CASSIOLATO, LASTRES, 2005). Algumas destas políticas têm se concretizado através do estímulo à formação de novas instituições e organizações de natureza coletiva, e da implementação de ações que estimulam as empresas e demais atores locais a interagirem. Além dos projetos de pesquisa e desenvolvimento conjuntos, tais ações têm incluído a formação e capacitação de recursos humanos, informação, design, etc. Ressalta-se que estas políticas voltadas para a promoção da interatividade de forma alguma substituem as ações de apoio público à infraestrutura científica e tecnológica (CASSIOLATO, LASTRES, 2005).

Na Era do Conhecimento, torna-se ainda mais fundamental o fortalecimento das instituições de ensino e pesquisa, dentro de uma estratégia articulada de planejamento de longo prazo. Portanto, as novas políticas, além de reforçarem as instituições científicas e tecnológicas, devem enfatizar a importância da interação entre diferentes atores, apostando que a geração, aquisição e difusão de conhecimentos constituem, de fato, processos interativos e simultâneos. De modo que é preciso que as instituições públicas desenvolvam ações estratégicas dirigidas a públicos específicos, com instrumentos de comunicação, em defesa do interesse público; assim, faz-se necessário uma reflexão sobre a comunicação pública a serviço da sociedade e do cidadão.

## 2. COMUNICAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA: TEORIA E PRÁTICA

### 2.1. *De qual comunicação estamos falando*

Em razão do grande desenvolvimento dos meios tecnológicos de comunicação, é oportuno perguntar-se o que de fato é comunicação. Do ponto de vista meramente etimológico, o termo vem do latim *communis* e significa pôr em comum, partilhar, comunhão. De forma simplista, significa o interrelacionamento entre pessoas e supõe o diálogo; assim, observa-se que sempre haverá um “sujeito” que diz alguma coisa (mensagem) para um determinado “destinatário” (GOMES, 1997). Isto é, primordialmente, sempre haverá uma intencionalidade que move à comunhão, à partilha, ao pôr em comum, além da persuasão.

Como um fenômeno predominantemente humano, a comunicação é um termo complexo de se conceituar. De acordo com Gomes (1997), a problemática inicia-se quando se aplica à comunicação o entendimento de um modelo mecânico de transferência de informação para a relação entre as pessoas. Nesse sentido, há uma preocupação com a “emissão” e a “recepção”; além da fonte, codificação, mensagem, decodificação e destino; em outras palavras, a relação entre emissor, mensagem, canal e receptor. Exemplificando, Bordenave (2002) relata que:

Alguém fez, uma vez, uma lista dos atos de comunicação que um homem qualquer realiza desde que se levanta pela manhã até a hora de deitar-se, no fim do dia. A quantidade de atos de comunicação é simplesmente inacreditável, desde o “bom-dia” à sua mulher, acompanhado ou não por um beijo, passando pela leitura do jornal, a decodificação de número e cores do ônibus que o leva ao trabalho, o pagamento do cobrador, a conversa com o companheiro de banco, os cumprimentos aos colegas de escritório, o trabalho com documentos, recibos, relatórios, as reuniões e entrevistas, a visita ao banco e as conversas com seu chefe, os inúmeros telefonemas, o papo durante o almoço, a escolha do prato no menu, a conversa com os filhos no jantar, o programinha de televisão, o diálogo amoroso com sua mulher antes de dormir, e o ato final de comunicação num dia cheio dela: “boa-noite” (BORDENAVE, 2002, pp.18-19).

Desse modo, é possível observar que a comunicação confunde-se com a própria vida, tem-se tanta consciência de que comunicamos como de que respiramos ou andamos. “Somente percebemos a sua essencial importância quando, por um acidente ou uma doença, perdemos a capacidade de nos comunicar. Pessoas que foram impedidas de se comunicarem durante longos períodos, enlouqueceram ou ficaram perto da loucura” (BORDENAVE, 2002, p.19). Assim, o autor afirma que a

comunicação é um produto funcional da necessidade humana de expressão e relacionamento. No entanto, essa concepção é vista como “tradicional” por Gomes (1997), já que o fenômeno humano da comunicação é mais amplo do que o modelo mecânico de transferência de informação.

De modo a esclarecer a relação díspar entre informação e comunicação, faz-se necessário uma pequena abordagem sobre o tema. Primeiramente, observa-se que há uma diferença entre informação e comunicação. Informar, simplesmente, não é comunicar. Wolton (2011, p.11) explica que “a comunicação é mais complexa do que a informação”. De fato, o autor concorda que não existe comunicação sem informação, no entanto, a comunicação é sempre mais difícil, pois impõe a questão da relação – com o outro. Wolton (2011) afirma que é falso pensar que basta informar sempre mais para comunicar, pois a onipresença da informação torna a comunicação ainda mais difícil.

Quanto ao conceito de informação, Logan (2012) acredita não ser um termo simples e direto, mas uma noção muito instável, utilizada de diversas maneiras e em muitos contextos diferentes. A palavra é derivada do latim através do francês, combinando o verbo “informar” (que significa dar forma para a mente), com o sufixo “ção”, que denota um substantivo de ação (LOGAN, 2012). O autor esclarece que a noção de informação como algo que pode ser armazenado, transferido ou comunicado a um objeto inanimado e a noção de informação como uma quantidade definida matematicamente não surgem antes do século XX.

Sem a intenção de discorrer profundamente sobre a teoria da informação, mas a título de interpelação, Vieira Pinto (2005) explica que a informação consiste na produção, pelo pensamento, de ideias do mundo físico, biológico ou social que são reflexos da realidade na consciência e impelem esta a usar a captação do conhecimento, praticada no estado de ideia, para os seguintes efeitos:

- (1) Fazer a informação retornar ao mundo, sob forma de ação conveniente para enfrentar a situação de onde partiu a percepção informativa recebida e emprega-la para modificar esse estado objetivo, permitindo ao homem realizar as finalidades que concebe. [...]
- (2) O homem utiliza a informação enquanto ideia para comunicar-se com seus semelhantes, estabelecendo, assim, o circuito da comunicação social, graças ao qual a informação colhida por um indivíduo, incorporando-se um bem coletivo, em virtude de se instalar no plano da cultura e de se prestar à distribuição mediante mecanismos transmissores ou pelo contato pessoal. [...]
- (3) A informação, enquanto ideia, é recebida do mundo ou de outro indivíduo para obter novas informações sobre a realidade, nas pesquisas científicas mediante instrumentos e procedimentos de coleta de dados, ou para

constituição de ideias complexas, tal sendo o caso da matemática ou da filosofia, a partir das que foram objeto de informação precedente de primeiro grau.

- (4) Por fim, a informação, enquanto ideia, é utilizada para constituir a teoria da informação, incluída, na condição de domínio particular, no campo da cibernética. (VIEIRA PINTO, 2005, pp.192-193).

A informação é, portanto, um conceito sintético, válido para todas as formas de movimento da matéria e, naturalmente, para a mais complexa e perfeita, o pensamento (VIEIRA PINTO, 2005). O autor cita três fases observadas pela teoria da informação:

Primeiro, a fase empírica. A informação, fato elementar e biologicamente necessário da convivência humana, vem a ser praticada sistematicamente pela propaganda, de qualquer espécie. [...] Segundo, a fase sociológica. Consiste no período em que a informação torna-se intencionalmente dirigida para o fim de obter certos resultados na modificação do comportamento de grupos de indivíduos e principalmente das massas indiscriminadamente, resultados desejados por setores sociais dominantes, empresas industriais e comerciais, partidos políticos, confissões religiosas, governos [etc...]. Os próprios resultados positivos produzidos indicam estar contido na difusão das mensagens algo mais do que os aspectos qualitativos visíveis, devendo haver um conteúdo real que, tudo indica, pode ser objeto de análise quantitativa, submetido a uma unidade de medida. O esforço para levar à prática esta concepção inaugura a terceira fase da curta história aqui esboçada. (VIEIRA PINTO, 2005, pp.34-35).

Assim entendida, Vieira Pinto (2005) afirma que a informação consiste sempre na passagem de um conteúdo de saber de um conhecedor atual para outro, futuro; indo sempre do sábio ao ignorante, com o inevitável risco de distorções de clareza da mensagem no trajeto. Wolton (2011) explica que existem três grandes categorias de informação: oral, imagem e texto. A informação é tratada pelo autor segundo a definição clássica que remete à unidade e à mensagem; em contrapartida, a comunicação remete à ideia de relação, de compartilhamento, de negociação.

Em resumo, Bordenave (2002) explica que há duas maneiras de definir algo: pode-se enumerar os elementos de que está composto ou indicar para que serve. Assim, a comunicação “serve para que as pessoas se relacionem entre si, transformando-se mutuamente e a realidade que as rodeia” (BORDENAVE, 2002, p.36). Nesse contexto, o autor ressalta os seguintes elementos básicos da comunicação: 1) a “realidade” ou “situação” onde ela se realiza e sobre a qual tem um efeito transformador; 2) os “interlocutores” que dela participam; 3) os “conteúdos” ou “mensagens” que elas compartilham; 4) os “signos” que elas utilizam para representá-los; e 5) os “meios” que empregam para transmiti-los.

Desse modo, Gomes (1997) acredita que emissor e receptor não podem ser entendidos como indivíduos isolados e abstratos, mas “lugares sociais”, passíveis de investigação. Segundo Lopes (1990) a palavra “comunicação” pode ser empregada tanto para indicar uma “disciplina ou estudo” quanto “o seu objeto de estudo”.

A ambiguidade da palavra não deve obscurecer o fato de a comunicação ter sido constituída como um campo de estudos que progressivamente se autonomiza dentro da grande área de conhecimento que são as Ciências Sociais e Humanas. Isto porque progressivamente tem demonstrado a especificidade intrínseca de seu objeto – os fenômenos comunicacionais da sociedade atual (LOPES, 1990, p.11).

Para esclarecer melhor o que seriam estes “fenômenos comunicacionais” propostos pela autora, Bordenave (2002) explica que, por meio de estudos sobre o chamado “homem social”, iniciados na década de 1970, começou a conceder-se uma importância concreta ao fato de o homem ser ao mesmo tempo o produto e o criador de sua sociedade e cultura. “Tomou-se em conta que ele está rodeado pelo meio ambiente físico, mas, sobretudo, pelo meio ambiente social, composto por outras pessoas com quem ele mantém relações de interdependência” (BORDENAVE, 2002, p.8). No processo de comunicação, cada sujeito é uma unidade referencial, com espaço, preconceitos e preconcebidos próprios.

Por essa razão, Gomes (1997) ressalta o conceito de que a comunicação deve ser entendida como um processo de produção/recepção de complexos efeitos de sentido – e não apenas de informação – a partir do espaço ocupado pelos interlocutores na trama das relações sociais, assim como em função da perspectiva ideológica, política e cultural de que eles são portadores em virtude de sua posição de classe. Segundo o autor, o indivíduo articula sempre a partir de interesses materiais e simbólicos de sua condição social.

Visto que a comunicação tem sido o fator principal nas trocas sociais e nas relações de produção que constituem a sociedade, é de total importância que cada um entenda como ela funciona e se organiza a fim de poder trabalhar e se adaptar às diversas mudanças que acontecem todos os dias. De modo que “a compreensão do fascinante processo da comunicação pode induzir alguns a gozar mais das infinitas possibilidades, gratuitas e abertas, deste dom que temos de nos comunicarmos uns com os outros” (BORDENAVE, 2002, p.45). Assim, evidenciando a importância desse estudo.

Deve-se observar que a Ciência da Comunicação, como disciplina, possui uma relação intrínseca com as Ciências Sociais. Para Bordenave (2002), a comunicação é uma necessidade básica da pessoa humana (do homem social). “A comunicação foi o canal pelo qual os padrões de vida de sua cultura foram-lhe transmitidos, pelo qual aprendeu a ser “membro” de sua sociedade, de sua família, de seu grupo de amigos, de sua vizinhança, de sua nação” (BORDENAVE, 2002, p.18). E, ao longo dos tempos, foram se aperfeiçoando tais canais de comunicação.

Na maior parte da história da humanidade, o principal meio de comunicação foi a fala, e a norma era a comunicação presencial. Nessas culturas orais, informações, ideias e conhecimentos eram transmitidos através das gerações pela palavra falada, e simplesmente não existiam os tipos de repositórios de conhecimento com os quais estamos acostumados – como livros e bibliotecas. [...]. Um precursor importante dos meios de comunicação modernos foi a invenção da máquina de impressão com tipos móveis por Gutenberg na metade do século XV (GIDDENS, 2012, p.515).

Naquela época, a máquina tipográfica de Gutenberg possibilitou novas formas de impressão de documentos e gerou uma revolução nos costumes, nos hábitos e na forma de praticá-los (GIDDENS, 2012). Em sua comparação, hoje, as novas tecnologias de informação e comunicações, como, por exemplo, a internet e o celular, revolucionaram os meios de comunicação de massa tradicionais (televisão, jornal, rádio e etc) (CASTELLS, 1999); estes são chamados de mídia de “massa” porque comunicam informações e entretenimento a uma audiência massiva, que compreendem números muito grandes de pessoas.

Bordenave (2002) explica que a indústria da comunicação surgiu com o intuito de explorar comercialmente as capacidades tecnológicas dos meios de comunicação, assim, organizaram-se empresas jornalísticas, televisivas, editoriais e radiodifusoras, que compõem a também chamada “indústria cultural”. Segundo o autor, estes meios são tão poderosos e importantes na vida contemporânea que às vezes esquece-se que representam uma parte pequena da comunicação total com a sociedade. Marcondes Filho (2010) explica que a comunicação não está na difusão em massa de jornais, rádios, televisões, revistas, publicidades de rua e semelhantes; nesse sentido ela é apenas difusão, uma emissão de sinais e formas livremente para que alguém os capte, pois não há a ação recíproca, a troca, o aprendizado instantâneo e num mesmo ambiente contextual um com o outro. Desse modo, Bordenave (2002) relata que:



A comunicação interpessoal, característica da sociedade tradicional, que muitos pensavam que seria suplantada pela comunicação impessoal dos meios eletrônicos, hoje está de novo em ascenso, talvez como uma reação contra a massificação e o comercialismo dos meios de massa (BORDENAVE, 2002, p.22).

Ao contrário disso, Marcondes Filho (2010) acredita que as pessoas vivem, neste início de século, tão estimuladas e incentivadas a comunicar – há tantos aparelhos e situações que facilitam a transmissão dos sentidos – e, mesmo assim, a comunicação não é efetiva ou, quando ela ocorre, é só em parte, insatisfatória, frustrante e pobre. O autor relata que essa “é uma sociedade em que a comunicação real vai ficando cada vez mais rara, remota, difícil e vive-se na ilusão da comunicação, na encenação de uma comunicação que, de fato, jamais se realiza em sua plenitude” (MARCONDES FILHO, 2010, p. 8). Apresenta-se aqui a “ineficiência da comunicação” como principal problemática da atual sociedade.

Há comunicação quando eu consigo fazer com que o outro atinja a mesma faixa de frequência de meu pensamento, entre em minhas ideias, as sinta como eu. Mas isso jamais se realiza de modo imediato. Por isso, o processo comunicativo deve ter condições de maturação, é um trabalho que supõe certo caminho juntos, na constância, na insistência; um trabalho continuado e intencional em transmitir ao outro, de fazê-los sentir em nós (MARCONDES FILHO, 2010, p.100).

Para Marcondes Filho (2010), a completude da comunicação só será alcançada quando “emissor” e “receptor” estiverem em plena sintonia; em que o excesso de meios de comunicação não comunica propriamente, quando não há reciprocidade no ato de comunicar. Essa problemática está presente tanto nas relações interpessoais quanto nas relações organizacionais e políticas da sociedade. De acordo com Santiago (2011), o poder comunicativo de negociação e de constituição de esferas públicas de debate está presente na esfera das representações sociais, particularmente no âmbito das organizações intermediárias da sociedade (grupos sociais e entidades civis), bem como nas organizações políticas, e certas organizações sociais detêm maiores cotas de influência do que outras.

As origens e a evolução das organizações se fundamentam na necessidade de estruturar a vida em sociedade. O homem, como ser social e relacional, precisa do seu semelhante não só para satisfazer suas necessidades, mas para constituir-se como indivíduo moralmente capaz de se apresentar em público, de se colocar diante dos outros como interlocutor em potencial e estabelecer interações que buscam alcançar o entendimento recíproco acerca de problemas que só podem ser solucionados pela conjugação de esforços (SANTIAGO, 2011, P338).

Então, como a relação com a sociedade implica uma multiplicidade de interações entre atores sociais com interesses diferentes, é fundamental a predisposição para encontrar espaços de diálogo, na tentativa de chegar ao entendimento (SANTIAGO, 2011); de modo que essa postura possibilita a construção de relacionamentos mais consistentes e sustentáveis, assim, garantindo maior legitimidade à organização, seja pública ou privada. Conforme relatado, a comunicação não existe por si mesma, como algo separado da vida da sociedade; pelo contrário, a sociedade e comunicação estão em total simbiose (BORDENAVE, 2002). Por isso, a comunicação deve ser investigada dentro dos marcos do contexto social, econômico, cultural e político que a envolve.

## **2.2. A singularidade da comunicação pública**

De acordo com Lima (2012), a comunicação ocupa uma posição central nas sociedades contemporâneas, transpassando diferentes processos e esferas da atividade humana, em particular, a esfera política. Na área de investigações científicas, “Comunicação e Política se situam na fronteira de dois campos distintos do conhecimento, institucionalizados na universidade brasileira: a Comunicação e a Ciência Política” (LIMA, 2012, pp.84-85). Para o autor, um campo de estudos, na confluência entre as pesquisas da Comunicação e da Ciência Política, ainda não foi plenamente consolidado por causa das várias concepções teóricas que estão em disputa e, também, por coexistirem interpretações conflitantes sobre a mesma realidade.

“Há de se constatar que ainda é muito forte no *mainstream* da Ciência Política brasileira uma visão redutora da comunicação à informação política, categoria de análise perdida entre dezenas de outras que interferem no funcionamento do sistema político” (LIMA, 2012, p.85). Outro exemplo, destacado pelo autor, é o debate em torno da importância da mídia nas eleições. Na presente pesquisa, chama-se a atenção para o debate que se dá na esfera pública entre Estado, governo e sociedade, sobre temas de interesse coletivo, próprio das sociedades democráticas; trata-se de um processo de negociação possível através da comunicação pública. É nesse sentido que Monteiro (2012) entende a comunicação pública, por ser um processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a

Sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país.

No entanto, antes de iniciar abordagem mais profunda sobre os conceitos e processos que permeiam a área de comunicação pública, faz-se necessário uma breve apresentação sobre a relação entre comunicação, democracia e opinião pública. Para Novelli (2012), a prerrogativa de participação da sociedade nos assuntos políticos, iniciada somente após as revoluções liberais do século XVIII, fez com que a opinião pública se tornasse uma instância de vital importância para o funcionamento das democracias modernas. Matteucci (1999) explica que a história do conceito de “opinião pública” coincide com a formação do Estado moderno, de modo que, ao constituir-se uma sociedade civil dinâmica e articulada dentro deste Estado, foi se formando um público que não quer deixar – sem controle – a gestão dos interesses públicos nas mãos dos políticos.

A Opinião Pública é de um duplo sentido: quer no momento da sua formação, uma vez que não é privada e nasce do debate público, quer no seu objeto, a coisa pública. Como "opinião", é sempre discutível, muda com o tempo e permite a discordância: na realidade, ela expressa mais juízos de valor do que juízos de fato, próprios da ciência e dos entendidos. Enquanto "pública", isto é, pertencente ao âmbito ou universo político, conviria antes falar de opiniões no plural, já que nesse universo não há espaço apenas para uma verdade política, para uma epistemocracia. A Opinião pública não coincide com a verdade, precisamente por ser opinião, por ser doxa e não episteme; mas, na medida em que se forma e fortalece no debate, expressa uma atitude racional, crítica e bem informada (MATTEUCCI, 1999, p.845).

Assim, Novelli (2012) relata que a opinião pública, tal como concebida atualmente, sempre será associada ao desenvolvimento de um regime político democrático, em que, para se legitimar, o governo busca o apoio e o consentimento da sociedade. Em outras palavras, por se tratar de regime político sustentado pelo consentimento, a democracia requer que as decisões públicas sejam constantemente justificadas pelo governo a fim de que recebam a aprovação da sociedade para que possam ser implantadas na prática, embora nem sempre seja assim. Por essa perspectiva, Novelli (2012) acredita que a comunicação pública, seja entendida como aquela praticada pelo governo para prestar esclarecimentos à sociedade ou como aquela praticada no âmbito da esfera pública, assume papel de destaque como elemento fundamental na formação e consolidação da opinião pública sobre assuntos públicos, uma vez que se insere como uma das principais fontes de informação no jogo político que vai se estabelecer na esfera pública.

De acordo com Weber (2012), a comunicação dos Estados democráticos é um dos dispositivos essenciais aos modos de governar, legislar e julgar, bem como as mídias são balizadoras dessa comunicação. De modo que o Estado democrático, ao mesmo tempo em que se manifesta sobre novas formas de auscultar e responder ao interesse público, amplia sua capacidade de criar e promover ações por meio de seus sistemas e suas redes de comunicação.

As instituições públicas são reféns de processos de visibilidade necessários à promoção de suas ações julgadas, apoiadas ou rechaçadas; reféns da sua capacidade de comunicar e do modo como suas informações são transmitidas pela mídia. A visibilidade do poder pode ser administrada no plano interno das instituições, mas é pouco controlável externamente, pois está submetida a decisões editoriais, econômicas e políticas das organizações midiáticas, as mídias de massa (WEBER, 2012, p.103).

Para a autora, nas instituições democráticas contemporâneas a visibilidade é imperiosa em relação ao processo de *accountability* e à demonstração das relações entre Estado e sociedade. Weber (2012) menciona que, associada à visibilidade, está a busca de credibilidade capaz de construir opiniões e tornar defensável um projeto político. Desta comunicação emergem indicadores que podem aferir um poder específico capaz de, conjuntamente: “efetuar processos de *accountability*; promover projetos políticos; propor uma adequada imagem pública; fazer propaganda; e ampliar a sua capacidade de competir com a informação gerada pelas mídias de massa” (WEBER, 2012, p.105). Assim, a autora entende que a comunicação pública se constitui a partir do momento em que o interesse público está em jogo e temas relacionados (ambiente, ciência, cotas, etc) circulam em redes instadas a se manifestar e chegando à mobilização social, especialmente quando os temas privilegiam seus saberes e práxis.

É importante ressaltar que, considerando o grau de complexidade que envolve a definição do termo, o conceito de “comunicação pública” ainda está em fase de construção. Desta forma, serão detalhadas algumas conceituações feitas por diversos autores e pesquisadores renomados da área. Assim, Gushiken (apud Monteiro, 2012) elenca alguns princípios da comunicação pública: 1) o direito do cidadão à informação, como base para o exercício da cidadania; 2) o dever do Estado de informar, zelando pelo conteúdo informativo, educativo e de orientação social daquilo que se divulga; 3) a comunicação pública como instrumento de diálogo, interatividade e envolvimento do cidadão nas políticas públicas e não como

instrumento de promoção pessoal dos agentes públicos; 4) a importância da qualidade na comunicação dos serviços públicos e dos valores éticos, transparência e verdade.

Seguindo essa premissa, Duarte (2012) expõe a comunicação pública como forte instrumento do aperfeiçoamento da qualidade da relação entre o cidadão e as instituições que atuam com questões de interesse público, principalmente as organizações políticas. Segundo o autor, a comunicação pública é “uma expressão que tem se tornado popular por responder ao anseio coletivo de uma comunicação mais democrática, participativa e equânime” (DUARTE, 2012, p.122). Nesse contexto, a comunicação pública deve apresentar: 1) compromisso em privilegiar o interesse público em relação ao interesse individual ou corporativo; 2) centralizar o processo no cidadão; 3) tratar comunicação como um processo mais amplo do que apenas a transmissão de informações; 4) além de adaptação dos instrumentos às necessidades, possibilidades e interesses dos públicos; e, ainda, 5) assumir a complexidade da comunicação, tratando-a como um todo uno (DUARTE, 2012).

Brandão (2012) identifica a comunicação pública com os conhecimentos e técnicas da comunicação organizacional, isto é, a área que trata de analisar a comunicação no interior das organizações e entre ela e seus públicos, buscando estratégias e soluções. Tendo como característica o tratando da comunicação de forma estratégica e planejada, visando criar relacionamentos com os diversos públicos e construir uma identidade e uma imagem dessas instituições, sejam elas públicas e/ou privadas. No âmbito governamental, Monteiro (2012) observa o crescimento constante da comunicação entre os poderes instituídos e o cidadão, principalmente, mediante aumento progressivo do número de serviços prestados pelo governo por meio eletrônico (chamado de *e-gov*), além das informações divulgadas nos portais corporativos, pesquisas de opinião, consultas públicas realizadas via Internet, dentre outros exemplos. Assim, Brandão (2012) relata que:

Nesta acepção, dever-se-ia compreender comunicação pública como um processo comunicativo das instâncias da sociedade que trabalham com a informação voltada para a cidadania. Entre elas, órgãos governamentais, organizações não governamentais, associações profissionais e de interesses diversos, associações comunitárias, enfim, o denominado terceiro setor, bem como outras instâncias de poder do Estado, como conselhos, agências reguladoras e empresas privadas que trabalham com serviços públicos, como telefonia, eletricidade etc (BRANDÃO, 2012, p.5).

A autora explica que a comunicação governamental pode ser entendida como comunicação pública, na medida em que ela é um instrumento de construção

da agenda pública e direciona seu trabalho para a prestação de contas, o estímulo para o engajamento da população nas políticas adotadas, o reconhecimento das ações promovidas nos campos políticos, econômico e social; em resumo, provoca o debate público (BRANDÃO, 2012). Trata-se de uma forma legítima de um governo prestar contas e levar ao conhecimento da opinião pública os projetos, ações, atividades e políticas que realiza e que, basicamente, são de interesse público.

Zémor (2012) acredita que, em sua prática, a comunicação pública assume diferentes formas ligadas às missões das instituições públicas: 1) é encarregada de tornar a informação disponível ao público, 2) de estabelecer a relação e o diálogo capazes de tornar um serviço desejável e preciso, 3) de apresentar os serviços oferecidos pela administração, pelas coletividades territoriais e pelos estabelecimentos públicos, 4) de tornar as próprias instituições conhecidas, por fim, 4) de conduzir campanhas de informação e ações de comunicação de interesse geral (ZÉMOR, 2012). Para o autor, deve-se somar ainda o encargo ligado à natureza mais política, ou seja, da comunicação do debate público que acompanha os processos decisórios.

Segundo Zémor (2012), todo poder público civilizado acumula dados que estão ligados à sua identidade e ao seu desenvolvimento (como, por exemplo, cadastros públicos, recenseamentos, tratados, trações de situação econômicas e sociais, decisões públicas e etc), desse modo, ao serviço público compete a ação de tornar conhecidas, de qualquer maneira, essas informações e de prestar contas dos atos de utilidade pública. Então, devido à complexidade dos textos e dos procedimentos, ou das situações nas quais os cidadãos se encontram, de modo que o direito à informação estabelece um dever de comunicação, na qual o diálogo ou a assistência supõe uma relação estabelecida.

Duarte (2012) relata que devido as suas características de conteúdo e por causa do público que se pretende alcançar – a população de um país, Estado ou município –, assim, a maioria dos instrumentos utilizados pela comunicação feita pelo Estado ou por um governo faz parte da chamada “comunicação de massa” ou “grande mídia” (televisão, rádio, impressos e internet) ou, ainda, por meio de campanhas publicitárias. Além desses meios, o autor aponta que as novas práticas de participação política que a sociedade tem encontrado para se fazer ouvir, somadas ao desenvolvimento acelerado da tecnologia e à maior possibilidade de sua utilização pela população, fazem surgir outros métodos e formas de comunicação entre o Estado

com seus cidadãos, com forte componente político. Por exemplo, as ouvidorias, os 0800, call centers, dos Conselhos, das audiências públicas.

Primordialmente, Jaramillo (apud DUARTE, 2012) expõe que a ideia de comunicação pública:

nasce da pergunta acerca da relação que existe entre comunicação e política, entendendo-se esta relação mediada por dois conceitos: por um lado o conceito de público e por outro lado o conceito de política como construção de consciências. Na essência desta ideia de comunicação pública está a certeza de que a comunicação é um bem público e que a informação é outro bem público, e que é precisamente a apropriação com vista ao interesse individual destes bens públicos o que se deve tratar de desenvolver. Quando se entende de natureza coletiva, pública da comunicação e se deixa de obter um propósito particular, muda a intenção, se comunica com outra intenção, com uma intenção coletiva e isto obriga a recolocar todos os papéis, a olhar de outra maneira o papel que cumprem os sujeitos que interatuam na comunicação coletiva. E este comunicar coletivo em função de um interesse coletivo deve direcionar à mobilização (JARAMILLO apud DUARTE, 2012, p.8).

Duarte (2012) conclui que é com este sentido de prática coletiva e libertadora que estudiosos, pesquisadores, instituições diversas e organizações não governamentais brasileiras vem trabalhando com os setores públicos e governamentais, no intuito da necessidade desses órgãos se apropriarem das técnicas (de produção jornalística, radiofônica, estratégias de relacionamento público, etc) e de tecnologias da comunicação (instrumentos para transmissão e recepção de conteúdos, etc) para poderem se fortalecer e realizar os objetivos propostos pelas políticas.

Alguns princípios são fundamentais para nortear a comunicação na administração pública. A instituição pública/governamental deve ser hoje concebida como instituição aberta, que interage com a sociedade, com os meios de comunicação e com o sistema produtivo. Ela precisa atuar como um órgão que extrapola os muros da burocracia para chegar ao cidadão comum, graças a um trabalho conjunto com os meios de comunicação. É a instituição que ouve a sociedade, que atende às demandas sociais, procurando, por meio da abertura de canais, amenizar os problemas cruciais da população, como saúde, educação, transportes, moradia e exclusão social (KUNSCH, 2012, p.5).

Para Kunsch (2012), partindo do pressuposto de que a razão de ser do serviço público são o cidadão e a sociedade, deve-se avaliar se os órgãos públicos têm dedicado à comunicação a importância que ela merece como meio de interlocução com esses atores sociais e em defesa da própria cidadania. Para a autora, é necessário ressaltar que cidadania diz respeito aos direitos e às obrigações nas relações entre Estado e cidadão; de modo que discorrer sobre cidadania implica

em explorar aspectos relacionados à justiça, direitos, inclusão social, vida digna para as pessoas, respeito aos outros, coletividade e causa pública no âmbito de um Estado-nação (KUNSCH, 2012).

Portanto, para o Estado cumprir sua missão e promover de fato a construção da verdadeira cidadania, é necessária uma mudança cultural de mentalidade, tanto do serviço público quanto da sociedade. Assim, segundo Kunsch (2012), é preciso resgatar a legitimidade do poder público e sua responsabilização (*accountability*), por meio de um controle social permanente e a comunicação exerce um papel preponderante em todo esse contexto.

### **2.3. O que, de fato, é *accountability***

Diversos autores (CAMPOS, 1990; PINHO e SACRAMENTO, 2009) observam que ainda não há uma tradução na língua portuguesa que melhor represente o termo em inglês *accountability* e, por isso, sua noção é bastante discutida. Desta forma, julgou-se importante buscar o significado de *accountability* a partir da exposição inicial em dicionários de sua língua de origem – a inglesa – e, logo após, verificar sua definição pelos estudiosos.

De acordo com o descrito no *Oxford Dictionary of English* a palavra significa: “*the fact or condition of being accountable; responsibility*” (STEVENSON, 2010). Segundo a descrição de *Cambridge Advanced Learner’s Dictionary* o termo expressa: “*someone who is accountable is completely responsible for what they do and must be able to give a satisfactory reason for it*” (CALD, 2014). Assim, adota-se o pressuposto de que não existe mesmo uma palavra única que expresse esse conceito em português. Pinho e Sacramento (2009) explicam que a ideia contida na palavra *accountability* traz implicitamente a responsabilização pessoal pelos atos praticados e explicitamente a exigente prontidão para a prestação de contas, seja no âmbito público ou no privado.

Um conceito único de *accountability* tampouco é encontrado na língua espanhola. Segundo Schedler (2004), a palavra *accountability*, tal como outros conceitos políticos originados do inglês, trata de um termo sem equivalente preciso ou tradução estável em espanhol. “A veces se traduce como control, a veces como fiscalización, otras como responsabilidad” (SCHEDLER, 2004, p.11). Todavia, o autor



afirma que a tradução mais próxima e comumente utilizada seria “*rendición de cuentas*”, que em uma tradução livre para o português seria “prestação de contas”.

Ahora bien, la *rendición de cuentas* sí es un familiar muy cercano de *accountability*. Hay matices que separan los dos conceptos. Para empezar, mientras *accountability* conlleva un sentido claro de obligación, la noción de *rendición de cuentas* parece sugerir que se trata de un acto voluntario, de una concesión generosa del soberano que rinde cuentas por virtud y voluntad propia, no por necesidad. Podemos precisar entonces que *accountability* es la *rendición obligatoria de cuentas* (SCHEDLER, 2004, p.11).

Assim, observa-se que duas dimensões de um termo tão difícil de interpretar (*accountability*) elucida sua problemática de tradução. Schedler (2004) explica que, fundamentalmente, a noção de *rendición de cuentas* possui duas concepções básicas: de um lado, inclui a obrigação dos políticos e funcionários públicos de informar e justificar suas decisões em público (*answerability*); por outro lado, inclui a capacidade de punir os políticos e os funcionários que tenham violado os seus deveres públicos (*enforcement*). Pinho e Sacramento (2009) concluem que os conceitos de *accountability* estão em permanente construção e evolução, uma vez que não ficam congelados, pois à medida que a realidade social muda, eles também devem se adequar e se qualificar.

A Frederick Mosher crédito as primeiras luzes na busca dessa compreensão. Ele apresenta a *accountability* como sinônimo de responsabilidade objetiva ou obrigação de responder por algo: como um conceito oposto a – mas não necessariamente incompatível com – responsabilidade subjetiva. Enquanto a responsabilidade subjetiva vem de dentro da pessoa, a *accountability*, sendo uma responsabilidade objetiva, acarreta a responsabilidade de uma pessoa ou organização perante uma outra pessoa, fora de si mesma, por alguma coisa ou por algum tipo de desempenho. E esse autor continua: quem falha no cumprimento de diretrizes legítimas é considerado irresponsável e está sujeito a penalidades (CAMPOS, 1990, pp. 2-3).

Em outras palavras, Pinho e Sacramento (2009) afirmam que a *accountability* é sinônimo de responsabilidade objetiva, ou seja, trata-se da responsabilidade de uma pessoa ou organização perante outra, fora de si mesma. Tal responsabilidade tem consequências, implicando em prêmios, pelo seu cumprimento, e castigos, quando o inverso é verificado.

Para Campos (1990), a inevitável necessidade do desenvolvimento de estruturas burocráticas para atendimento das responsabilidades do Estado traz consigo a necessidade da proteção dos direitos do cidadão contra os usos – e abusos – do poder pelo governo como um todo, ou de qualquer indivíduo investido em função pública. De fato, Bezerra e Jorge (2011) acreditam que a *accountability* política tem

sido indicada como uma das principais ferramentas de democratização das atividades políticas, especialmente governamental.

Na proporção em que as organizações oficiais aumentam seu tamanho, complexidade e penetração na vida do cidadão comum, cresce também a necessidade de salvaguardar este último dos riscos da concentração de poder nas mãos dos servidores públicos, quando esses não são representantes ativos dos cidadãos. A inexistência de controle efetivo e de penalidades aplicáveis ao serviço público, em caso de falhas na execução de diretrizes legítimas, de acordo com Mosher, enfraquece o ideal democrático do governo pelo povo, porque expõe os cidadãos aos riscos potenciais da burocracia (CAMPOS, 1990, p.4).

Assim, primordialmente, a *accountability* precisa ser entendida como uma questão de democracia. De acordo com Campos (1990), as sociedades democráticas mais modernas aceitam como natural e esperam que os governos e, por conseguinte, o serviço público, sejam “responsáveis” perante os cidadãos. Para a autora, quanto mais avançado o estágio democrático, maior será o interesse pela *accountability*; de modo que a *accountability* governamental deve acompanhar o avanço de valores democráticos, tais como: igualdade, dignidade humana, participação e representatividade.

Segundo O’Donnel (1998), as eleições, as reivindicações sociais que possam ser normalmente proferidas (sem que se ocorra o risco de coerção) e também a cobertura regular pela mídia (ao menos das mais visíveis dessas reivindicações e de atos supostamente ilícitos de autoridades políticas) são dimensões da chamada “*accountability* vertical”. Isto é, são ações realizadas, individualmente ou por algum tipo de ação organizada e/ou coletiva, com referência àqueles que ocupam posições em instituições do Estado, eleitos ou não.

[Portanto] a dimensão eleitoral de *accountability* vertical existe. Por meio de eleições razoavelmente livres e justas, os cidadãos podem punir ou premiar um mandatário votando a seu favor ou contra ele ou os candidatos que apóie na eleição seguinte. Também por definição, as liberdades de opinião e de associação, assim como o acesso a variadas fontes de informação, permitem articular reivindicações e mesmo denúncias de atos de autoridades públicas. Isso é possível graças à existência de uma mídia razoavelmente livre [...] (O’DONNEL, 1998, p. 28).

No entanto, o que pode ser definido como o principal canal de *accountability* vertical, as eleições, ocorre de tempos e tempos, assim, não está claro até que ponto seja um mecanismo efetivo (O’DONNELL, 1998). Em contrapartida, a “*accountability* horizontal” é definida com a existência de agências estatais que possuem o direito e o poder legal e que estão de fato dispostas e capacitadas para realizar ações, que

vão desde a supervisão de rotina a sanções legais ou até o *impeachment* contra ações ou emissões de outros agentes ou agências do Estado que possam ser qualificadas como delituosas (O'DONNELL, 1998). Desse modo, para que esse tipo de *accountability* seja efetivo deve haver agências estatais autorizadas e dispostas a supervisionar, controlar, retificar e/ou punir ações ilícitas de autoridades localizadas em outras agências estatais.

De acordo com Abrucio e Loureiro (2004), os cinco instrumentos para a *accountability* durante um mandato eleitoral são:

- 1) Controle parlamentar, exercido pelo Legislativo sobre o Executivo, por meio de fiscalização orçamentária, participação na nomeação de altos burocratas e instauração de comissões de inquérito para averiguar possíveis equívocos em políticas públicas ou atos de improbidade;
- 2) Controles judiciais, exercido por Judiciário e Ministério Público, para garantir que governantes e altos burocratas atenham-se ao império da lei. Além disso, os atores judiciais (tanto da Magistratura como promotores públicos), na qualidade de funcionários públicos também precisam passar por formas de controle político, como os *checks and balances* dos outros dois Poderes (como na nomeação de juízes de Alta Corte) ou a criação de agências de fiscalização da atividade administrativa do Judiciário (como o brasileiro Conselho Nacional de Justiça);
- 3) Controle administrativo-financeiro das ações estatais, exercido pelos Tribunais de Contas ou Auditorias Independentes, para determinar se as despesas foram efetuadas da maneira como haviam sido determinadas pelo Orçamento, e pelas normas legais mais gerais, como os limites para o endividamento e a vinculação orçamentária a certas áreas;
- 4) Controle dos resultados da administração pública, exercido tanto por agências do próprio governo ou por entes financiados pela sociedade civil, como por órgãos de controle administrativo-financeiro. O objetivo é responsabilizar o Poder Público conforme o desempenho dos programas governamentais; e
- 5) Controle da sociedade, exercido por meio de mecanismos de consulta popular (como o plebiscito), de conselhos consultivos ou deliberativos, da figura do *Ombudsman* (ouvidor) ou de parcerias com organizações não governamentais na provisão de serviços públicos (ABRUCIO, LOUREIRO, 2004, p.2).

Segundo Bezerra e Jorge (2011), considerando que na democracia representativa os cidadãos esperam contar com o trabalho dos representantes legitimamente eleitos para buscar soluções adequadas aos problemas que surgirem durante seus mandatos e que a participação da sociedade fica bem resolvida quanto circunscrita aos processos eleitorais e eventuais consultas temáticas por meio de referendos e plebiscitos (entre outros), garantir informação abundante acaba sendo parte da atividade de representação.

## 2.4. *Transparência e o direito de acesso á informação*

De acordo com o Portal da Controladoria-Geral da União (CGU) [s.d.]<sup>3</sup>, a informação sob a guarda do Estado é sempre pública, devendo o acesso a ela ser restringido apenas em casos específicos. Isto significa que a informação produzida, guardada, organizada e gerenciada pelo Estado em nome da sociedade é um bem público. O acesso a estes dados – que compõem documentos, arquivos, estatísticas – constitui-se em um dos fundamentos para a consolidação da democracia, ao fortalecer a capacidade dos indivíduos de participar de modo efetivo da tomada de decisões que os afeta.

O cidadão bem informado tem melhores condições de conhecer e acessar outros direitos essenciais, como saúde, educação e benefícios sociais. Por estes motivos, o acesso à informação pública tem sido, cada vez mais, reconhecido como um direito em várias partes do mundo. Cerca de 90 países possuem leis que regulam este direito. O acesso à informação como direito fundamental também é reconhecido por importantes organismos da comunidade internacional, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). O Portal da Controladoria-Geral da União (CGU) [s.d.]<sup>4</sup> apresenta os seguintes trechos de alguns tratados, convenções e declarações assinadas pelo Brasil:

- Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução 217A (III) de 10 de dezembro de 1948):

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

- Artigos 10 e 13 da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Decreto nº 5.687 de 31 de janeiro de 2006):

Cada Estado-parte deverá [...] tomar as medidas necessárias para aumentar a transparência em sua administração pública (...) procedimentos ou regulamentos que permitam aos membros do público em geral obter (...) informações sobre a organização, funcionamento e processos decisórios de sua administração pública [...].

---

<sup>3</sup> DIREITO Universal. **Portal da Controladoria-Geral da União**, Brasília. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/acessoainformacao/direito-universal/>> Acesso em: 12 mai. 2014.

<sup>4</sup> Id.3.

- Item 4 da Declaração Interamericana de Princípios de Liberdade de Expressão (aprovada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em seu 108º período ordinário de sessões, celebrado de 16 a 27 de outubro de 2000):

O acesso à informação mantida pelo Estado constitui um direito fundamental de todo indivíduo. Os Estados têm obrigações de garantir o pleno exercício desse direito.

- Artigo 19 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (Decreto n.592 de 6 de julho de 1992):

Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza (...).

Eirão, Silva e Cavalcante (2014) relatam que a questão do acesso dos cidadãos às informações públicas, no entanto, não consiste em uma novidade na gestão pública brasileira, tendo sido prevista na Constituição Federal de 1988. Em atendimento a esta demanda, vários veículos de comunicação prestaram-se à divulgação das atividades governamentais, destacando-se inserções em rádio, televisão, imprensa escrita e, nos últimos anos, sítios das entidades públicas na Internet. O inciso XXXIII do Capítulo I - dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – da Constituição Federal de 1988 dispõe que:

[...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (CF, art. 5, inc. XXXIII).

A Constituição Federal de 1988 também tratou do acesso à informação pública no Art. 5º, inciso XIV, Art. 37, § 3º, inciso II e no Art. 216, § 2º.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XIV - e assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; (CF, art. 5, inc. XIV).

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (CF, art. 37, § 3º, inc. II).

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem (CF, art. 216, § 2º).

São estes os dispositivos que a Lei de Acesso a Informações (Lei nº 12.527/2011) regulamenta, estabelecendo requisitos mínimos para a divulgação de informações públicas e procedimentos para facilitar e agilizar o seu acesso por qualquer pessoa. A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidenta da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A publicação da Lei de Acesso a Informações (Lei nº 12.527/2011) significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e também para o sucesso das ações de prevenção da corrupção no país. Por tornar possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

O Artigo 3º da Lei nº 12.527/2011, detalha as diretrizes a serem seguidas pela administração pública:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V - desenvolvimento do controle social da administração pública (Lei nº 12.527/2011).

A Lei de Acesso a Informações (Lei nº 12.527/2011) estabelece que órgãos e entidades públicas devem divulgar, independentemente de solicitações,

informações de interesse geral ou coletivo, salvo aquelas cuja confidencialidade esteja prevista no texto legal. Isto deverá ser feito através de todos os meios disponíveis e obrigatoriamente em sítios da internet (somente os municípios com população de até 10.000 habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet). Entre as informações a serem disponibilizadas, deverão constar, no mínimo:

- Registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das unidades e horários de atendimento ao público;
- Registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- Registros das despesas;
- Informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os
- Contratos celebrados;
- Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras;
- Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

De acordo com o Portal da Controladoria-Geral da União (CGU) [s.d.]<sup>5</sup>, com o acesso prévio à informação, o cidadão não precisa acionar os órgãos e entidades públicas, gerando benefícios tanto para ele, quanto economia de tempo e recursos para a Administração. Para Eirão, Silva e Cavalcante (2014) a Lei de Acesso à Informação (LAI) (Lei nº 12.527/2011), representa um avanço na disponibilização da informação pública pelos órgãos governamentais, de maneira a promover a transparência das ações e a consolidação da cidadania.

Embora a temática de acesso à informação pública já conte com vários trabalhos, como os de Spécie (2008) e Batista (2010), esse tema entrou fortemente em pauta após o advento da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), que colocou oficialmente o Brasil no rol das nações que seguem a tendência mundial de propiciar transparência às atividades conduzidas pelo Estado. Assunto não inédito no resto do mundo e na América Latina, o Brasil foi o 17º país de um grupo de 20 países latino-americanos a possuir sua própria lei de acesso à informação (EIRÃO, SILVA, CAVALCANTE, 2014, p.2).

Para os autores, no que diz respeito à divulgação de informações de interesse público por meio de sítios oficiais, a Lei nº 12.527/2011 regulamenta essas iniciativas de forma ostensiva, estabelecendo a denominada transparência ativa (EIRÃO, SILVA, CAVALCANTE, 2014). De acordo com a Lei nº 12.527/2011, os

---

<sup>5</sup> ACESSO à informação no Brasil. **Portal da Controladoria-Geral da União**, Brasília. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/acessoainformacao/acesso-informacao-brasil/index.asp>> Acesso em: 12 mai. 2013.

órgãos e entidades públicas, no intuito de divulgar informações por eles produzidas ou custodiadas, deverão utilizar todos os meios de comunicação disponíveis e, obrigatoriamente, promover a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores.

A abertura dos processos regulamentada pela Lei está não apenas garantida, como tem seu funcionamento detalhado nos quarenta e sete artigos, cujo teor vai desde a definição dos conceitos abrangidos pela Lei, até a discriminação de recursos, ferramentas, formas de interação com a sociedade e sanções aos órgãos e servidores que a descumprirem (EIRÃO, SILVA, CAVALCANTE, 2014, p.3).

Entre os dispositivos da Lei nº 12.527/2011, o artigo 8º, parágrafo 3º, em seus incisos I a VIII, menciona os requisitos mínimos que os sítios de órgãos e entidades públicas devem atender, como: a) conter ferramenta de pesquisa de conteúdo, proporcionando acesso fácil à informação; b) permitir a formatação de relatórios eletrônicos; c) permitir acesso externo automatizado; d) divulgar detalhadamente os formatos empregados na estruturação da informação; e) garantir a autenticidade e integridade das informações; f) manter as informações atualizadas; g) indicar dados de contato para eventuais comunicações; h) adotar medidas que garantam a acessibilidade para pessoas com deficiência, conforme previsto em leis específicas.

A sanção desta importante norma jurídica traz à tona várias discussões que perpassam o contexto complexo de uma sociedade que convive com o crescente desenvolvimento da tecnologia de informação e que é transformada cotidianamente pela comunicação via Internet, cada vez mais presente e frequente (EIRÃO, SILVA, CAVALCANTE, 2014). Tais circunstâncias impulsionam o acesso do cidadão às ações governamentais e acionam a possibilidade de acompanhamento efetivo dos agentes políticos de todos os âmbitos e níveis da administração.



### 3. POLÍTICAS DE INCENTIVO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I): CONCEITOS E APLICAÇÕES

#### 3.1. *A política pública como um campo multidisciplinar*

De acordo com Marques e Faria (2013), grande parte dos estudos sobre políticas públicas no Brasil, até os anos 1980, era aplicada a análises macrossociológica sobre o Estado e com referência aos efeitos de suas políticas sobre diversos aspectos da sociedade brasileira. Como, por exemplo, a formação da nação, o desenvolvimento econômico, a constituição da cidadania, a formação das classes sociais, entre outros. Embora tenha gerado debates sobre o Estado brasileiro, os autores comentam que detalhes sobre suas ações e elementos/processos que impulsionavam o seu funcionamento permaneceram muito pouco tematizados pela literatura.

Em vista disso, Marques e Faria (2013) acreditam que é preciso sistematizar o campo dos estudos de políticas públicas a partir das contribuições produzidas pelas várias áreas disciplinares e temáticas envolvidas. Dado o caráter multidisciplinar da área, a melhor forma de construir um campo comum de discussão entre perspectivas, que permita o acúmulo de conhecimento a respeito das ações do Estado, é observando e promovendo diálogos entre os enquadramentos conceituais e as teorias que cada campo disciplinar mobilizou.

Marques e Faria (2013) afirmam que a área temática de políticas públicas é interdisciplinar por natureza; fato comprovado por diversos conhecimentos sobre teorias produzidos por diferentes disciplinas para o estudo das ações do Estado. Os autores explicam que inúmeras questões hoje cadentes na agenda pública, como a problemática ambiental, por exemplo, demandam tratamento interdisciplinar que as tradicionais instituições produtoras do conhecimento tem sido incapazes de ofertar (MARQUES, FARIA, 2013). Assim, a amplamente reconhecida fragmentação do conhecimento é produzida por especialistas e produz mais especialização e fragmentação.

Mas não apenas o desejo e a necessidade de explorar problemas e questões que não estão confinados nos limites de uma única disciplina, demandando intervenção governamental e o reposicionamento dos produtores de conhecimento, têm produzido o clamor, já antigo, pela interdisciplinaridade. O desenvolvimento de novas tecnologias, a provisão de diferentes incentivos

ao trabalho interdisciplinar, a reforma dos centros universitários de pesquisa e a criação de novas instituições produtoras do conhecimento, abrigadas no governo, em Organizações Não Governamentais (ONGs) e em think tanks, têm gradualmente redundado na intensificação da pesquisa interdisciplinar. (MARQUES, FARIA, 2013, p.11).

De acordo com Marques e Faria (2013), a pesquisa interdisciplinar relacionada às políticas públicas tem lhe conferido ao mesmo tempo grande pujança e riscos de fragmentação, assim sendo, o pesquisador deverá ultrapassar certa dificuldade de construção de patamares teóricos comuns de discussão. Desse modo, os autores esclarecem que no Brasil a área ainda possui “um longo caminho a percorrer no sentido da desejada superação da multidisciplinaridade, se não para constituição do campo como transdisciplinar, pelo menos para a rotinização da interdisciplinaridade na pesquisa e no ensino sobre as políticas públicas” (MARQUES, FARIA, 2013). Assim, devem ser estruturadas articulações interdepartamentais – nas Universidades e Institutos de Pesquisa, entre outros, – e interdisciplinares ainda mais significativas nesse sentido.

No que diz respeito às Ciências Sociais, existe um consenso quanto às fronteiras que delimitam o campo, internamente, serem tênues e, em certa medida, arbitrárias; sendo, até mesmo, frequente a integração entre disciplinas próximas, que passam a constituir novos campos disciplinares. No caso da Ciência Política, os autores comentam que a exclusividade de seu objeto tem sido debatida e questionada; sendo, atualmente, o diálogo interdisciplinar amplamente reconhecido, mesmo que, para alguns, prevaleça, na área, a abordagem multidisciplinar, em vez da interdisciplinar (MARQUES, FARIA, 2013).

Faria (2013) comenta que nos Estados Unidos, por exemplo, diferentes estratégias têm sido adotadas para o fomento da pesquisa interdisciplinar no ambiente universitário, tanto por agências do governo federal como, principalmente, pelas universidades de ponta. Para Brewer (1999, apud FARIA, 2013), as universidades são, normalmente, estruturadas em torno de disciplinas e, por isso, favorecem o desempenho individual dos pesquisadores. O autor explica que a institucionalização de um campo de estudos, de uma disciplina, vem tradicionalmente acompanhada da criação de associações profissionais, de conferências e de periódicos que influenciam, direta ou indiretamente, a alocação de recursos materiais e simbólicos. É nesse sentido que Abbot (2001, apud FARIA, 2013) ressalta a resiliência das disciplinas sendo o resultado da institucionalização dual da macroestrutura dos mercados de

tratado disciplinares e da microestrutura das universidades individuais, cada uma abrigando departamentos similares.

De acordo com Faria (2013), a abordagem das chamadas *Policy Sciences*, também denominada “Análise de Políticas Públicas” (APP), distingue-se dos esforços acadêmicos precedentes, essencialmente, de formar ampla, é apontado pela historiografia do campo, bem como por seus fundadores, por se sustentar sobre o seguinte tripé:

(1) Trata-se de uma perspectiva analítica (e de intervenção) explicitamente “voltada para os problemas”, por exemplo, problemas sociais e políticas, que devem ser contextualizados, o que faz com que a abordagem seja (2) “multidisciplinar” nas suas articulações práticas e intelectuais. Isso porque, muito singelamente, como apontado por DeLeon (2006, pp.40-41) “quase todo o problema social ou político tem múltiplos componentes que estão associados às várias disciplinas acadêmicas, não recaindo claramente em nenhum domínio disciplinar exclusivo”. (3) As *Policy Sciences* são consciente e explicitamente “orientadas por valores”, particularmente o *ethos* democrático e a busca da dignidade humana (FARIA, 2003, p.16).

No caso brasileiro, como sintetizado por Arretche (2003, apud FARIA, 2013), o crescente interesse pelo estudo das políticas públicas está diretamente relacionado às mudanças recentes da sociedade brasileira: o intenso processo de inovação e experimentação em programas governamentais, resultado em grande parte da competição eleitoral, da autonomia dos governos locais, bem como dos programas de reforma do Estado; assim como as oportunidades abertas à participação nas mais diversas políticas setoriais (seja pelo acesso de segmentos tradicionalmente excluídos a cargos eletivos, seja por inúmeras novas modalidades de representação de interesses) despertaram não apenas uma enorme curiosidade sobre os “micros” mecanismos de funcionamento do Estado brasileiro, como também revelaram o grande desconhecimento sobre sua operação e impacto efetivo (ARRETCHE, 2003, apud FARIA, 2013).

De acordo com Kelly (2009, apud FARIA, 2013) quando se pensa no caráter intrínseca e originariamente interdisciplinar da APP, deve-se recordar não apenas as dificuldades no intercâmbio disciplinar, mas também a necessidade de se produzir um diálogo fluido e um reconhecimento recíproco entre analistas acadêmicos, gestores governamentais e tomadores de decisão. Nesse campo do saber, a autora destaca que a interdisciplinaridade deve ser utilizada, não somente para criticar a parcialidade e a rigidez das disciplinas acadêmicas, mas também como um veículo

para produzir sinergias no conhecimento existente e, ainda, para a criação de novos insights relativos aos fenômenos sociais e políticos.

Nas atividades ligadas a APP, espera-se que a interdisciplinaridade “determine a maneira como as questões devem ser problematizadas, as opções de políticas disponíveis para o governo e a narrativa utilizada para descrever o comportamento daquelas afetadas” (KELLY, 2009, apud FARIA, 2013, pp.18-19). É importante destacar que a APP, assim como outros campos de investigação das ciências sociais, tem fronteiras porosas, sendo aberta a novas ideias.

Para Faria (2013), testemunha-se hoje a crescente legitimação e institucionalização da APP, no Brasil, tanto no âmbito acadêmico como no governamental e no societário. Se novas agências governamentais têm sido criadas ou reativadas para o planejamento estatal e para a avaliação das políticas públicas, nos três níveis de governo, no plano da sociedade a instrumentalização do conhecimento científico tem sido uma constante por parte de ONGs e grupos de interesse, que não raro se tornam também produtores de conhecimento acerca das políticas públicas e dos problemas societários (FARIA, 2013). Isso pode ser exemplificado pela criação recente, no país, de um número considerável de think tanks.

Marques (2013) afirma que no campo da administração pública desenvolveram-se estudos mais centrados em preocupações operacionais e propositivas, tendo por objetivo sugerir caminhos para melhorar o funcionamento das políticas e do Estado. No entanto, no viés analítico, diferentemente, marca de forma mais clara os limites da Ciência Política, dedicada a compreender e analisar as políticas e o Estado. Além disso, quando questões operacionais estão no centro das preocupações, de uma forma geral, os problemas enfrentados pelas políticas são pensados como processos eminentemente técnicos a serem resolvidos tecnicamente (MARQUES, 2013); enquanto um olhar analítico tende a considerar os mesmos processos como complexos, plenos de conflitos e gerados por vários centros de dinâmica.

A separação dentre literaturas predominantemente normativas e analíticas foi sumamente importante para o desenvolvimento de um campo de análise sobre políticas públicas, embora evidentemente todas as análises partam de horizontes normativos. Isso porque as políticas públicas envolvem a consideração de ao menos dois tipos de causalidade – um sobre as causas do problema objeto da política e outro sobre o efeito pretendido da política sobre tal problema. A maior parte das propostas de intervenção contém essas duas causalidades de forma implícita (e não comprovada), o que talvez

explique ao menos parte dos insucessos obtidos com certa frequência (MARQUES, 2013).

Entretanto, os modelos analíticos tem que explicar tais causalidades sustentadas (ou presumidas) necessariamente e de forma independente dos objetivos últimos das políticas, sob risco de cometer grandes confusões. Embora evidentemente ainda desconheçamos muitos dos elementos envolvidos, a trajetória das últimas décadas levou à formação paulatina de conhecimento cumulativo a respeito das políticas que nos permite entender com algum grau de detalhe, nos dias de hoje, os processos que cercam as ações do Estado (MARQUES, 2013).

No campo da Sociologia, segundo Cortes (2013), são várias as possibilidades de análises, dada a diversidade de perspectivas teóricas e epistemológicas encontradas na Sociologia contemporânea e a vocação histórica da disciplina de se direcionar a todos os objetos passíveis de investigação que se refiram às sociedades humanas.

Tamanha complexidade foi aqui reduzida a duas linhas principais de argumentação. A primeira é que a Sociologia oferece à análise de políticas públicas recursos teóricos para o exame das relações entre Estado e sociedade, com ênfase nos processos, atores e organizações que se localizam principalmente na dimensão societal desse binômio. A segunda resposta enfatiza que o mainstream da disciplina tende a apresentar a ação de indivíduos e grupos como motivada ou condicionada por fatores variados. As abordagens sociológicas podem oferecer modelos teóricos alternativos para analisar ou prever o comportamento de atores sociais e estatais. Porém, desde os anos 1980, a tradição sociológica racional/utilitária, que atribui grande relevância ao auto-interesse como motivação para a ação, assumiu papel relevante na área das políticas públicas (CORTES, 2013, p.47).

Ao explorar as bases sociais de processos políticos e das relações entre Estado e sociedade, a contribuição teórica da Sociologia é particularmente relevante para as análises das interações entre estrutura social e instituições políticas, dos grupos sociais e das normas sociais. “Estudos sobre estrutura social, estratificação e desigualdades sociais vêm sendo objeto de análise da Sociologia desde os clássicos (vide Durkheim, 1999; Marx, 1964; Weber, 1977)” (CORTES, 2013, p.48). Um dos resultados dessas investigações foi a constatação de que existem oportunidades desiguais de acesso a bens e serviços individuais e coletivos e que disso decorrem possibilidades diferentes de exercício de influência sobre os processos políticos. Se por um lado, o marxismo atribui ao sistema econômico capitalista a explicação fundamental para tais desigualdades, teorias sociológicas inspiradas nas obras de Durkheim e Weber as associam, respectivamente, a processos de diferenciação social

que asseguram a integração funcional das sociedades e a fatores econômicos e extraeconômicos como status social e afiliação político-partidária (CORTES, 2013).

No entanto, mesmo as vertentes teóricas neomarxistas incorporam “recursos de poder”, derivados da esfera política, na explicação de alterações na estratificação social nas sociedades contemporâneas. Isso porque consideram que a ação política amplia os recursos organizativos dos trabalhadores ou dos movimentos sociais e assim, através da ação coletiva, os integrantes de estratos sociais inferiores, ao aumentar seu grau de influência política nas democracias, podem produzir políticas que favoreçam a redução de desigualdades sociais (CORTES, 2013).

Cortes (2013) relata que sociólogos contemporâneos, como, por exemplo, Bourdieu, Giddens e Luhman, analisaram com lentes teóricas diversas, como os diversos “campos”, sistemas e subsistemas sociais, nas sociedades ocidentais contemporâneas, se instituem como estruturas sociais assimétricas baseadas em critérios especializados, pertinentes ao conteúdo em questão (setor educacional, área hospitalar, tecnologia, por exemplo), e em regras de distinção entre os que ocupam posições nessas estruturas. Os critérios de diferenciação e de estabelecimento de hierarquias sociais são considerados, em geral, como fundamentados na posse desigual de recursos e posição social que os indivíduos e grupos ocupam uns em relação aos outros nas estruturas sociais (CORTES, 2013).

A colaboração da Sociologia para a análise dos grupos sociais pode ser dividida em dois tipos de vertentes analíticas: a das identidades sociais e a dos atores. As identidades sociais se referem aos estudos que examinam a constituição de grupos sociais que podem demandar ou ser objeto de políticas públicas. Os estudos sobre o tema acentuam, em geral, o caráter relacional da construção de identidades sociais. Para existir, uma identidade necessita de outra, que demarque a diferença, explicitando o que ela não é. Recentemente, as teorias do reconhecimento e da construção de identidades e alteridades sociais tem colaborado para o entendimento do fenômeno (CORTES, 2013).

Os novos atores têm sido objetos de estudo da Sociologia, que examina suas ideias, os discursos produzidos por e sobre eles, sua ação política e o próprio processo de construção desses grupos a partir da ação estatal que os reconhece e os institui como beneficiários de políticas e como atores sociais (CORTES, 2013).

A Sociologia Política tem empregado frequentemente o conceito de atores estatais e sociais – da sociedade civil e de mercado – para classificar

grupos sociais que agem na esfera política. A origem direta de seu uso está na interface entre os debates sobre sociedade civil e a teoria democrática (Cohen; Arato, 1992), mas a fonte teórica pode ser encontrada nos estudos de Gramsci (2004), Touraine (1981) e Melucci (1985) sobre a sociedade civil e, principalmente, na concepção deliberativa da esfera pública de Habermas (1989) e seus seguidores (Cohen, 2003). Tomando por base a distinção dos habermasianos entre sistema e mundo-da-vida e suas implicações institucionais (Cohen; Arato, 1992, cap.9), o argumento utilizado é o de que as instituições e os atores pertencentes aos dois subsistemas coordenados por via do poder e do dinheiro – Estado e economia capitalista de mercado – estão sujeitos a uma série de restrições que não afetam os atores da sociedade civil (Cohen, 2003, p.427) (CORTES, 2003, p.50).

O conceito de atores estatais abarca tanto indivíduos que ocupam cargos de direção em órgãos do Executivo ou em organizações governamentais como aqueles que estão vinculados a órgãos de outros poderes. O conceito de atores societais é muito amplo para expressar diferenças essenciais entre dois tipos de atores: os sociais e os de mercado. Enquanto os primeiros estão associados ao conceito de sociedade civil, os segundos estão relacionados com a noção de economia de mercado. A sociedade civil e seus atores seriam diferentes do Estado e do mercado e de seus respectivos atores. Os atores estatais e de mercado seriam compelidos a agir em ambientes regidos pelo poder e pelo dinheiro, enquanto o mesmo não aconteceria com os atores sociais (Cohen, 2003). Segundo Cohen (ibidem, p.427), os atores sociais não visam tomar o poder do Estado ou organizar a produção, mas sim “exercer influência por meio da participação em associações e movimentos democráticos”. Atores de mercado buscam controlar e administrar a produção, maximizar seus lucros no ambiente de trocas mercantis. Os decisores econômicos, por mais que discutam problemas como os impactos sociais ou ambientais de ações empresariais ou decisões estatais, não podem se furtar dos imperativos da produtividade e do lucro. O sentido principal de suas ações políticas seria guiado por tais imperativos (CORTES, 2013).

Nas últimas duas décadas do século XX, a noção de “rede” se tornou paradigmática tanto na Sociologia quanto na análise de políticas públicas. A ideia de que existem atores cuja natureza não permite que sua posição no contexto da política seja determinada em relação ao Estado, ao mercado ou à sociedade civil. Esse seria o caso das comunidades de políticas públicas (policy communities) que agem em contextos de redes de políticas públicas (policy network). A Sociologia tem privilegiado o estudo. As comunidades de políticas são atores em rede que não podem ser situados como societais ou estatais, pois atravessam as fronteiras entre Estado e sociedade. Eles se constituem a partir das relações de atores individuais e coletivos

no interior de redes existentes em áreas específicas de políticas públicas (CORTES, 2013).

A produção de um debate transdisciplinar – em que sejam ultrapassadas as fronteiras das disciplinas de forma profícua para cada produção do conhecimento – depende, portanto, da construção de um debate multidisciplinar, para o qual a presente pesquisa pretende contribuir.

### **3.2. O conceito de política pública**

O Brasil é um país que desponta no quadro internacional como uma potência em expansão; nesse contexto, o Estado do Espírito Santo deve estar atento para um pleno crescimento – econômico, político e social. Silva e Bassi (2012) afirmam que o papel do Estado é tornar mais equitativas as oportunidades a fim de amadurecer a soberania e o processo de desenvolvimento nacional. “A própria democracia nacional depende desta melhora das oportunidades, pois ela depende de mais espaços de diálogo e maior interação entre a sociedade, possível somente quando não se tem excluído desse processo” (SILVA, BASSI, 2012, p.15). Assim, os autores esclarecem que o desafio de amadurecimento do Estado brasileiro depende de governos e políticas públicas inovadoras que permitam a inclusão da população na condição de cidadão digno. Para tanto, deve-se refletir sobre o conceito de políticas públicas e como podem ser utilizadas em prol do processo de desenvolvimento local.

Souza (2006) relata que o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas se registrou apenas nestas últimas décadas, bem como das instituições, regras e modelos que regem a sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Historicamente, de modo próprio na área do governo, “a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências” (SOUZA, 2006, p.3). Para a autora, o pressuposto analítico que conduziu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas diz que, em democracias estáveis, aquilo que as atividades e ações do governo (efetivas ou não) são passíveis de serem: primeiramente, formuladas cientificamente e, em segundo lugar, analisadas por pesquisadores independentes.



Souza (2006) considera que a área de políticas públicas possui quatro grandes fundadores, sendo H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. A autora explica que foi Laswell, ainda nos anos 1930, quem apresentou a expressão *policy analysis* (análise de política pública) como forma de conciliar o conhecimento científico e acadêmico com a produção empírica dos governos, assim como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo (SOUZA, 2006). Já o conceito de racionalidade limitada dos “decisores públicos” (*policy maker*) foi estabelecido por Simon, na década de 1950, argumentando que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Isto é, a racionalidade dos decisores públicos sempre será limitada devido a problemas como, por exemplo, informação incompleta, tempo para tomada de decisão, interesse próprio dos decisores, entre outros (SOUZA, 2006); no entanto, a autora comenta que é possível maximizar a racionalidade até um ponto satisfatório por meio da criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que ajustem a conduta dos atores e modele esse comportamento na direção dos resultados desejados, desse modo, impedindo que os auto-interesses sejam potencializados.

Por outro lado, segundo Souza (2006), Lindblom propôs adicionar outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório (o que não teria necessariamente um fim ou um princípio); assim, questionando a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon. Em outras palavras, além das questões de racionalidade, o estudo sobre as políticas públicas precisava incorporar outros elementos à sua formulação e análise, como, por exemplo, o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse (SOUZA, 2006). A autora relata também a contribuição de Easton para a área de política pública ao defini-la como um sistema, ou seja, uma relação entre formulação, resultados e o ambiente; segundo essa visão, as políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que geram certa influência sobre seus resultados e efeitos.

De acordo com Souza (2006), não existe uma definição única sobre política pública.

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política

pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (SOUZA, 2006, p.5).

Cada pesquisador analisa a política pública por um ponto de vista e produz um sentido novo ao tema. Souza (2006) afirma que a definição mais conhecida ainda é a de Laswell, na qual diz que decisões e análises sobre políticas públicas implicam responder às seguintes perguntas: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. Em outras palavras, Teixeira (2002) explica que para se elaborar uma política pública é preciso definir quem decide o quê, quando, quais são os motivos e as consequências.

Para Secchi (2013), políticas públicas tratam do conteúdo concreto e simbólico de decisões políticas, além do processo de construção e atuação dessas decisões. O autor esclarece que uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público e possui, como outro elemento fundamental, a intencionalidade pública. Isto é, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. Nesse sentido, Souza (2006) alerta para as críticas sobre essas definições, que superestimam aspectos racionais e procedimentos das políticas públicas, ignorando a própria essência da política pública, ou seja, o embate em torno de ideias e interesses. Assim, a autora acrescenta que, por concentrarem o foco no papel dos governos, esse pensamento deixa de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos. Souza (2006) relata ainda que deixam de fora possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições ou grupos sociais.

No entanto definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o locus onde os embates em torno de interesses, preferências e idéias se desenvolvem, isto é, os governos. Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores (SOUZA, 2006, p.6).

A formulação de políticas públicas, segundo Souza (2006), é estabelecida no momento em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006). Resumindo, a autora esclarece que política pública, como campo do conhecimento, busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar

essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

Se admitirmos que a política pública é um campo holístico, isto é, uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas, isso tem duas implicações. A primeira é que, como referido acima, a área torna-se território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos. Assim, apesar de possuir suas próprias modelagens, teorias e métodos, a política pública, embora seja formalmente um ramo da ciência política, a ela não se resume, podendo também ser objeto analítico de outras áreas do conhecimento, inclusive da econometria, já bastante influente em uma das subáreas da política pública, a da avaliação, que também vem recebendo influência de técnicas quantitativas. A segunda é que o caráter holístico da área não significa que ela careça de coerência teórica e metodológica, mas sim que ela comporta vários “olhares”. Por último, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006, p.7).

Do ponto de vista teórico-conceitual, Souza (2006) acredita que a política pública em geral seja um campo multidisciplinar, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por repercutir na economia e nas sociedades, qualquer teoria de políticas públicas necessita também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (SOUZA, 2006). Por este motivo, diversos pesquisadores, como, por exemplo, da área das ciências sociais aplicadas, partilham do interesse comum sobre o tema da política pública e tem contribuído para os avanços teóricos e empíricos.

Neste contexto, a Análise de Políticas Públicas, também conhecida como Policy Sciences, é multidisciplinar nas suas articulações práticas e intelectuais. Marques e Faria (2013) concluem que quase todo problema social ou político tem múltiplos componentes que estão associados às várias disciplinas acadêmicas. Assim, não recaindo claramente em nenhum domínio disciplinar exclusivo.

### **3.3. As políticas promotoras de CT&I no Brasil**

Este subcapítulo tem como objetivo apresentar o cenário nacional das ações de apoio à tecnologia e inovação, bem como aquelas de fomento à pesquisa e desenvolvimento da ciência. Além disso, descrever as principais diretrizes voltadas ao incentivo da ciência, tecnológica e inovação no país.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em 2012, publicou a “Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI)”<sup>6</sup>, para o período de 2012 até 2015. A ENCTI dá continuidade e aprofunda o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010 (PACTI) e sua concepção apoia-se na experiência acumulada em ações de planejamento das últimas décadas, que se iniciaram nos anos 1970 com os Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológicos (PBDCTs), seguidas pela criação em 1985 do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT, hoje MCTI após a incorporação da Inovação ao nome em 2011); estabelecimento das Conferências Nacionais de Ciência e Tecnologia (CNCT) e pelo advento dos Fundos Setoriais, criados no final dos anos 1990, que contribuiu para robustecer o padrão de financiamento às iniciativas do setor, com volumes maiores e mais consistentes de investimento.

De acordo com Moraes (2008), desde o final dos anos 1990, o Brasil vem promovendo profundas reformas nas políticas de apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) do país. A nova legislação para apoio à CT&I é constituída, principalmente, pela “Lei de Inovação” (Lei nº 10.973/2004), Lei de incentivos fiscais à inovação e à exportação (Lei nº 11.196/2005) e pelos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.540/2007), entre outros diplomas legais. O autor explica que as alterações no marco legal possuem como objetivo estimular processos mais intensivos de modernização tecnológica nas empresas e criar ambiente institucional mais favorável ao aprofundamento da cooperação entre os agentes públicos da área de ciência e tecnologia e o setor produtivo. Moraes (2008) relata que, a partir da instituição do novo marco regulatório, diversos programas de apoio financeiro estão sendo implementados pelas agências públicas de fomento tecnológico.

---

<sup>6</sup> ENCTI - Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (2012-2015): balanço das atividades estruturantes do MCTI, 2011. Brasília, DF: Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2012. Disponível em: <[http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0218/218981.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0218/218981.pdf)> Acesso em 12 mai. 2014.

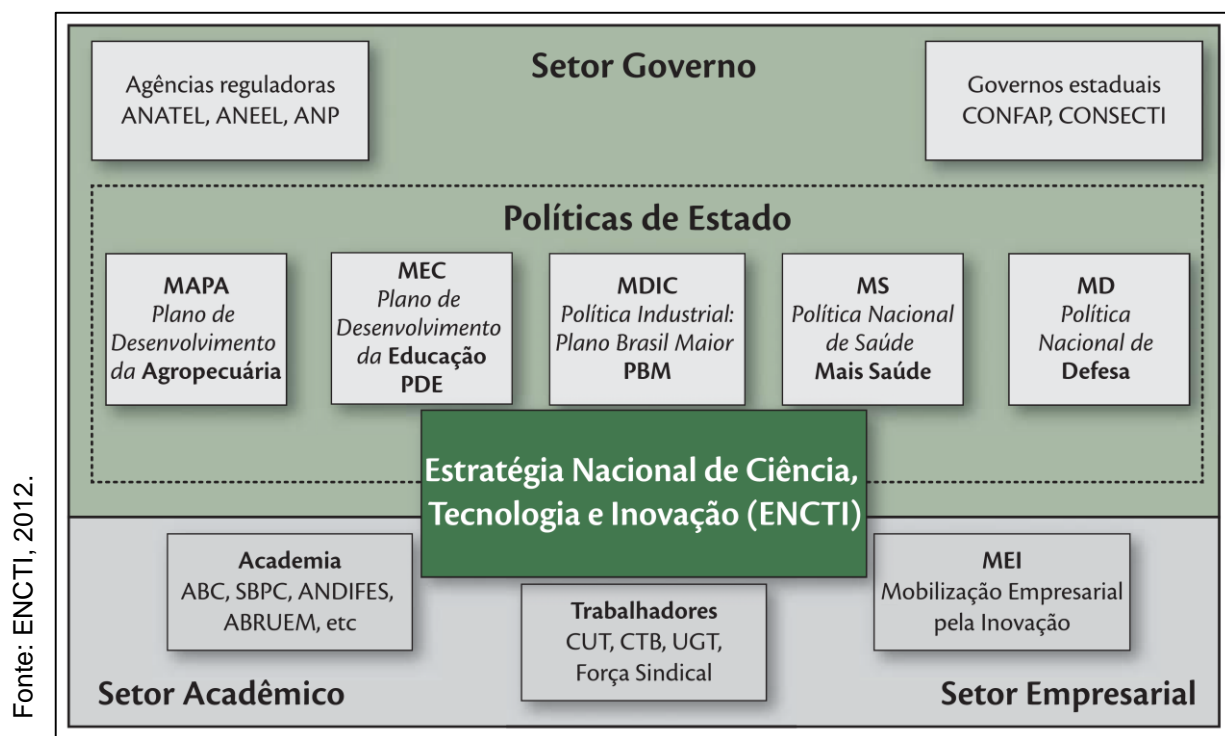
A ENCTI (2012) apresenta as áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) como eixos estruturantes do desenvolvimento no Brasil e estabelece diretrizes que irão orientar as ações nacionais e regionais no período de 2012 até 2015. Além disso, segundo Mercadante (2012):

Nos moldes em que se encontra organizada a economia mundial moderna e na velocidade com que hoje ocorrem as mudanças tecnológicas, os Países como o Brasil tem que realizar um enorme esforço para avançar na geração e utilização do conhecimento técnico-científico, criando capacidades e competências em áreas estratégicas. Avançar na estruturação de uma base econômica apoiada em um processo endógeno e dinâmico de inovação é decisivo para que o Brasil possa realizar o sonho de uma sociedade próspera, justa e soberana capaz de interferir à escala global, nos rumos e na gestão do desenvolvimento mundial (MERCADANTE, 2012, p.9).

De acordo com Mercadante (2012) é preciso avançar também no padrão das políticas de CT&I, agregando novos elementos aos avanços já realizados nesse âmbito; bem como impulsionar essa nova economia brasileira, apoiando os setores portadores de futuro, preparando o Brasil para a economia do conhecimento e da informação, auxiliando na transição para uma economia verde e criativa e contribuindo para a inclusão produtiva. Assim, destacam-se cinco ações estratégicas para o governo nacional nas áreas de CT&I:

- 1) Ampliar sistematicamente a formação e capacitação de recursos humanos e fortalecer a pesquisa e a infraestrutura científica e tecnológica;
- 2) Elevar expressivamente os recursos destinados a apoiar o desenvolvimento tecnológico e a inovação;
- 3) Dar um enfoque sistêmico à ação de apoio do Estado e desenvolver novas modalidades e instrumentos de apoio, parceria, compartilhamento de riscos e coordenação com os segmentos empresariais e setores prioritários para o fomento da inovação;
- 4) Apoiar o adensamento tecnológico das cadeias produtivas com potencial competitivo ou fragilizadas pela concorrência internacional, visando a redução dos déficits críticos na balança comercial, o aumento do conteúdo local da produção de bens de elevado conteúdo tecnológico e a ampliação da participação de empresas de capital nacional em tecnologias de alto conteúdo de conhecimento;
- 5) Estabelecer regras para o investimento direto estrangeiro, visando a internalização de centros de P&D, a transferência de tecnologias e associação com empresas nacionais (MERCADANTE, 2012, p.11).

A Tabela 1 destaca a articulação entre a política de CT&I com as demais políticas de Estado e entre os vários atores do sistema nacional de CT&I.



**Tabela 1** - Articulação da política de CT&I com as principais políticas de Estado e a integração dos atores.

Para a ENCTI (2012), é importante salientar também, que o papel desempenhado pela CT&I na competitividade entre nações não se limita à esfera econômica. Sendo a inovação e o conhecimento os motores da política de desenvolvimento, é essencial que a disseminação de novos conhecimentos e novas tecnologias e métodos sejam capazes de ampliar o acesso da população a novos bens e serviços, e que gerem melhorias concretas para a coletividade, assim diminuindo as desigualdades sociais existentes.

A importância conferida à política de CT&I no processo de desenvolvimento sustentável do País implica reconhecer que os impactos da ciência e da tecnologia são transversais à atividade econômica, à conservação dos recursos naturais e ao propósito final de elevar os padrões de vida da população brasileira a partir da crescente incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo e da apropriação dos benefícios gerados (ENCTI, 2012, p.33).

De acordo com relatório *Science, Technology and Industry Outlook 2010*, divulgado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>7</sup>, ao longo dos anos, emergiram ou se reforçaram inúmeras tendências internacionais para as políticas governamentais de CT&I. Dentre o amplo conjunto de tendências, destacaram-se:

- I. Em muitos países da OCDE, observa-se a tendência de "ecologização" das estratégias nacionais de pesquisa e inovação;
- II. Ressurgimento da ciência de base como alta prioridade das políticas, dado que a pesquisa básica é essencial para a inovação futura, sobretudo no que se refere às tecnologias necessárias para alcançar a sustentabilidade ambiental;
- III. Os países estão priorizando áreas de pesquisa e tecnologias tais como biotecnologia, nanotecnologia, informação e comunicação, novos materiais e indústrias avançadas;
- IV. Com o redirecionamento do crescimento global para áreas fora da OCDE, as economias emergentes, como China, Brasil, Rússia e África do Sul, dependem cada vez mais da inovação para avançar na cadeia de valor;
- V. A governança das ações de promoção da CT &I permanece uma questão-chave nas agendas nacionais, bem como na colaboração internacional para enfrentar os desafios globais;
- VI. Reforma dos mecanismos de financiamento para as instituições públicas de pesquisa, procurando vincular dotação orçamentária ao desempenho, com vistas a aumentar a excelência da pesquisa;
- VII. Continua a aumentar, na maioria dos países, o suporte governamental direto e indireto para as atividades empresariais de P&D e inovação;
- VIII. Políticas de demanda de inovação, tais como encomendas governamentais e normas favoráveis à inovação, estão recebendo crescente atenção tanto nos países da OCDE como em economias emergentes;
- IX. Inúmeros países da OCDE vêm adotando uma variedade de políticas de promoção da difusão do conhecimento, de redes de cooperação e da internacionalização das atividades de P&D e inovação, bem como da mobilidade internacional dos recursos humanos especializados nas áreas de ciência e tecnologia<sup>8</sup>.

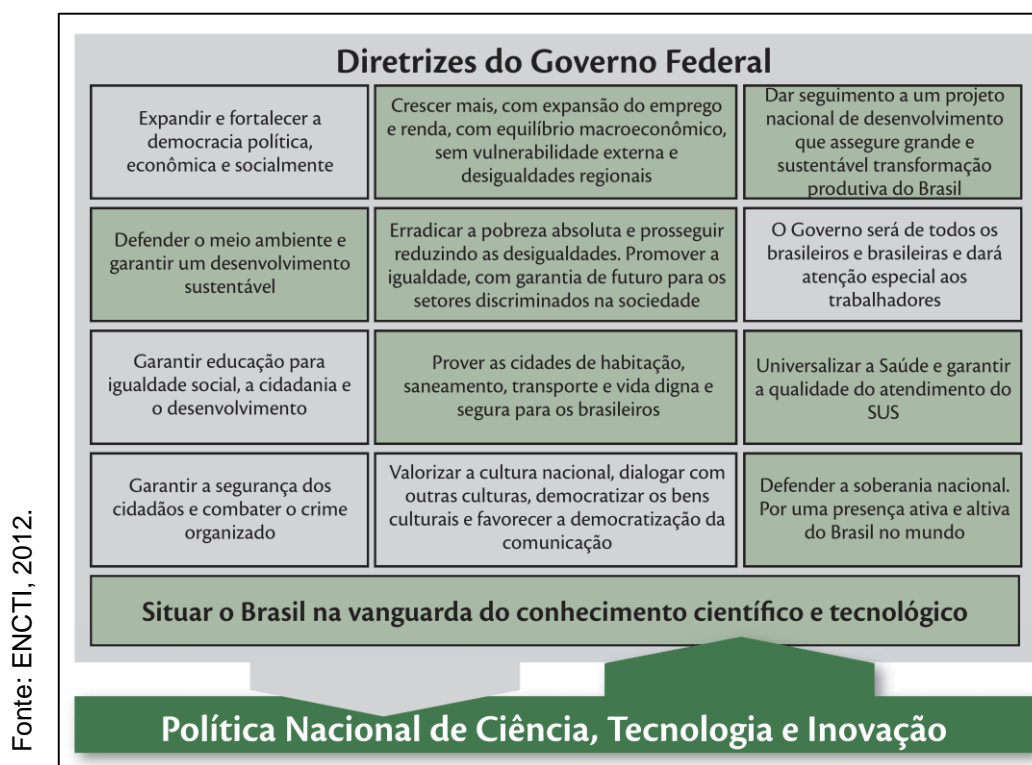
Desta forma, a ENCTI (2012) ressalta que o Brasil possui cinco principais desafios a serem enfrentados: 1) redução da defasagem científica e tecnológica que ainda separa o país das nações mais desenvolvidas; 2) expansão e consolidação da liderança brasileira na economia do conhecimento da Natureza; 3) ampliação das bases para a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono; 4) consolidação do novo padrão de inserção internacional do Brasil; e 5) superação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais.

---

<sup>7</sup> SCIENCE, Technology and Industry Outlook 2010, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Extraído de: Carta IEDI, nº 452 de 28.01.2011. Disponível em: <[http://www.iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_452\\_principais\\_tendencias\\_nas\\_politicas\\_cientificas\\_tecnologicas\\_inovacao.html](http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_452_principais_tendencias_nas_politicas_cientificas_tecnologicas_inovacao.html)> Acesso em 12 mai. 2014.

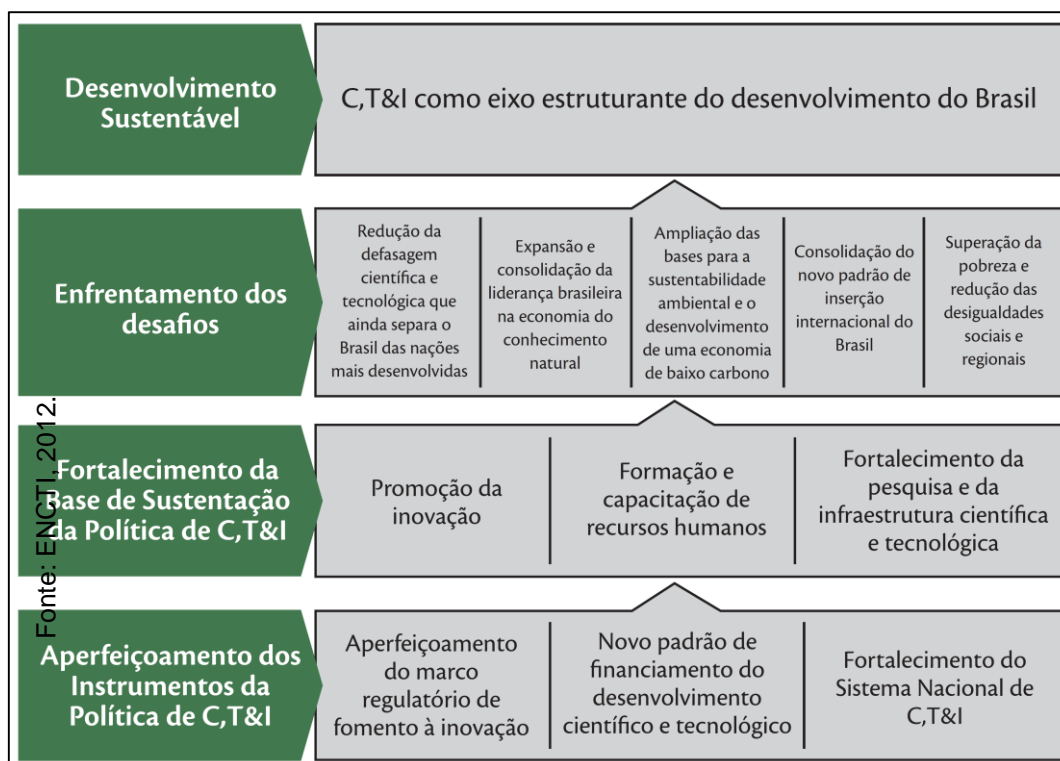
<sup>8</sup> Id.7.

A Tabela 2 apresenta as 13 diretrizes centrais do Governo Federal, incluindo para a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.



**Tabela 2** - Diretrizes do Governo Federal.

A Tabela 3 apresenta mapa com as principais estratégias da ENCTI a serem desenvolvidas no período de 2012 até 2015.



**Tabela 3** - Mapa Estratégico da ENCTI 2012-2015.



Nesse sentido, as principais linhas de ação e os eixos da ENCTI são: 1) Promoção da Inovação nas Empresas: com o objetivo de ampliar a participação empresarial nos esforços tecnológicos do País, com vistas ao aumento da competitividade nos mercados nacional e internacional; 2) Novo padrão de financiamento público para o desenvolvimento científico e tecnológico: com o objetivo de ampliar os recursos destinados ao desenvolvimento da base científica nacional e a inovação tecnológica; 3) Fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica: com o objetivo de fortalecer a pesquisa e a infraestrutura científica e tecnológica, de modo a proporcionar soluções criativas as demandas da sociedade brasileira e uma base robusta ao esforço de inovação; 4) Formação e capacitação de recursos humanos: com o objetivo de ampliar o capital humano capacitado para atender as demandas por pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do país.

Mercadante (2012) conclui que é necessário preparar-se para a “sociedade do conhecimento”; de modo que as diretrizes estratégicas nacionais para as próximas décadas implicam em combinar educação universal de qualidade, pesquisa científica, inovação e inclusão social.

## 4. ESTUDO DE CASO

### 4.1. *Metodologia e análise da pesquisa*

Conforme relatado anteriormente na introdução da dissertação, para o desenvolvimento desse estudo foram concretizadas três fases, sendo: 1) pesquisa bibliográfica e com base em dados secundários, 2) pesquisa documental, e 3) o estudo de caso, composto também pela entrevista em profundidade. De modo que apresentaremos neste tópico o detalhamento dos métodos utilizados, bem como das principais orientações metodológicas para análise dessa pesquisa.

#### 4.1.1. *Pesquisa bibliográfica*

A pesquisa bibliográfica consiste no planejamento inicial para realização dessa pesquisa. Stumpf (2012) ressalta a importância da pesquisa bibliográfica para a elaboração de um trabalho acadêmico como “a etapa fundamental e primeira de uma pesquisa que utiliza dados empíricos” (STUMPF, 2012, p.51). De acordo com a autora, trata-se de um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação da pesquisa acadêmica.

Stumpf (2012) esclarece que para a realização da pesquisa, a consulta à bibliografia pertinente é uma atividade que acompanhará o investigador e, ao mesmo tempo, orientará os passos que devem ser seguidos por ele. Assim, revisar a literatura será uma atividade contínua e constante em todo o trabalho acadêmico e de pesquisa, nesta pesquisa, iniciado com a formulação do problema e objetivos do estudo e indo até a análise dos resultados.

À medida que o indivíduo vai lendo sobre o assunto de seu interesse, começa a identificar conceitos que se relacionam até chegar a uma formulação objetiva e clara do problema que irá investigar. De tudo aquilo que leu, muitas ideias serão mantidas, enquanto outras poderão ser abandonadas. Esse descarte pode ser momentâneo; por isso, não convém jogar fora as anotações feitas. Elas podem servir para novas investigações (STUMPF, 2012, p.53).

A autora argumenta que depois de definido o problema, o pesquisador precisa aprofundar os conceitos-chaves e suas relações. Para isso, precisa realizar uma estratégia de busca que recupere tanto textos de trabalhos teóricos quanto de outros estudos e pesquisas relacionados. “O planejamento desta busca evitará perda de tempo e dará direcionamento ao objetivo proposto. A este trabalho denomina-se pesquisa bibliográfica [...]” (STUMPF, 2012, p.53).

Desse modo, deve-se organizar uma sequência de ideias lógicas para formar um quadro referencial teórico e conceitual que fornecer elementos para o modelo de pesquisa escolhido. Stumpf (2012, p.54) lembra que “este quadro deve conter um conjunto de conceitos preferidos pelo pesquisador para orientar sua pesquisa, buscados na literatura a que se teve acesso”. Sendo que, no caso de uma investigação empírica, esse quadro também servirá como auxílio na busca de instrumentos, procedimentos e amostragens possíveis para alcançar a solução do problema proposto.

O processo de revisão bibliográfica acompanhará o trabalho acadêmico, nesta pesquisa, desde sua concepção até sua conclusão. Ou seja, decidindo ou implementando o planejamento do projeto de pesquisa, a revisão da literatura continua até a etapa final de análise dos dados coletados. Por isso, é tão importante realizar um planejamento da pesquisa bibliográfica. Stumpf (2012, p.54) define como “um conjunto de procedimentos para identificar, selecionar, localizar e obter documentos de interesse para a realização de trabalhos acadêmicos e de pesquisa”. Trata-se de técnicas de leitura e transcrição de dados que permitem recuperá-los quando necessário.

Stumpf (2012) destaca as seguintes etapas iniciais da pesquisa bibliográfica: pela identificação do tema e assuntos, por meio da elaboração de um rol de palavras-chaves ou uma lista de termos mais gerais e mais específicos relacionados ao assunto, que possa servir de guia no levantamento de dados em fontes bibliográficas; pela seleção das fontes, “definidos o tema e os subtemas, o pesquisador está apto a realizar o levantamento bibliográfico, identificando na bibliografia disponível o material que irá lhe servir de suporte ao estudo pretendido” (STUMPF, 2012, p.56); pela localização e obtenção do material, pode ser feito por meio de bibliotecas públicas e/ou privadas, além de livrarias especializadas.

Por último, deve ser feita a leitura e transcrição dos dados. Assim, com os documentos, livros e/ou artigos em mãos, procede-se à leitura, estabelecendo a

prioridade e o interesse dos mesmos para cada parte do trabalho. Stumpf (2012) ressalta a importância de se fazer anotações sobre a leitura dos textos em fichas (também chamado de fichamento), com as respectivas referências bibliográficas para serem utilizadas futuramente. Desta forma, após ter selecionado, obtido, lido e anotado os dados de todas as fontes a que se teve acesso, então, agora é possível redigir o trabalho.

#### **4.1.2. Análise documental**

Por acreditar que além da pesquisa bibliográfica, é necessária uma busca minuciosa de documentos sobre a temática abordada nesta pesquisa, também será aplicada como método de pesquisa a análise documental. Moreira (2012) explica que, ao lado de outras técnicas de investigação, a análise de documentos sempre foi utilizada pelas Ciências Sociais como peça de referência dos estudos sobre a sociedade.

Além disso, a autora esclarece que diversas áreas do conhecimento – como é o caso da História, Medicina, Direito, Psicologia, entre outras – valem-se com frequência do recurso da análise de documentos como base ou apoio para a pesquisa científica. No campo da Comunicação, por exemplo, “as fontes mais comuns são os acervos de impressos (jornais, revistas, catálogos, almanaques). Mas também serve como expediente a consulta a documentos oficiais, técnicos ou pessoais [...], sendo esta última categoria mais rara” (MOREIRA, 2012, p.270). Ou seja, a análise documental compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim.

Para a autora, a análise documental representa uma entre outras técnicas disponíveis aos pesquisadores para qualificar o seu trabalho, sendo utilizada em associação com outros métodos.

No caso da pesquisa científica, [a análise documental] é, ao mesmo tempo, método e técnica. Método porque pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação. Técnica porque é um recurso que complementa outras formas de obtenção de dados, como a entrevista e o questionário (MOREIRA, 2012, p.272).

De acordo com Moreira (2012), a análise documental, na maioria dos casos, é qualitativa, pois verifica o conteúdo do material selecionado para análise;

assim, somente será quantitativa se a finalidade do levantamento for reunir quantidades de informação em contextos identificados como essenciais para o corpo da análise.

Nesta pesquisa, cabe ressaltar a utilização dos documentos adquiridos por intermédio da SECTTI e FAPES, ou, ainda, por outro Órgão do Governo Estadual que se refira as políticas públicas voltadas para a promoção da inovação no Estado do Espírito Santo, pertinentes a pesquisa; e, também, peças publicitárias, informativos, releases de imprensa, comunicados internos e externos, entre outros arquivos dos respectivos órgãos pesquisados.

Para a autora, “as fontes de análise documental frequentemente serão de origem secundária, ou seja, constituem conhecimento, dados ou informação já reunidos ou organizados” (MOREIRA, 2012, p.272). Alguns exemplos de fontes secundárias são a mídia impressa (jornais, revistas, boletins, almanaques, catálogos) e a eletrônica (gravações magnéticas de som e vídeo, gravações digitais de áudio e imagem), e, ainda, os relatórios técnicos emitidos por órgãos/instituições.

Entretanto, Moreira (2012) esclarece que também poderão ser encontrados materiais de fontes primárias, caso estes sejam: escritos pessoais, cartas particulares, documentos oficiais, textos legais, documentos internos de empresas e instituições, entre outros arquivos. Ficando a cargo de o pesquisador escolher a fonte de coleta e informações. Outro ponto a ser observado pelo pesquisador, segundo a autora, é a procedência dos documentos a serem analisados.

Em relação ao espaço físico, a resposta para esta pergunta costuma estar em bibliotecas públicas, centros de pesquisa, centros de documentação, arquivos públicos (municipal, estadual ou federal), museus que abrigam acervo de mídia (dois exemplos são os museus da Imagem e do Som do Rio de Janeiro e o de São Paulo); acervo dos próprios veículos de comunicação (geralmente abertos para pesquisa parcial e mediante pagamento) e (dependendo da instituição) as bibliotecas universitárias (MOREIRA, 2012, p.273).

Após localizar e tomar posse das informações existentes em acervos públicos ou privados será possível iniciar a análise documental propriamente dita.

A análise crítica do material encontrado constitui importante fio condutor [por exemplo,] para a memória de eventos, pessoas e contextos. Muitas vezes a consulta aos acervos pode estimular aspectos ou ângulos de abordagem não previstos na fase de elaboração do projeto de pesquisa. Nesta peculiaridade – a possibilidade de desenvolvimento quase autônomo do tema a partir dos dados encontrados nos arquivos pesquisados – reside um atributo fascinante da análise de documentos (MOREIRA, 2012, p.274).

A autora explica que a análise documental processa-se a partir de semelhanças e diferenças, é uma forma de investigação que “consiste em um conjunto de operações intelectuais que tem como objetivo descrever e representar os documentos de maneira unificada e sistemática para facilitar a sua recuperação” (MOREIRA, 2012, p.276). Em outras palavras, trata-se de um processo de decodificação, interpretação e inferência sobre as informações adquiridas com o documento em questão.

#### **4.1.3. Estudo de caso**

A última etapa desta pesquisa será dedicada para a realização do estudo de caso referente à FAPES. Para isso, além da análise documental e pesquisa de opinião, também serão realizadas entrevistas em profundidade limitadas aos gestores da agência de fomento, especialmente das gerências analisadas, bem como, com a população beneficiada pelas políticas de CT&I da FAPES.

Duarte (2012, p.215) afirma que o estudo de caso é um método qualitativo utilizado extensivamente em pesquisas nas Ciências Sociais e, com frequência, adotado em teses e dissertações; talvez, porque seja uma boa maneira de introduzir o pesquisador iniciante nas técnicas de pesquisa ao integrar o uso de um conjunto de ferramentas para levantamento e análise de informações.

Sobre a definição de estudo de caso, Robert Yin (2001) ressalta que trata-se de uma indagação empírica “que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas” (apud DUARTE, 2012, p.216); ou, ainda, quando é preciso responder questões do tipo “como” e “por quê” o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos.

Outros autores trazem interpretações sobre o estudo de caso: para Good e Hatt (1979), ele “não é uma técnica específica, é um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado” (apud DUARTE, 2012, p.216); já para Bruyne, Herman e Schoutheete (1991), é uma “análise intensiva, empreendida numa única ou em algumas organizações reais” (apud DUARTE, 2012, p.216).

A grande maioria dos autores, segundo Duarte (2012), concordam que existem quatro características essenciais do método, sendo: 1) o “particularismo”, por se tratar de um estudo centrado em uma situação, acontecimento, programa ou fenômeno particular; 2) a “descrição”, devido ao resultado final consistir na descrição detalhada de um assunto submetido à indagação; 3) a “explicação”, por ajudar a compreender aquilo que submete à análise; e 4) a “indução”, pois utiliza o raciocínio indutivo, na qual os princípios e generalizações emergem a partir da análise dos dados particulares.

Em geral, os estudos de casos são normalmente vistos como de natureza “qualitativa” ou “naturalista”, por se desenvolver numa situação natural, assim, é rico em dados descritivos, possui um plano aberto e flexível, além de focalizar a realidade de forma complexa e contextualizada (DUARTE, 2012, p.218). No entanto, poderá também incluir ou ser limitado a utilizar evidências quantitativas, como acontece na observação de dados estatísticos presentes nesta pesquisa, por meio da pesquisa de opinião.

Duarte (2012) ressalta que, nas Ciências Sociais, para que um caso exista, precisamos ser capazes de identificar uma característica única, cuja uniformidade é dada em experiências históricas concretas. “Esta unidade deve ser observada, mas não tem significado em si mesma. Ela só é significativa se um observador puder referenciá-la em uma categoria analítica ou teórica” (DUARTE, 2012, p.218). Assim, não é suficiente observar um fenômeno social, um evento histórico ou destacar certos comportamentos com o objetivo de declará-los “casos”.

Um caso compõe sua uniformidade não das ferramentas teóricas usadas para analisá-lo, mas do modo como ele toma forma; nomeado como um fato social ou histórico que combina toda a sorte de elementos dentro de um conjunto de papéis sociais, uma instituição, um movimento social, ou a lógica de ação de uma comunidade (DUARTE, 2012, p.218).

Desta forma, para definir o método de pesquisa mais adequado, Yin (2001) afirma que ao “traçar uma comparação entre o estudo de caso com outros métodos, as questões do tipo “como” e “por quê” serão mais explanatórias e podem levar ao uso do estudo de casos, pesquisas históricas ou mesmo de experimentos como estratégias de pesquisa” (apud DUARTE, 2012, pp.218-219). Por isso, é preciso analisar bem as questões colocadas pela investigação.

O estudo de caso deve ter preferência quando se pretende examinar eventos contemporâneos, em situações onde não se podem manipular comportamentos relevantes e é possível empregar duas fontes de evidências, em geral não utilizadas pelo historiador, que são a observação direta e série sistemática de entrevistas. Embora apresente pontos em comum com o método histórico, o poder diferenciador do estudo de caso reside em sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações (DUARTE, 2012, p.219).

De acordo com Castro (1977), “pela atividade científica buscam-se regularidades ou padrões de associação que não são idiossincráticos aos fatos examinados aos fatos examinados, mas comuns a toda categoria de fatos semelhantes” (apud DUARTE, 2012, p.219). Desse modo, conclui-se que “uma pesquisa pode tentar identificar essas relações mediante a análise de frações de diferentes tamanhos do universo dos fatos considerados, utilizando, aqui, os estudos de caso, onde se avaliam apenas poucos exemplos das unidades consideradas” (DUARTE, 2012, p.219). Ou seja, o interesse está não somente no que o “caso” em si mostrará, mas também o que ele sugere sobre o todo.

Assim, no estudo de caso é realizado por meio de uma amostra e deixa as inferências relativas ao todo por parte do leitor. Duarte (2012) reforça que durante essa tentativa de melhor analisar um fenômeno, deve-se ter em mente que a noção de que o objetivo principal da pesquisa reside na compreensão dos eventos. Assim, a autora estabelece os seguintes objetivos do método do estudo de caso: a) descrição, b) classificação (desenvolvimento de tipologia), c) desenvolvimento teórico, e d) teste limitado da teoria.

Para Duarte (2012, p.219), o estudo de caso é um modo de se investigar um tópico empírico seguindo-se um conjunto de procedimentos pré-estabelecidos. A exemplo disso, a autora apresenta as seguintes finalidades para o método:

1. Explicar os vínculos causais em intervenções da vida real que são complexas demais para as estratégias experimentais ou aquelas utilizadas em levantamentos;
2. Descrever uma intervenção e o contexto da vida real em que ocorreu;
3. Ilustrar determinados tópicos dentro de uma avaliação, às vezes de modo descritivo ou mesmo de uma perspectiva jornalística;
4. Explorar situações nas quais a intervenção que está sendo avaliada não apresenta um conjunto simples e claro dos resultados;
5. Ser uma “meta avaliação”, ou seja, o estudo de caso pode ser empregado para fazer o estudo de um Estudo de Avaliação (DUARTE, 2012, p.220).

Desta forma, após reconhecer o estudo de caso como melhor método para realização da pesquisa, Duarte (2012) chama a atenção para a realização de um



“projeto de estudo de caso” antes de iniciar o desenvolvimento do estudo. Para Yin (2001), essa “é a sequência lógica que conecta os dados empíricos às questões de pesquisa iniciais do estudo e, em última análise, às suas conclusões” (apud DUARTE, 2012, p.223). Assim, o projeto do estudo de caso configura-se um planejamento das ações a serem seguidas.

Duarte (2012, p.223) descreve que trata-se de um verdadeiro plano de ação composto por um conjunto inicial de questões a serem respondidas e um conjunto de conclusões a serem obtidas sobre essas mesmas questões. Para Yin (2001), o planejamento consiste em responder as seguintes problemáticas: “(1) quais questões devem ser estudadas, (2) que dados são relevantes, (3) quais dados devem ser coletados, e (4) como analisar os resultados” (apud DUARTE, 2012, p.223). Assim, o planejamento evita uma situação em que as evidências coletadas não respondam às questões inicialmente colocadas pela pesquisa.

Por fim, Duarte (2012) aponta quatro tipos básicos de projetos para estudo de caso. Considerando o estudo de caso como único ou de múltiplos casos, refletindo, assim, situações de projetos diferentes.

Nas considerações sobre os tipos de casos, é comum o questionamento sobre a validade do estudo de caso único. Para Yin (2001), ele é justificável em situações onde o caso representa um teste crucial da teoria existente; o caso é um evento raro ou exclusivo ou o caso serve a um propósito revelador. Além disso, o estudo de caso único pode envolver apenas uma unidade de análise (holístico), por exemplo, se examinasse a natureza global de uma organização; ou pode apresentar unidades múltiplas de análise (incorporado), quando, ao avaliar um programa público de governo, avaliasse também os resultados de projetos individuais que estivessem dentro desse mesmo programa. (DUARTE, 2012, p.227).

Na presente pesquisa de dissertação, utilizar-se-á a tipologia de estudo de “casos múltiplos holísticos”, em que admite a perseguição de um objetivo prático e frequentemente utilitário, seja porque, neste momento, visa estabelecer um diagnóstico e avaliação da FAPES, estabelecida como um recorte da SECTTI, isto é, um entre tantos outros “programas individuais” da secretaria estadual; ou, seja porque, em um estudo futuro, poderá buscar prescrever uma terapêutica ou mudar alguma estratégia comunicativa da própria Fundação em relação às políticas públicas de inovação.

#### **4.1.4. Entrevista em profundidade**

Conforme parte do planejamento da pesquisa, serão realizadas entrevistas em profundidade com alguns dos gestores da FAPES e também com beneficiários de políticas de fomento da Fundação. Para Duarte (2012, p.62) a entrevista “tornou-se técnica clássica de obtenção de informações nas ciências sociais, com larga adoção em áreas como sociologia, comunicação, antropologia, administração, educação e psicologia”. Contudo, deve possuir orientações metodológicas próprias para sua orientação.

Nesta pesquisa, especialmente, serão abordados aspectos sobre a “entrevista individual em profundidade”. Duarte (2012, p.62) afirma que trata-se de uma técnica qualitativa, para explorar um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de um determinado indivíduo ou informante para, então, analisá-las e apresentá-las de forma estruturada. Assim, esse tipo de entrevista procura intensidade nas respostas, e não necessariamente uma representação estatística.

A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. [...] Os dados não são apenas colhidos, mas também resultado de interpretações e reconstrução pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade. Neste percurso de descobertas, as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas. Possibilitam ainda identificar problemas, microinterações, padrões e detalhes, obter juízos de valor e interpretações, caracterizar a riqueza de um tema e explicar fenômenos de abrangência limitada (DUARTE, 2012, pp.62-63).

Para o autor, o uso de entrevistas permite identificar as diferentes maneiras de perceber e descrever fenômenos; assim, ela está presente em pesquisas de comunicação interna ou comportamento organizacional, por exemplo, e, ainda, em levantamentos históricos e biográficos, além de ser comumente utilizada nos processos jornalísticos (DUARTE, 2006, p.63). Desse modo, a entrevista poderá ser utilizada como base do estudo ou conjugada com diferentes técnicas, como a observação, discussão em grupo e análise documental.

Duarte (2012, p. 63) esclarece que a entrevista em profundidade não permite testar hipóteses, dar tratamento estatístico às informações, definir a amplitude ou quantidade de um fenômeno. Não se busca saber “quantas” ou qual a “proporção”

de pessoas que identifica determinado atributo em determinada organização, assim, objetiva-se saber “como” ela é percebida pelo conjunto de entrevistados. Ou seja, seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para a compreensão de uma situação ou estrutura de um problema.

Portanto, estabelecidas as limitações e condições de realizações, Duarte (2012, p.63) afirma que a entrevista pode ser uma ferramenta muito útil para lidar com problemas complexos ao permitir uma construção baseada em relatos da interpretação e experiências, assumindo-se que não será obtida uma visão objetiva do tema pesquisado. Para o autor, a entrevista em profundidade é uma técnica dinâmica e flexível, útil para apreensão de uma realidade tanto para tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para descrição de processos complexos nos quais está ou esteve o envolvido.

As entrevistas em profundidade são geralmente individuais. Duarte (2012, p. 64) apresenta três tipos de entrevistas: fechadas, semiabertas e abertas; em que as questões são, respectivamente, estruturadas, semiestruturadas ou não-estruturadas. A principal diferente entre as entrevistas abertas e a semiabertas é que a primeira são realizadas a partir de um tema central, uma entrevista itinerário, enquanto as semiabertas partem de um roteiro-base. Ambas são do tipo em profundidade, pois caracterizam a flexibilidade e por explorar ao máximo determinado tema, exigindo, assim, da fonte subordinação dinâmica ao entrevistado. Duarte (2012) esclarece que a entrevista aberta:

[...] tem como ponto de partida um tema ou questão ampla e flui livremente, sendo aprofundada em determinado rumo de acordo com aspectos significativos identificados pelo entrevistador enquanto o entrevistado define a resposta segundo seus próprios termos, utilizando como referência seu conhecimento, percepção, linguagem, realidade, experiência. Desta maneira, a resposta a uma questão origina a pergunta seguinte e uma entrevista ajuda a direcionar a subsequente (DUARTE, 2012, p.65).

Enquanto na entrevista semiaberta, o autor ressalta que:

uma entrevista semiaberta geralmente tem algo entre quatro ou sete questões, tratadas individualmente como perguntas abertas. O pesquisador faz a primeira pergunta e explora ao máximo cada resposta até esgotar a questão. Somente então passa para a segunda pergunta. Cada questão é aprofundada a partir da resposta do entrevistado, como um funil, no qual perguntas gerais vão dando origem a específicas. O roteiro exige poucas questões, mas suficientemente amplas para serem discutidas em profundidade sem que haja interferência entre elas ou redundância. A entrevista é conduzida, em grande medida, pelo entrevistado, valorizando seu conhecimento, mas ajustada ao roteiro do pesquisador (DUARTE, 2012, 66).

Assim, na entrevista semiaberta, a lista de questões-chaves pode ser adaptada e alterada no decorrer das entrevistas, entretanto, o roteiro sempre servirá como base para a descrição e análise em categorias. Duarte (2012) afirma que é esse roteiro que irá dar cobertura ao interesse da pesquisa. Depois de feitos os devidos esclarecimentos, considera-se mais apropriada para aplicação nesta pesquisa, a realização da entrevista semi-aberta. Por se tratar de uma entrevista que permite criar uma estrutura para comparação de respostas e articulação de resultados, auxiliando na sistematização das informações obtidas por diferentes informantes. A proposta de roteiro para entrevista pode ser visualizada nos Anexos I e II.

#### **4.2. *Desenvolvimento brasileiro: desafios e perspectivas***

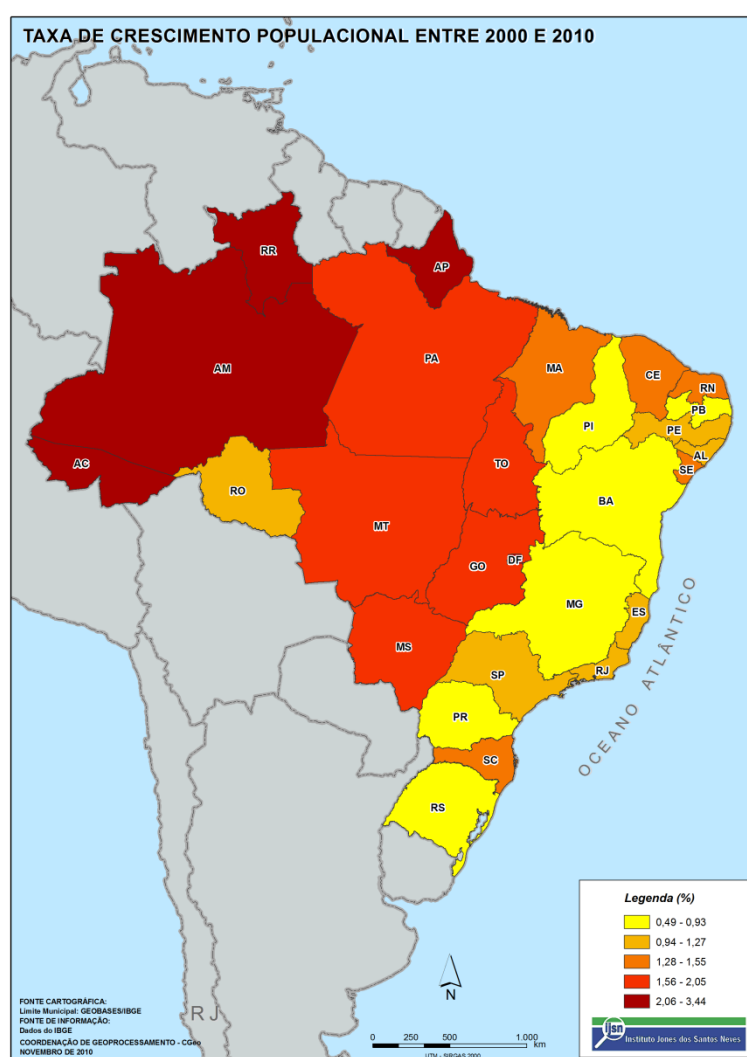
Neste item, apresenta-se a revisão de literatura acerca do desenvolvimento brasileiro a partir da década de 1930 e respectivas transformações na economia nacional. A fim de caracterizar o cenário de mudanças ocorridas no Brasil e, em consequência, a evolução na economia capixaba.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE (2013)<sup>9</sup>, o Brasil é o maior país da América do Sul e da região da América Latina, sendo o quinto maior do mundo em área territorial (possuindo 8.515.767 km<sup>2</sup> equivalente a 47% do território sul-americano) e populacional (com mais de 200 milhões de habitantes). Entretanto, o ritmo de crescimento da população já aponta sinais claros de estabilização; segundo Ojima (2013), a taxa dessa primeira década (2000–2010) foi de 1,17%, muito distante dos cerca de 3% de crescimento populacional ao ano, experimentados na década 1950-1960. De fato, Siqueira (2010) aponta que, historicamente entre 1930 até meados da década de 1950, desenvolve-se um processo de mudança na estrutura econômica brasileira – decisivo para processo de constituição no Brasil de uma ordem nacionalista, capitalista e burguesa – ocasionada pelo desenvolvimento industrial que se expandia e propiciava transformações expressivas também na estrutura da vida urbana das cidades.

---

<sup>9</sup> ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 2012. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2013. V.72. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_2012.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2012.pdf)> Acesso em: 13 set. 2013.

Associado a essa urbanização intensa e acelerada, os modos de vida da sociedade brasileira também mudaram. Siqueira (2010) esclarece que os efeitos da modernização econômica, deu passagem para um Brasil urbano moderno, e estabeleceu um novo caráter demográfico no país, quando em 1970, a maioria da população brasileira (55,6%) foi classificada, pelo censo demográfico nacional, como urbana. Ojima (2013) observa que o crescimento urbano só aumentou nestes 40 anos, sendo que, em 2010, já eram 84% da população brasileira vivendo em áreas classificadas como urbanas. Abaixo (Mapa 1) é possível verificar a taxa de crescimento populacional no país entre os anos de 2000 e 2010.



**Mapa 1** - Taxa de crescimento populacional no Brasil entre 2000 e 2010.

No quadro econômico mundial, o Brasil desponta como uma das grandes potências emergentes deste Século XXI. Munteal (2013) afirma que o país possui uma das mais sólidas economias, observa-se este fato pelos efeitos mínimos da crise econômica mundial no Brasil; se comparar com as consequências ocasionadas em outros países e zonas econômicas, como a União Europeia e Estados Unidos. Para o autor, nessa atual conjuntura, em que o Brasil desponta como um dos principais atores mundiais, a indústria brasileira tem apresentado oscilações nos anos recentes, devido à sua evolução no cenário internacional.

De acordo com Barreiro (2013), os avanços nos campos econômico e social que o Brasil vivencia, em tempos recentes, influenciam de maneira positiva o desenvolvimento de vários outros setores, dentre eles o de Ciência e Tecnologia (C&T). Na última década, o impulso da C&T do País pode ser medido por um crescimento constante e consistente, demonstrando a inovação como nova direção para o sistema nacional de C&T, em especial a de base tecnológica. Outra forte evidência, apontada por Barreiro (2013), foi a alteração na denominação do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, órgão máximo na estrutura do governo federal responsável pela gestão da política pública para C&T que, em 2011, incorporou o termo Inovação tornando-se, então, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI. Junto com esta alteração veio a responsabilidade de formular políticas que ressaltassem a inovação com base na ciência e na tecnologia.

Atos decorrentes desta mudança foram a criação de programas como o Ciência Sem Fronteiras; a intensificação de ações ligadas ao fomento à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) empresarial associadas as políticas de desenvolvimento da produção; o estímulo e o fortalecimento de núcleos de inovação tecnológica em universidades e centros de pesquisa; e o estímulo à inovação empresarial por meio de recursos humanos, subvenção econômica, crédito e fundos de capital de risco (BARREIRO, 2013). Nesse sentido de desenvolver a área de CT&I, e com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, foram criadas as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP). São instituições constituídas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecidas em cada Estado da União, sujeitam-se ao prévio registro e credenciamento nos Ministérios da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) coordena a execução dos programas e ações, que consolidam a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, e lidera um conjunto de instituições de fomento e execução de pesquisa. O MCT desenvolve pesquisas e estudos que se traduzem em geração de conhecimento, novas tecnologias e na criação de produtos, processos, gestão e patentes nacionais (BARREIRO, 2013).

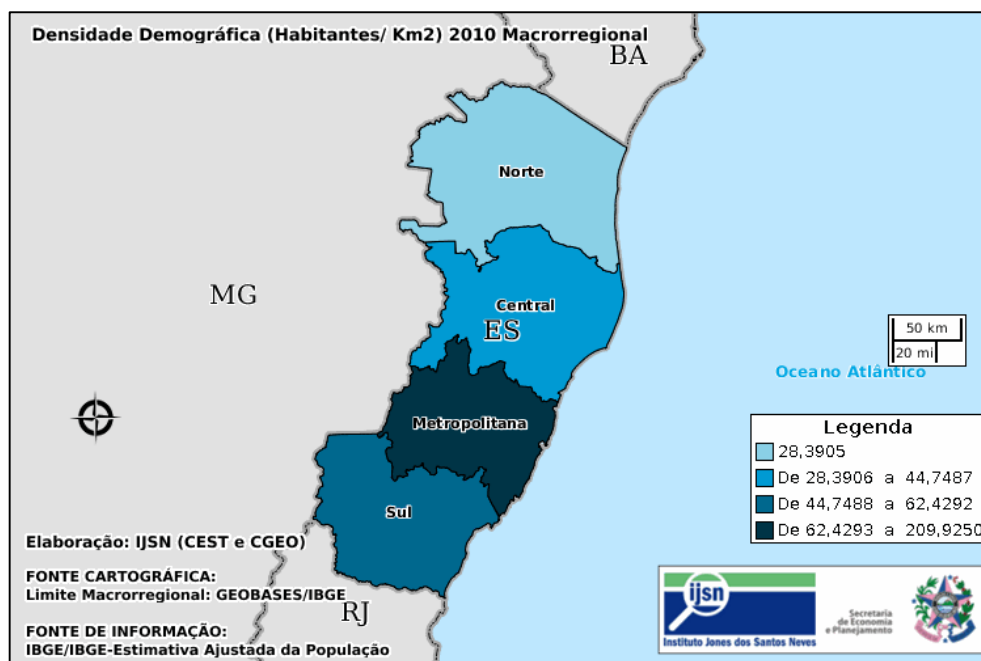
#### **4.2.1. Evolução econômica do Estado do Espírito Santo**

Neste item, apresenta-se a revisão de literatura acerca da evolução econômica do Estado do Espírito Santo, a fim de caracterizar o desenvolvimento capixaba ao longo dos anos. Além disso, mostrar de forma expressiva os avanços obtidos com o crescimento econômico do estado e, em consequente, com o surgimento de novas tecnologias e inovações na indústria capixaba.

O Espírito Santo integra, com os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, a Região Sudeste do Brasil. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo 2010<sup>10</sup>, o Estado possui uma área de 46.095,583 km<sup>2</sup> compreendida por 78 municípios e uma população de 3.514.952 habitantes, perfazendo a densidade demográfica de 76,25 habitantes por km<sup>2</sup>. A cidade de Vitória, sua capital, é uma das menores em extensão territorial (área de 98,194 km<sup>2</sup>) do Brasil, sendo o município central da Região Metropolitana da Grande Vitória (Mapa 2), e abrigando uma população de mais de 328 mil pessoas, com 98,194 habitantes por km<sup>2</sup>.

---

<sup>10</sup> CENSO 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [s.d.] Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>> Acesso em: 14 ago. 2013.



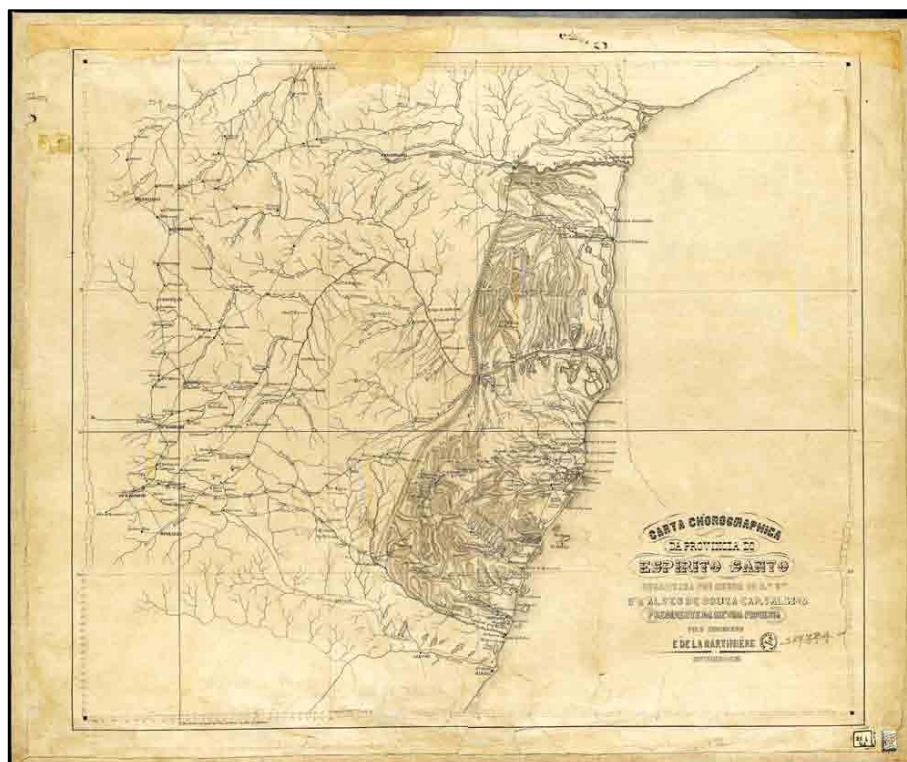
**Mapa 2** - Densidade Demográfica por Macrorregião no ano de 2010.

A história do Espírito Santo está ligada à colonização portuguesa no Brasil, segundo relata Schayder (2002), quando o donatário Vasco Fernandes Coutinho, em 23 de maio de 1535, chegou às terras capixabas para tomar posse da Capitania que lhe fora doada pelo rei de Portugal, Dom João III. Então, naquele mesmo ano, foi fundada a povoação de Vila Velha, primeiro núcleo populacional da capitania capixaba (SCHAYDER, 2002).

Conforme relatos de Santos (2011), a proibição da mineração nas Minas Gerais e a presença de tribos hostis no interior contribuíram para que o Espírito Santo se mantivesse por muito tempo como uma capitania essencialmente litorânea (Mapa 3). Apenas na segunda metade do século XIX, essa situação modificou-se graças à expansão da lavoura cafeeira. O café, penetrando no extremo sul do estado, proveniente do Rio de Janeiro, garantiu o povoamento do interior.



Fonte: Acervo Fundação Biblioteca Nacional.



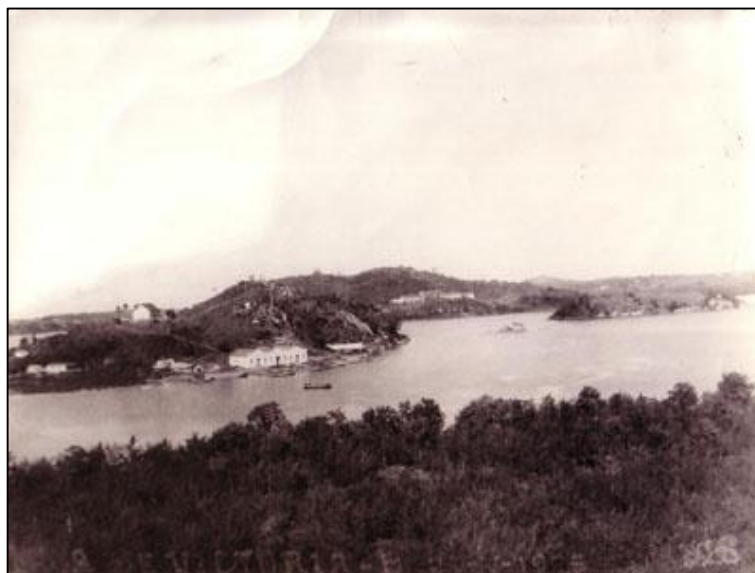
**Mapa 3** - Carta corográfica da província do Espírito Santo - ES (1861).

O plantio do café foi ainda a principal atividade dos imigrantes europeus, especialmente alemães e italianos, que introduziram o regime da pequena propriedade na região serrana. A ocupação do extremo norte ocorreu no início do século XX, graças às primeiras plantações de cacau, estabelecidas por fazendeiros baianos. Mas foi apenas em 1963 que o Espírito Santo adquiriu sua atual configuração geográfica, com a solução da antiga disputa entre o estado e Minas Gerais, relativa à posse da região da Serra dos Aimorés. Pelo acordo, a região foi dividida entre os dois estados (SANTOS, 2011).

De acordo com Vargas (2005), apesar de cerca de quinhentos anos de história, desde a dominação, desbravamento e colonização pelos portugueses, o Espírito Santo se manteve a margem do panorama histórico e econômico nacional. Siqueira (2010) explica que, embora o Estado do Espírito Santo esteja situado na região sudeste, região de grande importância para a economia nacional, não acompanhou a dinâmica regional, mantendo-se com características de região subdesenvolvida. Naquela época, o Estado constituía uma área crítica, com tendência de agravamento dos problemas econômicos e sociais. De acordo com Siqueira (2010), o Espírito Santo ficava em uma situação indefinida e desfavorável, entre a prosperidade sulista e a pobreza nordestina. Da mesma forma não participava da capitalização do sul nem das reivindicações do Nordeste.

Vargas (2005) afirma que o Estado entrou em destaque muito recentemente, a partir da sua inserção tanto quanto tardia no processo de industrialização do país; embora tenha sido uma acelerada modernização dos fatores de produção e, conseqüentemente, inseriram o Estado de forma radical no contexto internacional da globalização. Assim, a partir de 1930, o Brasil rompe com a tradição agrária colonial (Foto 1). Siqueira (2010) aponta que isso ocorreu, pois foi nessa década que se iniciou o processo de industrialização (Foto 2). Para a autora tal processo de ruptura também possui ligação com a primeira guerra mundial, a crise econômica de 1929 e a Revolução de 1930, propiciando condições para iniciar o desenvolvimento da industrialização no Brasil e, subseqüentemente, no Espírito Santo.

Foto: Rui de Oliveira.



**Fotografia 1** - Vista da Ilha da Fumaça, antigo armazém de café da família Orlando Guimarães, localizada na Baía de Vitória/ES (1928).

Foto: Rui de Oliveira.



**Fotografia 2** - Construção dos primeiros armazéns do Porto de Vitória/ES (1929).

Siqueira (2010) esclarece que a guerra desestruturou o mercado; a crise do café destacou a vulnerabilidade da monocultura exportadora; já a Revolução de 1930, diante do declínio do latifúndio, propiciou o estabelecimento da burguesia no poder. A partir daí ocorrem as atuações voltadas para o mercado interno e expansão do capitalismo. De acordo com Siqueira (2010):

Entre os anos 30 e 50, estruturam-se tanto a base produtiva quanto a forma de poder. O desenvolvimento de um setor industrial diversificou as bases da economia brasileira. Fundamentada na produção de bens de consumo não duráveis, a produção industrial expandiu-se, graças ao rápido crescimento da importação de insumos e equipamentos. A mudança na estrutura produtiva e o movimento de expansão industrial vieram acompanhados da crescente urbanização e da abertura de um mercado para a parcela do setor agrícola dedicada à produção de alimentos (p. 24).

Nesse momento, observou-se a ocorrência de um dinamismo na substituição das importações a partir de 1950; assim, os empresários aproveitam o momento e importam equipamentos, com investimento em vários setores. Segundo Siqueira (2010) a política do governo teve atuação em dois pontos: primeiro é a política do comércio exterior, especialmente o câmbio, captando recursos para financiar o setor público. O segundo é a política de investimentos, sobretudo na indústria petrolífera, processo com grande dinâmica até 1961.

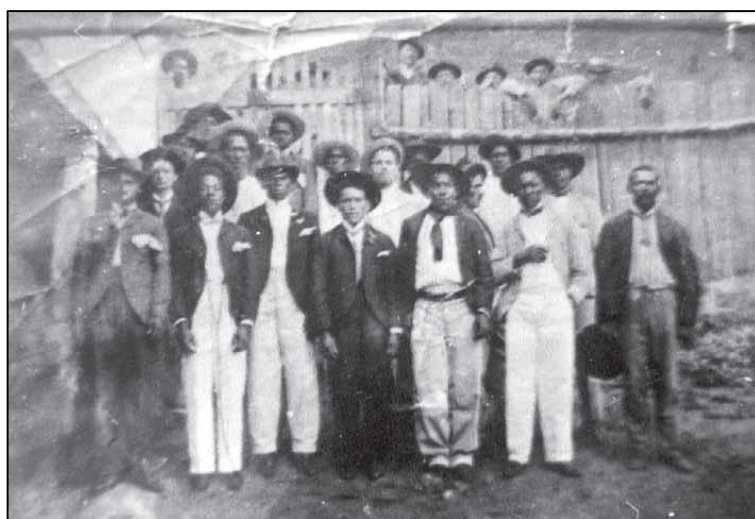
De acordo com Siqueira (2010), o processo de modernização ocorrido na economia do Espírito Santo configurou-se de forma brusca, tendo sido originado da desestruturação de sua base econômica (o setor agrário), e de sua reestruturação, a partir de uma nova ótica de acumulação do capital: a industrialização. A partir disso, a autora constata a configuração de três fases distintas e marcantes da economia capixaba:

- 1º etapa - configurou-se na década de 1960, quando predominava a cafeicultura, caracterizando uma economia primário-exportadora, orientada para mercados externos.
- 2º etapa - de 1960 até início dos anos 70, o Estado entra em outra fase quando ocorrem grandes mudanças na estrutura de produção da economia, como: a decadência das atividades tradicionais, o crescimento acelerado da pecuária bovina no setor primário, a intensificação do processo de industrialização (pequeno e médio portes) e o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo.

- 3º etapa - a partir de meados dos anos 70, tem início outra quando se concretizam as decisões de se implantarem no Estado os “Grandes Projetos Industriais”, orientados para mercados externos, que vão proporcionar uma nova dimensão à economia do Espírito Santo e transformar radicalmente a estrutura produtiva estadual.

Siqueira (2010) frisa que, em primeiro plano, os efeitos dessas mudanças se reproduzem na alteração da composição setorial da renda gerada internamente, no nível de crescimento da urbanização da Grande Vitória, seguindo-se a consolidação da importância das exportações do Espírito Santo no quadro das exportações do país. Assim, estabelecendo amplas perspectivas econômicas ao Estado, principalmente em função de um novo padrão de produção industrial.

Desse modo, destaca-se que nos últimos 50 anos a estrutura produtiva regional do Espírito Santo teve uma profunda transformação. Isto é, a economia capixaba tinha por base econômica o setor primário, representado pelo café (Foto 3), até os anos 1960, e, após o declínio da atividade agrícola cafeeira, a economia estadual passou a ser estruturada por meio de novas bases (VARGAS, 2005).



**Fotografia 3** - Grupo de tropeiros em Santa Teresa/ES (1910).

Vargas (2005) comenta que a partir do fortalecimento do setor secundário, atribuído à industrialização fortemente implementada pelos projetos de produção e exportação, é que a economia se reestruturou e alcançou patamares internacionais, graças aos investimentos realizados pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) – atualmente, Arcelormittal –, além da Aracruz Celulose – hoje, Fibria –, e a Samarco Mineração e a importância do Complexo Portuário.

Os projetos foram agrupados em cinco complexos, sendo três do setor secundário (siderúrgico, naval e paraquímico, este com implicações no setor primário) e dois do setor terciário (turístico e portuário, ambos autônomos na economia estadual). Siqueira (2010) aponta que das unidades industriais que iriam marcar a nova fase econômica capixaba algumas entraram em operação a partir de 1977 e outras, no início dos anos 80; foi o caso das empresas Vale, Samarco, Aracruz, CST e Cofavi. Também foram incluídas as obras de ampliação portuária no canal da baía de Vitória (Fotos 4 e 5) com destaque para o cais de Capuaba. De todos os projetos apenas não foram implantados o Complexo Naval e a Floribra.



**Fotografia 4** - Vista panorâmica da Baía de Vitória, onde se vê o Porto de Paul, o Porto de Vitória e o Centro de Vitória (1961).



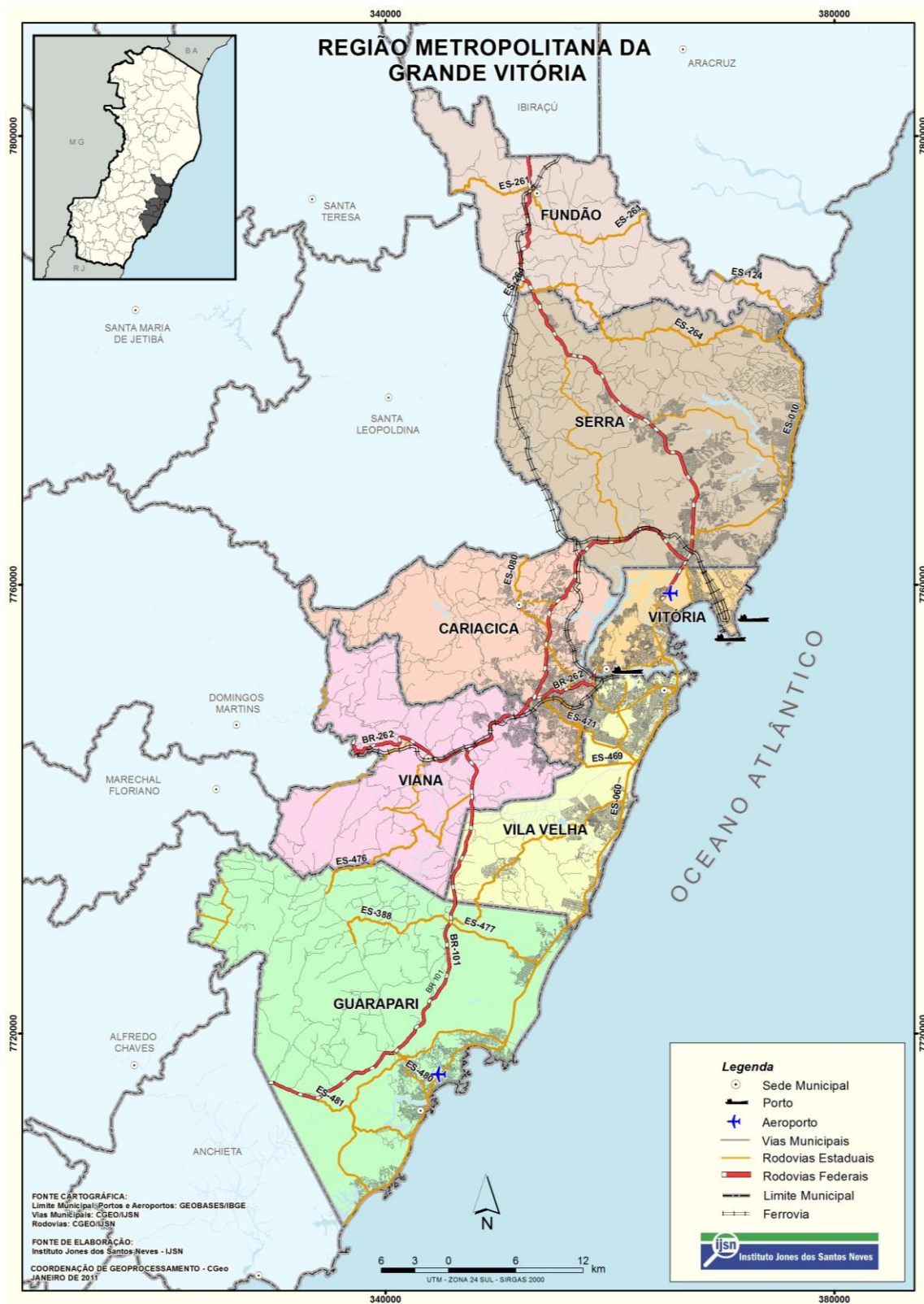
**Fotografia 5** - Porto de Vitória. Pátio para estocagem de produtos siderúrgicos (1964).

Desta forma, Siqueira (2010) explica que a década de 60 vai ser marco decisivo na expansão dos transportes do Espírito Santo, com a integração de três grandes rodovias federais, BR 101, BR 262 e BR 259. Facilitou o acesso aos grandes mercados. Foi durante esse período, 1940-1960, que se estreitaram os vínculos entre a economia capixaba e a mineira, pela exportação decorrente da CVRD. O porto de Vitória em 1960 assume papel importante a carga geral, além do cais de Paul e de Atalaia, operados pela CVRD e Usiminas, para exportação do minério de ferro (SIQUEIRA, 2010). Diante da capacidade máxima atingida no início dos anos 60, é construído o Porto de Tubarão, que inaugurou suas atividades em 1966, gerando um avanço.

Com isso o Espírito Santo sofreu importantes alterações, tendo uma geografia favorável, além da boa infraestrutura portuária. Esse novo ciclo de expansão vai se concretizar na década de 70, inicialmente pelo Plano Nacional de desenvolvimento. Siqueira (2010) aponta que o Estado torna-se um corredor de exportação. Portanto, as mudanças estruturais ocorridas no Espírito Santo, com o crescimento industrial e de serviços, afetou a distribuição da população, com elevado grau de desigualdades.

Vargas (2005) afirma que grande parte desses empreendimentos foi realizada na região de influência imediata da cidade de Vitória, proporcionando um crescimento e concentração das atividades produtivas sobre aquela microrregião, assim, ensejando acelerado processo de urbanização envolvendo também as cidades vizinhas à capital, formando a chamada Região Metropolitana de Vitória (VARGAS, 2005). Instituída pela Lei Complementar N.º 204, de 22 de junho de 2001, a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), teve como objetivo primordial à organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum, no âmbito metropolitano.

Atualmente, a RMGV é composta pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória (Mapa 4), ocupando uma área total de 2.286,54 km<sup>2</sup>, representando 4,97% da área total do território do Estado do Espírito Santo. Concentra uma população de 1.438.596 habitantes, o que representa cerca de 46,45 % da população total do estado, e assim apresenta-se como o principal pólo de desenvolvimento urbano e industrial do Estado do Espírito Santo (Censo 2010/IBGE).



**Mapa 4** - Mapa da Região Metropolitana da Grande Vitória com delimitação dos municípios.

### **4.3. O caso da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES)**

#### **4.3.1. A organização capixaba do sistema estadual de CT&I**

Este subcapítulo tem como objetivo apenas detalhar a organização capixaba do sistema estadual de CT&I, bem como descrever as atividades e programas voltados ao fomento da pesquisa e inovação no Espírito Santo, principalmente por meio de informações coletadas no Portal do Governo do Estado do Espírito Santo.

Após significativos avanços verificados em investimentos e desenvolvimento do Estado do Espírito Santo e para o país, a ciência e a tecnologia foram ganhando destaque e sendo consideradas áreas de suma importância. Segundo o Portal do Governo do Estado do Espírito Santo (s.d.)<sup>11</sup>, a organização capixaba do sistema Estadual de CT&I é composta pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho (SECTTI) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), órgãos que trabalham de acordo com as diretrizes do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CONSITEC), formado por representantes dos meios acadêmicos e produtivos da sociedade.

De acordo com o Portal do Governo do Estado do Espírito Santo (s.d.)<sup>12</sup>, a então nomeada Secretaria da Ciência e Tecnologia (SECT) foi criada pela Lei Complementar nº 289, de 23 de junho de 2004, e surgiu para promover e incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico do Espírito Santo, coordenando e integrando atividades ligadas à Política Estadual de Ciência e Tecnologia. Em 2011, a SECT teve a sua estrutura reorganizada pelo decreto estadual nº 2896-R, de 18 de novembro de 2011, passando a obter novas atribuições, além de contar com a “Inovação” e a ser responsável também pela “Educação Profissional” e “Trabalho”, adquirindo a sua nomenclatura atual – SECTTI. Dentro desta nova dinâmica a Secretaria integrou o Conselho Estadual do Trabalho – CET – e o Conselho Estadual Integrado de Educação Profissional do Espírito Santo – COINTEC.

---

<sup>11</sup> CIÊNCIA, Tecnologia e Inovação. **Portal do Governo do Estado de Espírito Santo**, Vitória. [s.d.] Disponível em: <[http://www.es.gov.br/InvistaES/Paginas/inova\\_tecnologia.aspx](http://www.es.gov.br/InvistaES/Paginas/inova_tecnologia.aspx)> Acesso em: 14 ago. 2013.

<sup>12</sup> Id.11.



Conforme informações do Portal do Governo do Estado do Espírito Santo (s.d.)<sup>13</sup>, no ano de 2012 foram transferidos para a SECTTI os Centros Estaduais de Educação Técnica (CEET); sendo composto por: CEET Vasco Coutinho, no município de Vila Velha e CEET Talmo Luiza Silva, no município de João Neiva. Na área de Educação Profissional, a SECTTI atua com o Programa de Formação Inicial e Continuada (PROFIC); a reforma, ampliação e construção de novas escolas técnicas estaduais pela Redetec; o Qualificar-ES e a Educação a Distância (EaD). Na área do Trabalho a atuação ocorre por meio das Agências Estaduais dos SINE, do Programa Qualifica Trabalhador e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

A SECTTI é principal responsável pela implementação e gestão do sistema público relacionado a CT&I, atuando concomitante com a FAPES na execução e fomento das políticas públicas do setor, com capacidade orçamentária. Segundo o Portal do Governo do Estado do Espírito Santo (s.d.)<sup>14</sup>, um dos desafios da SECTTI é a popularização da CT&I na sociedade. A partir desta constatação, foi criada por decreto do Governo do Estado, no ano de 2004, a Semana Estadual de Ciência e Tecnologia, cujo objetivo é aproximar a ciência do cotidiano social, reunindo atividades das escolas, experiências de institutos de pesquisas, mostras de inovação e interatividade com o público. Além disso, a Secretaria possui outros programas para a área de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), a constar: o Parque Tecnológico, o Ambiente da Inovação, o Polo da Inovação e a Lei e o Fundo da Inovação.

O Portal do Governo do Estado do Espírito Santo (s.d.)<sup>15</sup> também aponta como desafios da SECTTI: as pautas de inclusão digital, capacitação profissional, qualificação de mão de obra de acordo com as vocações econômicas do Estado, desenvolvimento científico com ampliação do quadro de mestres e doutores, incentivo fiscal ao empreendedor de base tecnológica, fomento à inovação nas empresas e instituições de ensino, inclusão da micro e pequena empresa ao conceito de economia do conhecimento, melhoria da gestão pública por meio de ações de transversalidade, consolidação do sistema envolvendo gestores, professores, famílias e entidades na percepção dos benefícios dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, dentre outras.

---

<sup>13</sup> Id.11. p.112.

<sup>14</sup> Id.11. p.112.

<sup>15</sup> Id.11. p.112.

De modo que o Portal do Governo do Estado do Espírito Santo (s.d.)<sup>16</sup> apresenta que, atualmente, entre os grandes desafios do Espírito Santo estão: 1) a utilização de CT&I como propulsor de soluções e novos negócios; 2) a sua difusão nos âmbitos regional e local. No primeiro caso, é preciso que sejam analisadas as políticas públicas de CT&I e, por conseguinte, feita uma avaliação de efetividade; quanto ao último desafio, há que se analisar a comunicação entre Estado e sociedade capixaba.

#### **4.3.2. Contextualização: origem e história da FAPES**

Este subcapítulo tem como objetivo apenas conceder uma contextualização sobre a história e origem da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), bem como descrever as atividades e programas da FAPES voltados à promoção da ciência, tecnologia e inovação no Espírito Santo, principalmente por meio de informações coletadas no Portal do Ministério da Educação e da própria FAPES.

De acordo com o Portal do Ministério da Educação (MEC) (s.d.)<sup>17</sup>, as Fundações de Apoio são instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, de interesse das instituições federais de ensino superior (IFES) e também das instituições de pesquisa. Devem ser constituídas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos e serão regidas pelo Código Civil Brasileiro. Sujeitam-se, portanto, à fiscalização do Ministério Público, nos termos do Código Civil e do Código de Processo Civil, à legislação trabalhista e, em especial, ao prévio registro e credenciamento nos Ministérios da Educação (MEC) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), renovável bianualmente.

Segundo o Portal do MEC (s.d.)<sup>18</sup>, as Fundações de Apoio não são criadas por lei nem mantidas pela União. O prévio credenciamento junto aos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação é requerido em razão da relação entre

---

<sup>16</sup> Id.11. p.112.

<sup>17</sup> FUNDAÇÕES de Apoio: apresentação. **Portal do Ministério da Educação**, Brasília. [s.d.] Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1022&>> Acesso em 05 jan. 2014.

<sup>18</sup> Id.17.p.114.

as instituições federais e as fundações de apoio ser de fomento ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, sendo função das fundações dar suporte administrativo e finalístico aos projetos institucionais.

No Estado do Espírito Santo, conforme relata o Portal da FAPES (s.d.)<sup>19</sup>, a Fundação foi criada pela Lei Complementar nº 290, de 23 de junho de 2004 e reorganizada pela Lei Complementar nº 490, de 22 de julho de 2009, quando mudou sua denominação de "Fundação de Apoio a Pesquisa do Espírito Santo" para sua atual: "Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo", assim, a FAPES reformulou sua estrutura organizacional. A Fundação é vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho (SECTTI) que cumpre as diretrizes da política estadual de C,T&I; tendo como principais atribuições: a gestão do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (FUNCITEC) e a captação e operacionalização de recursos junto a entidades públicas e privadas. Sua missão é fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do Espírito Santo, com concessão de recursos financeiros para projetos, bolsas e auxílios visando o apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação e à formação de recursos humanos.

Conforme consta no Portal da FAPES (s.d.)<sup>20</sup>, nos primeiros anos de execução, a Fundação foi normatizada pela Resolução 010/2005 sendo, posteriormente, substituída pela Resolução 013/2009, de 13 de abril de 2009. Tal Resolução estabeleceu as normas e condições para aplicação dos recursos geridos pela FAPES especificando as modalidades de apoio financeiro: projetos, bolsas para formação de recursos humanos e auxílios à pesquisa. Atualmente, as normas e condições de aplicação dos recursos financeiros estão sendo amplamente revisados, com a publicação de várias Resoluções específicas para cada tipo de fomento.

A FAPES<sup>21</sup> é gerida pela Diretoria Executiva, composta por três diretores: diretor técnico-científico, diretor administrativo-financeiro e diretor presidente. Conta ainda com um Conselho Científico-administrativo (CCAF) que é formado por dez membros representando as instituições de ensino, pesquisa e inovação, o setor produtivo e o Governo do Estado e tem como principal competência aprovar os procedimentos operacionais que deverão ser adotados pela Fundação relativos à

---

<sup>19</sup> HISTÓRICO. **Portal da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES)**, Vitória. [s.d.] Disponível em: < <http://www.fapes.es.gov.br/default.asp> > Acesso em 05 jan. 2014.

<sup>20</sup> Id.19.

<sup>21</sup> Id.19. p.115.

aplicação dos recursos por ela administrados, obedecendo às diretrizes emanadas do CONCITEC.

Segundo exposto pelo Portal da FAPES<sup>22</sup>, a Fundação administra: 1) recursos financeiros vinculados ao Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (FUNCITEC), na qual é fixado o valor de 0,5% da Receita Líquida Estadual; 2) recursos do tesouro estadual nas contrapartidas de convênios e cooperações; e 3) recursos provenientes de parcerias com órgãos públicos municipais, estaduais, federais e entidades privadas.

De modo que todas as ações da FAPES estão regulamentadas por normas específicas, com concessão de recursos após seleção de propostas em atendimento a chamadas públicas, baseadas em regras claras de inscrição, seleção e distribuição dos recursos, visando atender aos princípios da transparência e igualdade de concorrência. As modalidades operacionalizadas por meio de edital são definidas pelo CCAF, conforme o plano de aplicação aprovado para cada exercício, respeitando as exigências estabelecidas nos termos específicos firmados com órgãos concedentes de recursos. Segundo o Portal da FAPES<sup>23</sup>, todas as propostas, após a avaliação de consultores ad hoc e/ou julgamento de Câmara de Assessoramento, são apreciados pela Diretoria Executiva da Fundação, composta pelo seu Diretor Presidente, Diretor Técnico Científico e Diretor Administrativo Financeiro, que têm a competência de aprovar as solicitações de apoio financeiro.

A FAPES<sup>24</sup> vem desempenhando um papel transformador para o avanço do desenvolvimento de Ciência e Inovação e para a estruturação das instituições de ensino e pesquisa públicas e privadas localizadas no Espírito Santo. A Fundação, bem como a SECTTI, possuem como valores: 1) propiciar um ambiente de cooperação entre seus funcionários; 2) primar pela ética, transparência e respeito em suas relações; 3) focar na eficiência como gerador de confiabilidade. Sendo sua execução programática realizada por meio de sete gerências, a constar:

- a) Gerência de Educação para o Desenvolvimento Social (GEDES);
- b) Gerência de Pesquisa e Difusão (GEPED);

---

<sup>22</sup> Id.19. p.115.

<sup>23</sup> Id.19. p.115.

<sup>24</sup> Id.19. p.115.

- c) Gerência de Gestão de Contratos e Convênios (GECON);
- d) Gerência Administrativa (GERAD);
- e) Gerência de Gestão do Funcitec (GEFUNCI);
- f) Gerência de Ensino Superior e Capacitação de Recursos Humanos (GECAP);
- g) Gerência de Inovação e Relações com o Setor Produtivo (GEINOV).

Para realização do estudo de caso na FAPES, objeto da presente pesquisa, optou-se por escolher dentre as gerências, apenas três: GECAP, GEPED e GEINOV. Isso porque todas elas possuem como foco políticas públicas voltadas à promoção da ciência, tecnologia e inovação no Estado. A Gerência de Ensino Superior e Capacitação de Recursos Humanos (GECAP)<sup>25</sup> foi selecionada em razão de promover o desenvolvimento científico e tecnológico do Espírito Santo através da concessão de bolsas para a formação de recursos humanos qualificados, auxílios e apoio a projetos para promoção, popularização e difusão da ciência e tecnologia; enquanto que a Gerência de Pesquisa e Difusão (GEPED) é responsável por promover o desenvolvimento científico por meio do apoio financeiro a projetos de pesquisa; já a Gerência de Inovação e Relações com o Setor Produtivo (GEINOV)<sup>26</sup> foi escolhida em consequência de promover a melhoria tecnológica de todos os segmentos do setor produtivo capixaba com o apoio financeiro a projetos de inovação.

De acordo com o Portal da FAPES<sup>27</sup>, as atribuições da GECAP são: coordenar, acompanhar e controlar a execução dos programas relacionados a financiamento de bolsa de estudos para estudantes de graduação, bolsas de iniciação científica e de apoio à difusão científica e tecnológica, bolsas de mestrado e doutorado, demais modalidades de bolsas; além de elaborar programas, projetos, editais, e outros; dentre outras atividades correlatas. Sendo dedicada a pesquisadores e alunos de Instituições de ensino público e privado do Espírito Santo. De modo que a Gerência de Pesquisa e Difusão (GEPED) é responsável por: elaborar programas, projetos, editais, dentre outros, coordenar, acompanhar e controlar a execução dos programas e contratos de financiamento de pesquisas e de difusão do conhecimento científico e tecnológico; entre outras atividades correlatas. Sendo dedicada apenas aos pesquisadores vinculados a instituições capixabas.

---

<sup>25</sup> GERÊNCIAS. **Portal da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo**, Vitória. [s.d.] Disponível em: < <http://www.fapes.es.gov.br/default.asp> > Acesso em 05 jan. 2014.

<sup>26</sup> Id. 25.

<sup>27</sup> Id. 25.

Segundo o Portal da FAPES<sup>28</sup> a GEINOV possui como atribuições: coordenar, acompanhar e controlar a execução dos programas relacionados a projetos de pesquisa e inovação que proporcionam o aumento da competitividade e o desenvolvimento local, por meio de processos de aprendizado e da inovação em arranjos produtivos locais; além de elaborar programas, projetos, editais, e outros; dentre outras atividades correlatas. Sendo devotada a micro e pequenas empresas sediadas no Espírito Santo.

---

<sup>28</sup> Id. 25. p.117.

#### **4.4. Pesquisa de campo**

O trabalho de campo consistiu, primeiramente, na análise de documentos adquiridos por intermédio da SECTTI e FAPES, ou, ainda, por outro Órgão do Governo Estadual que se refira as políticas públicas voltadas para a promoção da ciência, tecnologia e inovação no Estado do Espírito Santo, pertinentes à pesquisa; e, também, peças publicitárias, informativos, releases de imprensa, comunicados internos e externos, entre outros arquivos do respectivo órgão pesquisado. De modo que a pesquisa de campo também se baseou em entrevistas qualitativas com gestores e beneficiários das políticas de fomento da FAPES.

##### **4.4.1. O processo de entrevistas**

Como instrumento de pesquisa utilizou-se de entrevistas qualitativas em profundidade, compostas por roteiro estruturado com perguntas abertas, pois permitem obter opiniões dos entrevistados acerca da problemática investigada neste estudo. Cada entrevista teve duração de, em média, uma hora. Além disso, o instrumento adotado – a entrevista – era composto por perguntas previamente formuladas e com ordem preestabelecida (ANEXOS I e II). Com a entrevista, procurou-se abordar questões que envolviam quatro categorias principais, a constar: 1) relação entre a FAPES e a sociedade capixaba, 2) políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), 3) acesso à informação pública e, ainda, 4) participação social.

##### **4.4.2. O grupo investigado**

O grupo-alvo desta pesquisa é composto por profissionais que coordenam a gestão de políticas públicas na FAPES, aqui denominados como “gestores”; bem como, aquelas pessoas que foram beneficiadas por alguma política ou programa da Fundação, aqui denominados como “beneficiários”.

A escolha de coordenadores foi com a intenção de encontrar nesses profissionais a ideia de responsabilidade e a sua relação com a administração e na

definição/implementação das políticas públicas na FAPES, observando a sua condição de gestores no topo. O critério para a escolha dos beneficiários foi de pesquisadores, professores ou bolsistas que são (ou foram) beneficiados por alguma das políticas de fomento desenvolvidas pelas gerências analisadas.

#### **4.4.3. Os sujeitos entrevistados**

É necessário ressaltar que todos os gestores e beneficiários autorizaram, por meio de Termo de Livre Consentimento, a publicação “não anônima” da entrevista que será descrita no próximo item (4.5. Os atores: experiências e expectativas). Assim, os documentos devidamente assinados podem ser observados nos Anexos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X (conforme ordem de citação abaixo).

Desse modo, apresenta-se neste tópico um pequeno perfil dos participantes desta pesquisa (os gestores e beneficiários), com o intuito de caracterizar os sujeitos entrevistados:

##### 1) Gestores:

- Anilton Salles Garcia, 61 anos, Diretor Presidente da FAPES há três anos e quatro meses, e possui Doutorado em Engenharia Elétrica (Anexo III).
- Rosa Maria Trevas Azevedo, 52 anos, gerente de Formação e Capacitação Técnico-Científica da FAPES há cinco anos, responsável pela GECAP, e possui graduação em Comunicação Social – Jornalismo (Anexo IV).
- Lúcia Aparecida de Queiroz Araújo, 48 anos, gerente de Pesquisa e Difusão Científica e Tecnológica da FAPES há seis anos, responsável pela GEPED, e é formada em Administração e Direito (Anexo V).
- Virgínia Mota Sodré, 34 anos, gerente de Desenvolvimento e Inovação da FAPES há cinco anos, responsável pela GEINOV, e é graduada em Direito (Anexo VI).



## 2) Beneficiários:

- Wilson Vieira Junior, 35 anos, mestrando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e é bolsista de Pós-Graduação “Mestrado” pela FAPES; beneficiado por Bolsas para Formação de Recursos Humanos (Anexo VII).
- Moara Ferreira Lacerda, 23 anos, mestranda em Sociologia Política na Universidade Vila Velha - ES (UVV), e é bolsista de Pós-Graduação “Mestrado” pela FAPES; beneficiada por Bolsas para Formação de Recursos Humanos (Anexo VIII).
- Danilo Negreiros, 26 anos, mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV), e é bolsista de Pós-Graduação “Mestrado” pela FAPES; beneficiado por Bolsas para Formação de Recursos Humanos (Anexo IX).
- Taissa Rodrigues Marques da Silva, 32 anos, doutora em Ciências Biológicas (Zoologia) e professora do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e possui Auxílio à Pesquisa pelos editais Programa Primeiros Projetos (PPP) e Universal da FAPES (Anexo X).

#### **4.5. Os atores: experiências e expectativas**

Neste tópico, objetiva-se examinar as experiências e expectativas dos atores envolvidos nas políticas e programas da agência de fomento – sendo eles: gestores e beneficiários – sobre quatro categorias: 1) o relacionamento da FAPES com a sociedade capixaba, 2) sobre as políticas voltadas ao fomento da ciência, tecnologia e inovação para o Estado do Espírito Santo, 3) sobre o acesso do cidadão à informação pública, 4) sobre a participação da sociedade na gestão pública.

De modo que serão apresentadas todas as respostas de gestores e beneficiários para as questões abordadas, apenas separando-as por categorias elencadas; ademais, conforme apresentação prévia do perfil dos sujeitos entrevistados, aqui somente será adotado o sobrenome dos atores a fim de identificar a sua respectiva fala/comentário.

##### **4.5.1. Primeira categoria de análise: sobre a Relação entre a FAPES e a Sociedade Capixaba**

Os entrevistados foram questionados sobre como veem, compreendem e percebem as relações entre a FAPES e a sociedade capixaba. Nesse ponto, o diretor presidente Garcia acredita que existam diversas formas:

Ela se dá em diferentes níveis. No primeiro nível, atendendo aos projetos estratégicos do Governo do Estado, em que espera-se que estejam direcionados para resolver os problemas da sociedade. No segundo nível, discutindo com a comunidade científica do estado sobre quais são os direcionamentos que visam o crescimento das instituições de ciência e tecnologia no estado, pensando fundamentalmente em como que esse desenvolvimento pode chegar ao interior do estado - nos locais mais distantes - e como que esse desenvolvimento científico e tecnológico pode contribuir para a redução das desigualdades sociais. E, em um terceiro momento, ouvindo a sociedade e discutindo com a sociedade civil organizada. Nós temos discutido com a Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa. Nós temos discutido com a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, com a OAB, com o Conselho Regional de Engenharia, com o Conselho Regional de Medicina, com diversas entidades da sociedade civil organizada, para verificar quais são as demandas. E também com os setores empresariais, com grandes empresas como Arcelor, Vale e com a Federação das Indústrias. Enfim, ouvindo a sociedade civil organizada para identificar onde estão as demandas para que a gente possa

alinhar as nossas ações atendendo às suas faces e vertentes de funcionamento (informação verbal<sup>29</sup>).

Já a professora doutora Silva vê a FAPES como uma entidade composta por pessoas preocupadas em fornecer subsídios aos pesquisadores capixabas, bem como retorno à sociedade civil na forma de divulgação científica e de inovação tecnológica e social (informação verbal<sup>30</sup>). Essa também é a visão do mestrando Negreiros que compreende ser uma relação de concessão de benefícios à sociedade por parte da FAPES; portanto, de duplo benefício, haja vista se tratar de uma instituição voltada tanto para o desenvolvimento da pesquisa quanto para a capacitação acadêmica no estado (informação verbal<sup>31</sup>).

Para a mestranda Lacerda a relação tem crescido nos últimos anos, com mais quantidades de bolsas sendo ofertadas para as instituições de ensino pela Fundação; porém, a FAPES continua pouco conhecida e interativa com a sociedade de forma geral (informação verbal<sup>32</sup>). Fato também observado pela gerente Sodré que reconhece que “a sociedade em geral não conhece muito a FAPES, mas hoje podemos dizer que eles conhecem muito mais do que há cinco anos atrás [sic]” (informação verbal<sup>33</sup>). De outro lado, para a gerente, a Fundação é amplamente conhecida entre os beneficiários das bolsas de estudos.

Por exemplo, na gerência de capacitação praticamente todos os universitários conhecem a FAPES por causa das bolsas de iniciação científica, de mestrado e doutorado, [...] então, nas instituições acadêmicas ela é bem conhecida. Agora para as empresas, que é a área de inovação, ela é ainda pouco conhecida. Por quê? Porque existe, e a gente tenta fazer um trabalho de aproximar, mas existe ainda uma visão muito academista de que a inovação acontece dentro da universidade, mas a inovação também acontece dentro da empresa. Então assim, a FAPES ela procura e possui duas formas de chegar até as empresas. Ela tem o edital de inovação tecnológica em que a gente procura aproximar o pesquisador com a empresa, para que os dois possam executar atividades juntos. Por quê? Porque às vezes o empresário tem um negócio que não é desenvolver um projeto para um determinado fim, igual o pesquisador possui um foco determinado ali, o

---

<sup>29</sup> GARCIA, Anilton Salles. **Diagnóstico com gestores**. [mai. 2014]. Entrevista concedida a Thaíssa Dilly Alves, Vitória/ES: 2014.

<sup>30</sup> SILVA, Taissa Rodrigues Marques da. **Diagnóstico com beneficiários**. [jun. 2014]. Entrevista concedida a Thaíssa Dilly Alves, Alegre/ES: 2014.

<sup>31</sup> NEGREIROS, Danilo. **Diagnóstico com beneficiários**. [jun. 2014]. Entrevista concedida a Thaíssa Dilly Alves, Vila Velha/ES: 2014.

<sup>32</sup> LACERDA, Moara Ferreira. **Diagnóstico com beneficiários**. [jun. 2014]. Entrevista concedida a Thaíssa Dilly Alves, Vila Velha/ES: 2014.

<sup>33</sup> SODRÉ, Virgínia Mota. **Diagnóstico com gestores**. [mai. 2014]. Entrevista concedida a Thaíssa Dilly Alves, Vitória/ES: 2014.

negócio do empresário é ganhar dinheiro, fazer a empresa dele render e crescer no mercado. Então, às vezes, ele até tem uma ideia ou visão, mas ele tem certa dificuldade em fazer aquele protótipo em que ele pensou e fazer funcionar e depois colocar no mercado. Ele até tem isso, mas às vezes ele precisa de um especialista para fazer aquilo ali funcionar. Então a gente tenta, através dos editais de inovação tecnológica, aproximar a academia da empresa. Essa é uma forma. E dessa forma a gente tenta fazer a FAPES ficar conhecida, fomentando essas ações. E tem também um programa de subvenção econômica do estado que é só para empresas (informação verbal<sup>34</sup>).

Todos os gestores concordam que a relação da FAPES é principalmente com um grupo específico de pessoas da sociedade. Para a gerente Araújo, a Fundação não lida com a sociedade capixaba como um todo, o público é mais restrito e direcionado (informação verbal<sup>35</sup>). Segundo a gerente Azevedo, o público-alvo da GECAP é mais misto do que o da GEPED, por exemplo, na essência maior são os bolsistas, desde iniciação científica júnior, iniciação científica tecnológica, mestrado, doutorado, pós-doutorado; e tem também os coordenadores de projetos de iniciação científica júnior e pós-doutorado (informação verbal<sup>36</sup>).

No caso da GEPED é voltado mais para professores e pesquisadores que são os nossos, digamos usuários ou clientes; que serão os proponentes de projetos de pesquisa, e de apoio a eventos – tem alguns eventos que grupos de alunos podem participar, mas quem tem de ser o proponente ainda é o professor, não pode ser o aluno. [...] Então, é um grupo da sociedade um pouco mais restrito. É lógico que todo esse trabalho é em prol da sociedade capixaba como um todo, ele vai trazer benefícios para a sociedade como um todo, mas a nossa relação é mais com um público restrito (informação verbal<sup>37</sup>).

De acordo com a gerente Azevedo, primeiramente, a sua relação com esse público acontece por meio do Portal da FAPES (onde são publicados os editais e notícias), pois é o principal veículo de comunicação da agência de fomento. Além do site, a gerente cita o email como fonte de comunicação com os beneficiários (informação verbal<sup>38</sup>).

---

<sup>34</sup> Id.33.p.123. (SODRÉ, Virgínia Mota.).

<sup>35</sup> ARAÚJO, Lúcia Aparecida de Queiroz. **Diagnóstico com gestores**. [mai. 2014]. Entrevista concedida a Thaíssa Dilly Alves, Vitória/ES: 2014.

<sup>36</sup> AZEVEDO, Rosa Maria Trevas. **Diagnóstico com gestores**. [mai. 2014]. Entrevista concedida a Thaíssa Dilly Alves, Vitória/ES: 2014.

<sup>37</sup> Id.35. (ARAÚJO, Lúcia Aparecida de Queiroz.).

<sup>38</sup> Id.36. (AZEVEDO, Rosa Maria Trevas.).

E tem outra maneira de comunicar com o nosso público que é por telefone. Muitas vezes é um meio mais eficiente. Porque acontece do nosso público muitas vezes mudar o endereço de email e não nos avisa. Então o telefone ainda vem sendo útil, tanto para instituições quanto para o nosso público direto (informação verbal<sup>39</sup>).

O mestrando Vieira Jr. considera as relações entre a FAPES e a sociedade capixaba aquém das possibilidades disponíveis atualmente. De fato, a gerente Azevedo afirma que não é a forma mais desejada, mas é o que eles dispõem no momento. Isso enquanto a FAPES não possui um sistema mais apropriado de gestão (informação verbal<sup>40</sup>). Para o mestrando Vieira Jr., a Fundação deveria investir também em novas mídias.

O único meio de acesso à informação da FAPES é o site da instituição. Tendo em vista que a FAPES apoia e incentiva a pesquisa e a inovação com foco nos benefícios para a sociedade, a instituição estatal deveria explorar com mais qualidade os meios de comunicação digitais, como as redes sociais e a TVE, para divulgar suas ações (informação verbal<sup>41</sup>).

Ainda sobre o questionamento de como os entrevistados veem, compreendem e percebem as relações entre a FAPES e a sociedade capixaba, segundo a gerente Sodré existe um vácuo, principalmente, em relação à empresa, mas há formas de se trabalhar isso. Ela cita, como exemplo, uma nova experiência com editais de subvenção econômica do estado (informação verbal<sup>42</sup>).

[...] os outros editais que nós lançamos foram poucas as submissões de propostas e neste ano a gente trabalhou diferente. A gente lança o edital e torna isso público, mas o que nos surpreendeu positivamente foi a questão de que a quantidade de propostas foi maior. E o que a gente fez de diferente nesse ano? A gente foi em diversas localidades do estado para divulgar o edital. Então nós chamamos os empresários e nos fizemos conhecer: dizer o que a FAPES faz; o que era esse edital que estávamos lançando, e que o dinheiro era para ser colocado dentro da empresa para desenvolver um produto ou processo inovador, para ela crescer dentro do mercado. [...] A FAPES se fez conhecida, e muitas empresas do interior, principalmente, não conheciam. Então, foi muito importante (informação verbal<sup>43</sup>).

---

<sup>39</sup> Id.36.p.124. (AZEVEDO, Rosa Maria Trevas.).

<sup>40</sup> Id.36.p.124. (AZEVEDO, Rosa Maria Trevas.).

<sup>41</sup> VIEIRA JR, Vilson. **Diagnóstico com beneficiários**. [jun. 2014]. Entrevista concedida a Thaíssa Dilly Alves, Serra/ES: 2014.

<sup>42</sup> Id.33.p.123. (SODRÉ, Virgínia Mota.).

<sup>43</sup> Id.33.p.123. (SODRÉ, Virgínia Mota.).

De acordo com a gerente Sodré muitas empresas do interior do estado não conheciam a agência de fomento ou não tinham conhecimento de que poderiam participar de seus editais. Então, as reuniões foram importantes. Principalmente, para a FAPES se fazer conhecida. Desse modo, a gerente relata que eles obtiveram 69 submissões de propostas para o edital de 2014, enquanto que em 2013 o número foi expressivamente menor. Para Sodré foi um resultado muito positivo e demonstra que a agência precisa divulgar mais a FAPES, especialmente, para as empresas de inova o, pois a Funda o já   amplamente conhecida pela maioria dos pesquisadores, em razão do meio acadêmico e da área de pesquisa científica (informa o verbal<sup>44</sup>).

Outra questão abordada foi se os entrevistados percebem a FAPES como distante da sociedade capixaba, ou não; como independente da sociedade capixaba, ou não. A esse respeito, todos os gestores afirmam que a Funda o   bastante próxima da sociedade, enquanto que essa opinião se difere entre os beneficiários.

Para a mestranda Lacerda:

Sim, considero a FAPES como ainda distante da sociedade capixaba e também independente.   distante porque percebo essa institui o ainda desconhecida pelo público do ES, inclusive entre os estudantes. Talvez, por causa da escassa informa o referente   atua o e aos objetivos da FAPES. Quanto ao independente, considero que a institui o ainda não dialoga de forma satisfatória com as necessidades da sociedade capixaba (informa o verbal<sup>45</sup>).

Para o mestrando Vieira Jr.:

Sim, percebo a FAPES como distante da sociedade capixaba, mas não como independente dela. Embora a FAPES necessite da sociedade para realizar suas atividades, a primeira divulga pouco suas realiza es e oportunidades de incentivo e fomento às pesquisas e ensino (informa o verbal<sup>46</sup>).

Para o mestrando Negreiros:

De fato percebo a Funda o um pouco distante da sociedade. Contudo, admito que essa minha percep o decorre da tendência do curso de Direito em se afastar da pesquisa, sendo o foco majoritário - ao menos nas faculdades particulares - o estudo para concursos públicos ou advocacia. Além disso, parece-me que para se ter proximidade da FAPES se torna necessário estar integrado no meio acadêmico, o que não   o caso da maioria

---

<sup>44</sup> Id.33.p.123. (SODRÉ, Virgínia Mota.).

<sup>45</sup> Id.32.p.123. (LACERDA, Moara Ferreira.).

<sup>46</sup> Id.41.p.125. (VIEIRA JR, Vilson.).

da sociedade capixaba. Assim, me parece que a FAPES é bastante independente da sociedade capixaba. Vale destacar que tal distância não implica em dizer que todo o apoio concedido por essa instituição não seja voltado para a sociedade e que não lhe renda benefícios (informação verbal<sup>47</sup>).

Para a professora doutora Silva:

Parcialmente. Eu percebo a FAPES como diretamente envolvida nos trabalhos acadêmicos, através do fomento à pesquisa, de forma ainda insipiente no fomento às empresas, a partir de editais de inovação tecnológica. A FAPES tem participação ativa através de fomentos a projetos de extensão, mas acho que a divulgação de seu papel neste tipo de retorno ainda se dá de modo tímido (informação verbal<sup>48</sup>).

Existe quase um consenso entre os beneficiários de que a FAPES não divulga ou pouco difunde suas ações de fomento a pesquisa e inovação no estado, bem como o conhecimento científico na sociedade em geral. Logo, se a sociedade capixaba desconhece as atividades da agência de fomento ela não participa ou interage com a mesma, e gera uma distância na sua relação com a Fundação. Diante disso, os gestores explicam que a aproximação da FAPES com a sociedade acontece por meio do fomento de projetos e benefício de bolsas, de modo que a agência busca uma aproximação maior com a população beneficiada por suas políticas e programas.

Para a gerente Araújo:

A relação é muito próxima com os nossos pesquisadores. Na sua grande maioria ela é muito próxima, porque ele no mínimo vai ficar trabalhando, executando aquele projeto por dois anos, às vezes até por quatro, no nosso caso quando são projetos mais complexos e maiores eles podem ficar uns quatro anos e podendo prorrogar por mais um ano, como é o caso das bolsas de doutorado (informação verbal<sup>49</sup>).

Para a gerente Azevedo:

Tanto os bolsistas quanto os coordenadores de projeto, as instituições, as coordenações, as secretarias de projetos de pós-graduação, dos programas de iniciação científica recorrem à nossa gerência [para sanar dúvidas]. Então é uma relação eu diria muito próxima, de eu conhecer nome de muitos dos bolsistas, apesar de que tem um quantitativo muito grande, mas acaba que de tanto a gente estar atendendo e respondendo email e telefone, acaba que alguns nomes a gente sabe de cór [sic] (informação verbal<sup>50</sup>).

---

<sup>47</sup> Id.31.p.123. (NEGREIROS, Danilo.).

<sup>48</sup> Id.30.p.123. (SILVA, Taissa Rodrigues Marques da.).

<sup>49</sup> Id.35.p.124. (ARAÚJO, Lúcia Aparecida de Queiroz.).

<sup>50</sup> Id.36.p.124. (AZEVEDO, Rosa Maria Trevas.).

Para a gerente Sodré:

[...] eu vejo é com os resultados dos projetos. Os resultados que os projetos trazem. A gente estava conversando até lá em cima, nessa reunião que eu estava agora, que com os projetos de iniciação científica, que a Rosa faz, por exemplo, você vê a mudança que isso traz na vida do menino. Muda a cabeça dele, e faz o menino querer seguir um outro caminho. Então, assim, a FAPES toca muito e a gente que está aqui dentro consegue ver como que a FAPES consegue tocar a vida de uma pessoa e trazer mudanças. E até para uma empresa também, porque o recurso que a FAPES aloca na empresa, muitas das vezes a empresa não teria condição... e nesse edital que eu te falei ele pode pedir até 400 mil reais para desenvolver um projeto. Então, assim, é um recurso que a empresa, às vezes, não teria a menor condição de desenvolver, então ela tem um produto ou projeto muito bom e ela não teria condição de desenvolver<sup>51</sup>.

De acordo com o diretor presidente Garcia:

No ano passado, a instituição pública que foi homenageada na semana de ciência e tecnologia é uma escola de Ensino Fundamental e Ensino Médio do município de Alegre. Ou seja, no interior do estado. E por que ela foi homenageada? Porque essa escola tem 120 alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio participando de projeto de pesquisas com financiamento da FAPES. Então, essa é uma demonstração. Agora nós estamos desenvolvendo uma ação com a comunidade quilombola do norte do estado. E nós estamos desenvolvendo uma ação com o pessoal da agricultura familiar. Ou seja, a FAPES tem estado muito próxima da sociedade civil. Aqui, por exemplo, nós temos um projeto na Grande Vitória no Complexo da Penha, Morro de São Benedito, em Itararé. É um grande projeto de inovação social financiado pela FAPES. E eu tenho ido até a comunidade, tive lá duas semanas atrás, discuti com a comunidade, certo? Sobre o andamento do projeto, as novas demandas e as novas necessidades de ações. [...] Então, eu estou dando apenas alguns exemplos. Também tem o Programa Nossa Bolsa, onde nós concedemos bolsas de estudo para alunos egressos da rede pública de ensino e cujas famílias têm baixa renda, uma renda *per capita* familiar inferior a três salários mínimos. Nós temos quase cinco mil bolsistas hoje sendo financiados pela FAPES em um curso superior, inclusive medicina. Nesse ano, nós concedemos quatro bolsas para o curso de medicina. No norte do estado, por exemplo, tem um crescimento grande da indústria de petróleo e gás e lá nós oferecemos, neste ano, 40 vagas numa única turma de engenharia mecânica de São Mateus. Em Aracruz, temos uma centena de vagas entre tecnologia de informação e comunicação e mais engenharia. Enfim, tem uma aproximação muito grande da FAPES hoje com a sociedade civil (informação verbal<sup>52</sup>).

Os gestores observam que os resultados finais de programas e políticas implementadas pela FAPES, mesmo pouco difundidos, beneficiam a sociedade como um todo. A exemplo disso, a gerente Sodré cita um projeto na área de saúde.

---

<sup>51</sup> Id.33.p.123. (SODRÉ, Virgínia Mota.).

<sup>52</sup> Id.29.p.123. (GARCIA, Anilton Salles).



A gente teve um projeto aqui, só com bolsistas, na área de inovação, e eles desenvolveram um sistema que faz o acompanhamento, a varredura da tuberculose no estado. [Ou seja] muitas vezes a gente não sabe, mas indiretamente um projeto apoiado pela FAPES está ajudando a população de uma forma que não tem no Brasil, pois foi o primeiro estado a ter isso no Brasil. Então, a gente que está aqui dentro sabe que a FAPES indiretamente chega na vida das pessoas (informação verbal<sup>53</sup>).

De modo geral, todos os entrevistados acreditam que a FAPES tenha uma contribuição efetiva para a sociedade capixaba. Para o mestrando Negreiros, o amparo à pesquisa científica é uma função de extrema importância para a sociedade como um todo; isso porque o avanço do conhecimento científico, tanto nas ciências humanas quanto nas ciências biológicas e exatas, corresponde sempre ao progresso da sociedade na qual a pesquisa se desenvolve (informação verbal<sup>54</sup>). Para a gerente Sodré a contribuição:

São todos os apoios que a FAPES dá desde a área de capacitação, a área de pesquisa e área de inovação, porque tudo chega na população. Nós temos um folder que explica exatamente isso, como que a ciência e tecnologia chega no usuário final. [Por exemplo] Como que uma pesquisa e um projeto de petróleo e gás chega no usuário final? Porque dar tanto dinheiro para um projeto de energia eólica? Então a gente tenta mostrar como isso chega até eles (informação verbal<sup>55</sup>).

A mestranda Lacerda observa que FAPES contribui de diversas formas, pois é um órgão que busca apoiar e incentivar a realização de pesquisas, projetos de inovação e tecnologia e de ensino, por meio da concessão de bolsas, ajuda de custo para realização de eventos e projetos e participação em eventos (informação verbal<sup>56</sup>). Para a gerente Azevedo:

Na verdade, esse é um questionamento que nos é feito constantemente: para quê tanto dinheiro em pesquisa? Para quê tanto dinheiro na FAPES? Se a gente não vê o retorno. Realmente, o retorno do nosso trabalho, o fruto do trabalho que a FAPES desenvolve, nem sempre é um retorno a curto prazo. O objetivo principal é ampliar a capacidade científica e tecnológica do estado. E os resultados desses objetivos não virão a curto prazo. Nós só temos 10 anos. Hoje a gente já colhe alguns resultados: por exemplo, a inclusão social. A gente trabalha com bolsistas de iniciação científica júnior priorizando as áreas que foram eleitas como de vulnerabilidade social por questão de homicídios. Então nós priorizamos as bolsas de iniciação científica júnior que são do ensino médio e fundamental das escolas públicas do estado, e [elas] devem estar dentro desses locais que são áreas de grande violência ou

---

<sup>53</sup> Id.33.p.123. (SODRÉ, Virgínia Mota.).

<sup>54</sup> Id.31.p.123. (NEGREIROS, Danilo.).

<sup>55</sup> Id.33.p.123. (SODRÉ, Virgínia Mota.).

<sup>56</sup> Id.32.p.123. (LACERDA, Moara Ferreira.).

homicídio no estado. Porque que é importante o programa de iniciação científica júnior? É um projeto de cunho social que tem um resultado mais imediato, talvez, para a sociedade, porque ela desperta no menino da escola pública de ensino o interesse pelos estudos, pela pesquisa, de vislumbrar um futuro que muitas vezes ele não alcançava ou vislumbrava: que era fazer um ensino superior e hoje em dia com a questão do Nossa Bolsa que a gente tem, e o governo federal tem também o Prouni, e todos esses projetos que visam oportunizar os alunos de escola pública a acessarem a universidade vem de encontro a melhorar/vislumbrar um futuro melhor para a sociedade (informação verbal<sup>57</sup>).

Segundo a gerente Azevedo, atualmente, a FAPES beneficia mais de quatro mil estudantes com bolsas de graduação, são alunos de quase todos os municípios do estado. Além disso, a GECAP possui cerca de dois mil bolsistas de mestrado, em faculdades públicas e privadas, recebendo auxílio financeiro durante um período de dois anos (informação verbal<sup>58</sup>). Para a gerente Araújo:

Na nossa gerência de pesquisa e difusão científica e tecnológica a gente amplia muito e beneficia o estado, por quê? Porque vários eventos são organizados, eventos nacionais e até internacionais. E a FAPES apoia financeiramente estes eventos. Há um público participante enorme, desde alunos até pesquisadores doutores de outros centros, até internacionais, que veem para cá vê e divulgar essas pesquisas que estão sendo desenvolvidas (informação verbal<sup>59</sup>).

Além de eventos científicos, a GEPED fomenta várias pesquisas com sua aplicabilidade na sociedade, mesmo que não de imediato, mas em um futuro próximo; como por exemplo, na área de saúde e engenharia. Araújo afirma que os resultados de uma pesquisa, ou um produto ou processo, podem levar cerca de 10 ou 20 anos, dependendo do caso, para ser aplicados na sociedade, não é uma coisa de um dia para o outro (informação verbal<sup>60</sup>).

Na gerência, nós temos alguns programas complexos como o PP-SUS, por exemplo, que é um programa voltado principalmente para pesquisas que visam melhorar o SUS, a qualidade de atendimento aos usuários do SUS, [e etc]. Com projetos que inclusive já foram premiados no Ministério da Saúde e foram implantados no estado. Temos também pesquisas no interior, a FAPES consegue chegar até o interior. No norte do estado, no sul do estado.

---

<sup>57</sup> Id.36.p.124. (AZEVEDO, Rosa Maria Trevas.).

<sup>58</sup> Id.36.p.124. (AZEVEDO, Rosa Maria Trevas.).

<sup>59</sup> Id.35.p.124. (ARAÚJO, Lúcia Aparecida de Queiroz.).

<sup>60</sup> Id.35.p.124. (ARAÚJO, Lúcia Aparecida de Queiroz.).

Nós temos projetos de pesquisadores que são daqui de Vitória, mas desenvolvem em outro município (informação verbal<sup>61</sup>).

O mestrando Vieira Jr. afirma que a contribuição da FAPES deve ser estimular e apoiar a pesquisa e a inovação tecnológica em diversas áreas do conhecimento, e o resultado deveria ser revertido prioritariamente à sociedade por meio de políticas públicas de Estado (informação verbal<sup>62</sup>). Nesse sentido, a gerente Azevedo relata que a agência vem trabalhando em conjunto com secretarias do governo do estado para publicar editais temáticos de fomento à pesquisa.

Inclusive a FAPES tem agora a prioridade de atender as áreas prioritárias do governo, que é lançando projetos temáticos trabalhando os temas prioritários do governo como segurança, saúde, agricultura, gerenciamento costeiro, turismo - voltado para a questão do desenvolvimento econômico do estado, que é um grande gerador de emprego e renda para o estado (informação verbal<sup>63</sup>).

Para o diretor presidente Garcia:

Nós temos atuado fortemente na área de segurança pública, mas não focando na segurança policial, focando a prevenção, a proteção, o estudo de violência contra a mulher, a preocupação com jovem e adolescente, o envolvimento com as drogas, com prostituição infantil, apoiando projeto [etc]. E todos esses projetos, por exemplo, coordenados com alguma secretaria. No caso da prevenção é com a Secretaria de Ação Estratégica junto com Estado Presente. Então, nós temos trabalhado, agora recentemente, por conta de uma orientação da Secretaria de Agricultura, com um edital para políticas públicas estaduais na área de pesquisa em agropecuária, pensando em como nós podemos chegar ao pequeno produtor e agricultor familiar que está no município mais distante, ajudando esse produtor, esse setor da agropecuária a melhorar a suas condições de plantio/colheita e produtividade, por conseguinte a melhoria de renda. Então, também temos atuado e muito fortemente, por exemplo, neste momento, nós temos cinco programas de políticas públicas em curso: [1] na área de economia do turismo, [2] na área da pesquisa agropecuária, [3] na área da saúde e melhoria do atendimento do SUS, então todos os programas e políticas públicas de saúde estão voltados para a melhoria dos serviços do SUS; [4] tem um na área de meio ambiente que parte de gerenciamento costeiro, pois vamos ter um conjunto de investimentos na área portuária no litoral capixaba e nós precisamos desenvolver estudos científicos para verificar a influência disso no ecossistema marinho no meio ambiente. [5] E temos um quinto na área de prevenção e proteção de defesa social. Estamos lançando um sexto programa na área de educação. Então, nota-se que temos uma diversidade de ações aqui.

De outro lado estamos fazendo e lançando novos programas de fomento e a grande maioria deles estão condicionados a aplicação de pelo menos 30 por cento dos recursos para instituições do interior. Ou seja, como que podemos,

---

<sup>61</sup> Id.35.p.124. (ARAÚJO, Lúcia Aparecida de Queiroz.).

<sup>62</sup> Id,41.p.125. (VIEIRA JR, Vilson.).

<sup>63</sup> Id.36.p.124. (AZEVEDO, Rosa Maria Trevas.).

com as ações de fomento, melhorar as condições das instituições. Nós fizemos uma grande inovação é que no nosso processo de fomento não fazemos diferença entre instituições privadas e públicas. Ao contrário das agências normais que normalmente conserva em fomento para instituições públicas; no nosso caso nós temos tanto instituição pública quanto privada, seja ela uma instituição com fins lucrativos ou sem fins lucrativos. Com isso nós estamos chegando em praticamente todos os municípios como uma ação da FAPES (informação verbal<sup>64</sup>).

A professora doutora Silva destaca que essas políticas públicas implementadas são muito importantes.

Observo que há um bom diálogo entre a FAPES e o governo estadual, e uma preocupação em fomentar projetos que estejam em acordo com as áreas prioritárias do governo. Se há falha, está em um aparente desinteresse por parte dos pesquisadores, e não por parte da FAPES (informação verbal<sup>65</sup>).

De acordo com o diretor presidente Garcia, esse é um exemplo inequívoco de como a FAPES tem cumprido seu papel de ajudar no desenvolvimento de políticas públicas (informação verbal<sup>66</sup>). Segundo a gerente Araújo:

Por que, graças a Deus, a questão financeira não é algo negativo para a FAPES, ao contrário, nós temos os recursos para serem abortados e só dependemos de sermos demandados. Então a gente fica muito satisfeito quando recebe uma demanda, como essa demanda que a gente teve agora, só para exemplificar, da agricultura e pesquisa agropecuária no estado, onde a secretaria de agricultura identificou uma série de lacunas que precisavam ser estudadas e isso é muito bom, né!? Então, a gente teve um edital de três milhões de reais para aportar e uma demanda de 8 milhões e 300 mil. Com certeza, nós tivemos uma demanda reprimida, mas isso justifica o nosso trabalho, justifica que nós precisamos ter uma nova edição desse mesmo edital temático. Tem o lado negativo que não tem recurso para todo mundo, mas tem o lado positivo que justifica a necessidade de aportar recursos mais especificadamente nessa área para implementação de políticas públicas e enfrentamento das deficiências encontradas (informação verbal<sup>67</sup>).

Para a professora doutora Silva:

A FAPES é a maior contribuidora ao crescimento da pesquisa e extensão capixabas, talvez mais relevante do que mesmo o CNPq, pois consegue fomentar novos pesquisadores. Seus funcionários possuem um grande conhecimento e admiração pelo que é desenvolvido nas universidades capixabas, e são muito mais próximos e empáticos à nossa realidade do que as agências federais (informação verbal<sup>68</sup>).

<sup>64</sup> Id.29.p.123. (GARCIA, Anilton Salles).

<sup>65</sup> Id.30.p.123. (SILVA, Taissa Rodrigues Marques da.).

<sup>66</sup> Id.29.p.123. (GARCIA, Anilton Salles).

<sup>67</sup> Id.35.p.124. (ARAÚJO, Lúcia Aparecida de Queiroz.).

<sup>68</sup> Id.30.p.123. (SILVA, Taissa Rodrigues Marques da.).

Em relação à pesquisa de inovações tecnológicas em empresas, segundo a gerente Sodré:

Quando o estado ele financia, ele fomenta e possibilita que uma empresa trabalhe a inovação e tenha um centro de P&D [Pesquisa e Desenvolvimento], então, essa empresa vai produzir um produto, vai melhorar um processo, ela vai melhorar um serviço, ela pode aprimorar algo e não precisa criar especificadamente algo novo. E quando ela faz isso e consegue colocar isso no mercado, ela está se desenvolvendo e quando ela faz isso ela traz ganho para a economia do estado. Então é uma linha direta. A inovação está totalmente ligada a economia do estado, porque são as micro e pequenas empresas que tem maior número de funcionários com carteira assinada, são elas que movem a economia do estado. Então se você fomenta o desenvolvimento da micro e pequena empresa ela vai conseqüentemente crescer, vai contratar mais mão-de-obra, vai colocar um produto novo no mercado ou vai vender um serviço novo ou melhorar um processo que ela tenha e vai se tornar mais competitiva e isso vai só retornar com melhorias para a economia do estado, é uma relação direta (informação verbal<sup>69</sup>).

Em geral, todos os entrevistados acreditam que as políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação são de suma importância para o Estado do Espírito Santo. Mesmo não tendo conhecimento pleno das políticas públicas de CT&I implementadas pela FAPES, os mestrandos Negreiros e Lacerda concordam que diretrizes políticas orientadas para a pesquisa são essenciais para o desenvolvimento social do Espírito Santo (informações verbais<sup>70</sup>); o mestrando Vieira Jr. conclui que:

São de extrema importância para apoiar e aumentar a produção de ciência e tecnologia no Espírito Santo - um estado que ainda possui quantidade de desenvolvimento de C&T baixa comparada aos outros estados da região sudeste e do Brasil como um todo (informação verbal<sup>71</sup>).

De acordo com o diretor presidente Garcia:

Tem diversas importâncias e uma delas é reduzir a desigualdade social. Em que você está aumentando as oportunidades para as pessoas. Só pra você ter uma ideia, no Programa Nossa Bolsa, temos atendimento para pessoas de 76 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo. Acho que só essa informação já mostra o quanto que a FAPES está presente nas políticas públicas (informação verbal<sup>72</sup>).

---

<sup>69</sup> Id.33.p.123. (SODRÉ, Virgínia Mota.).

<sup>70</sup> Id.31.p.123. (NEGREIROS, Danilo.) / Id.32.p.122. (LACERDA, Moara Ferreira.).

<sup>71</sup> Id,41.p.125. (VIEIRA JR, Vilson.).

<sup>72</sup> Id.29.p.123. (GARCIA, Anilton Salles).

Questionados sobre as ações para fortalecimento da interação entre os diversos atores sociais capixabas e as políticas de CT&I da FAPES, os mestrandos Vieira Jr., Lacerda e Negreiros afirmaram desconhecer qualquer ação ou atividade da agência nesse sentido. Para a professora doutora Silva, os projetos de inovação social fomentados por edital para este fim são o maior exemplo deste fortalecimento, além da exposição de projetos por ocasião da Semana Estadual de Ciência e Tecnologia em 2013 (informação verbal<sup>73</sup>).

Segundo a gerente Sodré:

A gente tenta fazer [ações para interação]... Porque a minha gerência de inovação é muito ligada à empresa, então quando você fala em comunidade tem um pouco de diferença em relação às outras gerências. Mas nós lançamos também editais de inovação social. Existem inovações na área social. Então, são projetos que vão tocar a vida da pessoa. [Por exemplo] para melhorar a inovação da educação, então são novas práticas na educação. Não só na empresa, mas a gente tenta chegar na população. São também tecnologias sociais que envolvem acessibilidade. A gerência lançou o último edital em 2010 e tem intenção de lançar um novo edital, porque a gente acredita que é por meio da educação que esse país vai melhorar. Então, nós vamos lançar um edital este ano de inovação social voltado para educação (informação verbal<sup>74</sup>).

Além de utilizarem as comunicações mais tradicionais como o telefone, email e, ainda, o *site* para divulgar os editais e se relacionar com o público, a gerente Azevedo explica que a agência busca fazer reuniões e seminários em instituições de ensino e pesquisa sempre que possível (informação verbal). Segundo Azevedo, recentemente, a FAPES criou uma página no Facebook<sup>75</sup>.

A gente agora tem também uma página no Facebook. Já o Nossa Bolsa tem um Facebook próprio em que a gente se comunica demais com os alunos, por esse site. Então, a interação é muito grande, tanto com as instituições quanto com os bolsistas do Nossa Bolsa. Então, são esses mesmos, com o objetivo de esclarecer dúvidas, de desmistificar algumas dificuldades (informação verbal<sup>76</sup>).

De acordo com a gerente Araújo:

---

<sup>73</sup> Id.30.p.123. (SILVA, Taissa Rodrigues Marques da.).

<sup>74</sup> Id.33.p.123. (SODRÉ, Virgínia Mota.).

<sup>75</sup> A página da FAPES no Facebook.com foi registrada em 31 de Julho de 2013. E está disponível em: <<https://www.facebook.com/FAPES.ES/timeline/>>.

<sup>76</sup> Id.36.p.124. (AZEVEDO, Rosa Maria Trevas.).

A gente usa muito a página na internet, divulgando ali, fazendo matéria. Nós fizemos eventos, fizemos um grande para divulgar o lançamento dos editais. A gente vai até as instituições, tenta reunir um maior número de pesquisadores, com maiores potenciais de usuários daqueles editais. A gente tenta reunir com eles numa instituição. Então, a gente tem ido para o interior, fazemos uma rodada de viagens no interior. Aqui na capital, em algumas instituições inclusive privadas, nós fomos fazer esse trabalho de divulgação do que a FAPES tem a oferecer para melhorar e contribuir com as políticas públicas educacionais, econômicas do estado (informação verbal<sup>77</sup>).

Embora a agência busque participar de eventos e seminários das instituições de ensino e pesquisa, não há tantos eventos empresariais no estado. Então, para a gerente Sodré é preciso fortalecer mais a interação com as empresas.

Mas a diretoria da FAPES se coloca muito neste sentido de divulgar. O diretor viaja, vai nas faculdades do interior. Ele vai muito para fazer esse trabalho de aproximação. Mas já com as empresas a gente não tem muito evento de empresa. Então, nós não fazemos muitos eventos, mas nesse edital que eu te falei e as reuniões que fizemos para divulgar o edital foram muito importantes, então a gente pretende fortalecer isso (informação verbal<sup>78</sup>).

Para finalizar este tópico, os entrevistados foram questionados sobre como entendem o termo função/missão pública; além do significado de “servidor público” e “servidor do público” e, ainda, se existe diferença nas expressões citadas. Os gestores replicaram a questão para o próprio cargo que exercem, enquanto os beneficiários responderam conforme suas experiências e expectativas.

Segundo o diretor presidente Garcia:

Eu vejo a missão pública com dois papéis importantes. O primeiro papel é estar trabalhando alinhado com as políticas de governo, ou seja, eu exerço a função pública e é um cargo de confiança do governador, então eu preciso estar desenvolvendo ações na FAPES que estejam alinhadas e ajustadas com o plano estratégico de governo, tanto de curto prazo quanto de longo prazo. E o segundo papel é trabalhar olhando as demandas da sociedade, pois eu não posso apenas olhar para o planejamento estratégico do governo; mas eu preciso olhar o planejamento estratégico do governo e verificar como que através dessas ações estratégicas de governo eu consigo ajudar a melhorar as condições de vida da população. É dessa forma que nós temos trabalhado na FAPES nesses três anos e meio (informação pública<sup>79</sup>).

Para a gerente Azevedo:

Um dos princípios administrativos é o da eficiência. Então todo servidor público tem que cumprir. E a gente tenta cumprir isso da melhor forma possível, mas como? Porque muitas vezes a gente elabora uma política ou

<sup>77</sup> Id.35.p.124. (ARAÚJO, Lúcia Aparecida de Queiroz.).

<sup>78</sup> Id.33.p.123. (SODRÉ, Virgínia Mota.).

<sup>79</sup> Id.29.p.123. (GARCIA, Anilton Salles).

pensa numa política e nosso objetivo é sempre atender e servir, a palavra “servidor” já diz “servir”. Porém, nem sempre a gente acerta 100%. Então a cada dia que passa a gente tenta inovar mais e inovar no atendimento, ouvindo as demandas do nosso público para atender da melhor forma possível. E eu como gestora, eu sou gerente de vários projetos aqui da FAPES, então me sinto muito orgulhosa e satisfeita de poder ver que o objetivo do nosso trabalho deu frutos. E sempre que um bolsista defende uma tese ou dissertação, que a gente sabe que é uma luta danada, é um esforço muito grande, então a gente se sente motivada. É um trabalho que a gente consegue ver o retorno. Talvez pra fora, pra sociedade como um todo, eles não conseguem ver um retorno imediato, mas para o nosso público ele é sempre muito importante. Porque é sempre uma satisfação ver um bolsista participar de um projeto, um professor coordenar e ver os resultados desse projeto (informação verbal<sup>80</sup>).

#### A gerente Sodré explica:

Na minha opinião, é a mesma coisa. Eu estou exercendo uma função, um cargo público e estou aqui a serviço do público, aqueles que pagam os impostos. Então para mim não tem diferença, está na mesma linha. Estou aqui num cargo público, exercendo uma função e que eu tenho que ter responsabilidade com essa função que eu estou exercendo, porque tem alguém que está pagando imposto e tudo que o estado faz ele tem que dar retorno para o público. Dar retorno para os munícipes. Então para mim é a mesma coisa. Pode não ser a mesma coisa, mas quando você vê a função ou cargo que você está exercendo que poderia ser privado, mas é um cargo público, então a sua função aqui é pensar no outro. [...]

[Por exemplo] a minha função de gerente de inovação é tentar/procurar promover as ações da FAPES e buscar novas ideias para políticas públicas. Eu estou aqui hoje tentando exercer essa função e fazendo com o maior zelo possível, isso nós fazemos questão. Porque nós lidamos com recursos públicos e isso é uma coisa muito séria. Então a gerência de inovação, por exemplo, o estado investe e quer investir [nessa área], mas a gente precisa ter certeza, e é esse o cuidado que temos na gerência, é de que este dinheiro está sendo investido de forma correta. Então nós fazemos visitas técnicas na empresa, olhamos junto com um especialista técnico na área para ver como que está a execução do projeto daquela empresa. Então isso a gente tem que fazer. Porque esse recurso que está sendo “dado” para uma empresa, ou para um pesquisador, ou para uma bolsa, ele é público e vem dos impostos que você [cidadão] paga. Então a gente tem que executar as atividades da FAPES com a maior seriedade possível<sup>81</sup>.

#### De acordo com a gerente Araújo:

O nome é muito claro, é servidor público. Nós não somos nem funcionários nem empregados, somos servidores públicos. Com a sua função de prestar o serviço ao público, à população. Então eu acho que a existência desse serviço público vem desde os primórdios, e ela precisa mesmo existir e vai continuar existindo. E a nossa função é exatamente esta: é atender da melhor forma possível ao público em geral, e específico àqueles que nos procuram. E dar uma forma de atendimento melhor possível, tentando dar respostas aos anseios deles e as demandas. Eu acredito que a FAPES não tenha um passivo de não atender, ou um passivo negativo de falta de resposta, ao contrário. Às vezes, quando a gente não consegue a gente pede um tempo para poder dar essa resposta, porque às vezes é uma demanda nova que a

<sup>80</sup> Id.36.p.124. (AZEVEDO, Rosa Maria Trevas.).

<sup>81</sup> Id.33.p.123. (SODRÉ, Virgínia Mota.).



gente não está acostumada, ou não usa ainda, mas a gente vai buscar essa informação com nossos parceiros. Nós temos muitas parcerias também. Tudo para responder esse público, essa pessoa ou instituição que nos procura. Então, complementando, esse retorno de servir é muito importante porque você não serve a especificadamente uma pessoa, mas um coletivo mesmo. A gente tem visto, percebido e recebido esse *feedback* de muitos laboratórios e de professores que comentam que sem a FAPES aquele laboratório não existiria. [...] A gente trabalha muito mesmo, graças a Deus, mas é um trabalho muito gratificante, sem dúvida. E esse servir a gente tenta fazer da melhor forma possível (informação verbal<sup>82</sup>).

A doutora Silva, como professora de uma universidade pública, afirma:

A diferença entre servidor público e ser servidor do público traz uma reflexão bem interessante. Acho que sim, há alguma diferença, mas ao mesmo tempo uma sobreposição. O servidor público é um funcionário lotado em uma repartição ou autarquia, e espera-se que seu trabalho traga retorno à sociedade civil. Por outro lado, talvez a expressão 'servidor do público' traga uma ideia de diminuição de independência na pesquisa ou no ensino, que poderia ser vista como um conflito de interesses (informação verbal<sup>83</sup>).

Segundo o mestrando Vieira Jr., ser servidor público é ser servidor do público, possuir uma missão pública de promover o bem comum e garantir o interesse público em primeiro lugar (informação verbal<sup>84</sup>). Portanto, o mestrando Negreiros diz que não há diferença, pois a função servidor público é a de prestar sempre serviços de interesse público. “Um servidor que bem desempenha sua função estará, invariavelmente, servindo o público (a sociedade)” (informação verbal<sup>85</sup>); assim, para Negreiros a função ou missão pública é aquela cujos beneficiários sejam a coletividade ou os setores da mesma. A mestranda Lacerda conclui que “função pública quer dizer que o trabalho tem caráter público, que é voltado para servir à sociedade. Já missão pública quer dizer que o objetivo é promover ações e políticas que beneficiem a sociedade” (informação verbal<sup>86</sup>). Isto é, todos concordam que os profissionais que trabalham no setor público devem ser comprometidos e responsáveis perante a sociedade.

---

<sup>82</sup> Id.35.p.124. (ARAÚJO, Lúcia Aparecida de Queiroz.).

<sup>83</sup> Id.30.p.123. (SILVA, Taissa Rodrigues Marques da.).

<sup>84</sup> Id,41.p.125. (VIEIRA JR, Vilson.).

<sup>85</sup> Id.31.p.123. (NEGREIROS, Danilo.).

<sup>86</sup> Id.32.p.123. (LACERDA, Moara Ferreira.).

#### 4.5.2. Segunda categoria de análise: sobre Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)

Neste tópico, os gestores foram questionados sobre as prioridades e principais ações da FAPES na área de ciência, tecnologia e inovação. Segundo o diretor presidente Garcia, atualmente, a agência trabalha com duas prioridades: 1) a formação de recursos humanos e 2) o fortalecimento de ações de empreendedorismo. Sobre a primeira estratégia, Garcia afirma:

A prioridade total nossa, desde que eu assumi, é a formação de recursos humanos, mas essa é uma das prioridades principais. A minha crença é de que eu só consigo um estado desenvolvido e, por conseguinte, eu só consigo um país desenvolvido, com pessoas qualificadas. Então, se eu não tiver pessoas qualificadas, em todos os níveis, eu não consigo pensar em desenvolvimento do estado. Essa é a primeira coisa. E, na formação de recursos humanos, o que nós estamos fazendo? Trabalhando desde o ensino fundamental até o pós-doutorado. Porque outra crença minha é que se eu quero fazer desenvolvimento social, desenvolvimento científico e desenvolvimento tecnológico; esse desenvolvimento, na minha crença, ele só vem com pesquisas avançadas, e as pesquisas avançadas estão nos cursos de mestrado e nos cursos de doutorado. Então, uma das coisas que nós fizemos aqui nesses últimos três anos é fortalecer o nosso apoio aos programas de mestrado e doutorado. Onde nós estamos oferecendo uma quantidade de bolsas muito superior do que nós ofertamos em 2011. E não adianta dar bolsas de doutorado se eu não facilito a atração de doutores nas instituições. Então nós também estamos trabalhando na atração e fixação de doutores. Ou seja, a ideia da nossa estratégia é de fechar o ciclo de formação de recursos humanos. Então essa é a principal prioridade que nós temos aqui (informação verbal<sup>87</sup>).

A gerente Azevedo explica que as bolsas de pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado), além daquelas voltadas a iniciação científica, são editais de publicação regular na GECAP. Além disso, a gerente explica que existem os auxílios para ampliação do conhecimento.

A minha gerência trabalha com uma rotina, são atividades. Nas nossas atividades todo ano a gente precisa priorizar o atendimento para as bolsas por que é um atendimento regular, que tem que ter todo ano. Bolsa de Iniciação Científica, Bolsa de Mestrado e Bolsa de Doutorado tem que ser oferecidas todos os anos. Então essas são nossas prioridades, o atendimento de bolsas. E isso foi o que a gente priorizou. E, além das bolsas, também os auxílios para ampliação do conhecimento, são os auxílios para estágio técnico-científico e visita técnico-científica, que é um auxílio que a gente dá e que propicia ao pesquisador ou bolsista ir a outro campo, outro estado ou país, com o objetivo de ampliar as técnicas, os estudos, para ampliar o conhecimento. E ter acesso a outros estudos visando inovar e ampliar o

---

<sup>87</sup> Id.29.p.123. (GARCIA, Anilton Salles).

conhecimento do projeto que está sendo desenvolvido por ele. Mas a prioridade é sempre o atendimento as bolsas regulares que todo ano a gente atende. E agora o que nós temos de novidade são as bolsas de pós-doutorado, que fazem parte de um acordo de cooperação (informação verbal<sup>88</sup>).

A gerente Araújo esclarece que a GEPED tem trabalho priorizando editais temáticos, em parceria com secretarias do governo estadual. Entretanto, a gerência também apoia a difusão científica por meio de editais para participação e realização de eventos, dentro e fora do estado.

As principais políticas que nós, da nossa gerência, tivemos no final de 2013 e início de 2014 são políticas voltadas para as áreas de saúde, meio ambiente, agricultura, turismo, segurança e defesa social. São as principais. Agora, genericamente, nós temos as políticas de incremento da divulgação técnico e científica tecnológica do estado que acontece através dos editais de eventos, na minha gerência. Os editais para participação de eventos possibilitam ao pesquisador ou grupo de alunos participarem de eventos, congressos ou alguma competição de olimpíadas. A FAPES custeia essa despesa, inclusive, paga seguro saúde, passagem e diárias para eles irem participar desses eventos. E incentiva a organização desses eventos aqui no estado, para trazer para cá pessoas para divulgarem as políticas, as pesquisas do nosso estado. Então é bem diversificado nessa área. Nós temos também o Edital Universal que abarca todas as áreas do conhecimento, não especificamente a área A, B ou C. E agora a gente vai lançar alguns editais mais específicos: o Bolsa Pesquisador Capixaba, o Bolsa Apoio Técnico, e a Taxa de Pesquisa (informação verbal<sup>89</sup>).

Sobre a segunda estratégia, o diretor presidente Garcia relata:

A segunda prioridade que nós temos aqui é trabalhar com ação de empreendedorismo. Ou seja, de novo é uma crença de que quem gera, quem movimenta, a economia do país, no caso no Brasil, e também no mundo, são as micro e pequenas empresas. Então nós temos diversas ações aqui na FAPES de fomento ao desenvolvimento de micro e pequena empresa. Porém nós temos uma ação diferenciada, pois não adianta eu colocar o recurso da micro e pequena empresa sem que eu tenha garantias de sustentabilidade daquela inovação, e na minha crença a sustentabilidade está na metodologia científica e na abordagem científica. Então todas as nossas ações de fomento para inovação no empreendedorismo exigem a parceria entre uma micro e pequena empresa e uma instituição de ciência e tecnologia, para que eu possa garantir que aquele desenvolvimento, ou aquele produto ou processo, esteja cientificamente validado. Porque se isso acontecer a probabilidade de sucesso é muito grande e se isso não acontecer a probabilidade de fracasso é também muito grande. Então nós estamos apostando nessas duas grandes prioridades (informação científica<sup>90</sup>).

---

<sup>88</sup> Id.36.p.124. (AZEVEDO, Rosa Maria Trevas.).

<sup>89</sup> Id.35.p.124. (ARAÚJO, Lúcia Aparecida de Queiroz.).

<sup>90</sup> Id.29.p.123. (GARCIA, Anilton Salles).

De acordo com a gerente Sodré as prioridades são os editais de inovação tecnológica, de fomento aos núcleos de inovação tecnológica, os programas de subvenção econômica e o edital de inovação social. A gerente comenta que o micro/pequeno empreendedor conhece muito pouco sobre os aspectos do desenvolvimento da inovação, de modo que uma das ações da GEINOV também é difundir a chamada cultura da inovação para as empresas.

No caso da minha gerência, é aquilo que eu te falei, é fomentar o desenvolvimento da inovação, fomentar também no sentido deles conhecerem, porque as empresas não conhecem muito. Uma empresa como a Arcelor tem condição de ter um centro de P&D [pesquisa e desenvolvimento]. Numa micro e pequena empresa não. É o próprio dono que vai lá e aperta o parafuso, é ele que faz e muitas vezes nem sabe que está fazendo uma inovação. Às vezes ele acha que está fazendo aquilo ali pensando que está melhorando um processo na empresa dele, mas não está nem lembrando que aquilo ali que ele fez, ele pode botar no mercado. Então, fazer com que as empresas conheçam e saibam o que é inovação, o porquê da inovação. Então eu acho que é uma coisa que de uns anos atrás, acho que de uns cinco ou quatro anos para cá está acontecendo muito. E trabalhar junto com os parceiros do SEBRAE, da FINDES, com os núcleos de inovação tecnológica. E divulgar, ou tentar divulgar a cultura da inovação. Para os empresários conhecerem isso, porque muitas vezes o empresário não tem nem tempo de pensar nisso. Porque ele está cuidando no seu dia-a-dia daquela correria dele. Então eu acho que isso é muito importante. Você vê pelo número de projetos submetidos, pelo valor dos editais, e os tipos de editais, que de quatro anos para cá começaram a ser lançados. Então é uma crescente, a FAPES é muito nova. Não sei se isso já foi dito para você, ela só tem 10 anos. Mas a gente está numa linha crescente. Então a gente está implantando normas, revendo algumas resoluções antigas, para quê? [sic] Para melhorar cada vez mais a forma de fomentar isso e dar retornos para a comunidade. Porque quanto mais bem estruturada a FAPES estiver, mais a gente consegue executar a nossa missão de forma melhor e que o resultado chegue para a comunidade de uma forma muito melhor (informação verbal<sup>91</sup>).

Por sua vez, observou-se que grande parte dos beneficiários pouco conhece sobre as ações e atividades da FAPES na área de CT&I. Apenas a professora doutora Silva possui mais conhecimento das atividades e políticas de CT&I da FAPES. De modo que ela relata:

Sim, conheço os seus editais de fomento à pesquisa em Ciência, Tecnologia e Inovação, mas maior ênfase em Ciência, e ocasionalmente tomo conhecimento dos resultados das pesquisas por meio de seu website ou de apresentações – na Semana de Ciência e Tecnologia e como revisora *ad hoc* de relatórios. Ao meu ver, as principais atividades ainda são os editais mais universais, como o Universal e o PPP. Os editais mais específicos a determinadas áreas (PPSUS, Biodiversidade do ES, etc) são muito interessantes para o governo estadual e para a sociedade civil, mas estranhamente têm tido participação tímida por parte dos pesquisadores, o que acaba esvaziando os mesmos. Outras atividades da FAPES que

---

<sup>91</sup> Id.33.p.123. (SODRÉ, Virgínia Mota.).

merecem grande destaque são os auxílios à organização de eventos. Um número muito significativo de eventos ocorre no Espírito Santo, e a FAPES tem tido papel fundamental na organização dos mesmos, contribuindo para destacar o estado. (informação verbal<sup>92</sup>).

Em sua maioria, os mestrandos afirmaram não conhecer plenamente as políticas e programas da FAPES voltados ao fomento da ciência e tecnologia ou inovação. Lacerda afirma não conhecer nenhuma atividade em particular, embora cite que a concessão de bolsas de estudo para pesquisa de pós-graduação é uma importante ação (informação verbal<sup>93</sup>). Negreiros acredita que, baseado na publicidade da agência, a principal atividade em CT&I seria a concessão de bolsas de apoio à pesquisa. Ele também comenta sobre um projeto de carro automatizado fomentado pela agência: “Imagino que o veículo guiado automaticamente pela UFES seja uma atividade desenvolvida nessa área. Travei conhecimento dessa atividade pelo fato de ter visto o veículo com o adesivo da FAPES no campus universitário” (informação verbal<sup>94</sup>). Enquanto, Vieira Jr. cita as modalidades de bolsas, auxílios e incentivos a projetos de ciência, tecnologia e inovação.

As principais atividades que conheço são o oferecimento de bolsas para possibilitar o estudo em instituições privadas e públicas e o auxílio para participação e organização de eventos, além do incentivo para o desenvolvimento de projetos com algum benefício social (informação verbal<sup>95</sup>).

Finalizando, o diretor presidente Garcia aponta que existe ainda uma terceira prioridade na agência de fomento. Para Garcia é importante colocar o Espírito Santo em destaque quanto ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional. De modo que ele relata:

E a outra prioridade é reduzir o que eu chamo de abismo que existe na parte científica e tecnológica entre o Espírito Santo e o resto do Brasil e do mundo. Porque quando eu falo em abismo é o seguinte: independente de concordar ou não com ela, a métrica que se usa para ver se é um estado evoluído cientificamente é pela quantidade de pesquisadores que tem reconhecimento de produtividade em pesquisa pelo CNPq. Independente se está certo ou errado, essa é métrica. E o Espírito Santo tinha em 2011 um número muito pequeno de pesquisadores com esse reconhecimento. Hoje, através dessas ações que fizemos aqui no Estado, nós já temos um número

---

<sup>92</sup> Id.30.p.123. (SILVA, Taissa Rodrigues Marques da.).

<sup>93</sup> Id.32.p.123. (LACERDA, Moara Ferreira.).

<sup>94</sup> Id.31.p.123. (NEGREIROS, Danilo.).

<sup>95</sup> Id,41.p.125. (VIEIRA JR, Vilson.).

significativamente maior e com uma curva de crescimento extremamente favorável. Então, por exemplo, em 2011, nós tínhamos dois pesquisadores nível 1 do CNPq no Espírito Santo. E, em 2014, nós estamos com 12 [pesquisadores] de nível 1. Isso mostra que essa política está dando certo. Acontece que à medida que crescemos o número de pesquisadores de nível 1 do Espírito Santo no CNPq, são esses pesquisadores que participam dos fóruns de discussão das políticas nacionais. Então o rebatimento disso não é pra FAPES ou para o governo, e sim para Estado do Espírito Santo (informação verbal<sup>96</sup>).

De acordo com o diretor presidente Garcia, esses pesquisadores que estão participando dos grupos temáticos em Brasília/DF e discutindo políticas de ciência e tecnologia no país. Desta forma, ele conclui que o Espírito Santo estará mais presente nas discussões federais e na formulação de políticas federais.

#### 4.5.3. Terceira categoria de análise: sobre Acesso à Informação

Neste tópico, todos os entrevistados concordam ser de suma importância o acesso do cidadão à informação pública. Para o mestrando Negreiros, a importância é suprema, pois a informação e o conhecimento tem o potencial de emancipar o ser humano (informação verbal<sup>97</sup>). Segundo a mestranda Lacerda, o acesso do cidadão à informação é passo fundamental para o exercício da cidadania, uma vez que possibilita a transparência democrática e aumenta a confiabilidade do indivíduo para com a instituição (informação verbal<sup>98</sup>).

De acordo com o mestrando Vieira Jr.:

A importância de o cidadão ter acesso livre à informação, em especial à informação pública, reside no fato de tornar o poder público e suas ações mais transparentes para a sociedade. Outro ponto positivo é que promove um maior controle social dos órgãos públicos, aproximando mais população e poder público (informação verbal<sup>99</sup>).

A professora doutora Silva, como cidadã, considera o acesso à informação essencial; e como agentes públicos, ela admite que deva ser obrigação à

---

<sup>96</sup> Id.29.p.123. (GARCIA, Anilton Salles).

<sup>97</sup> Id.31.p.123. (NEGREIROS, Danilo.).

<sup>98</sup> Id.32.p.123. (LACERDA, Moara Ferreira.).

<sup>99</sup> Id,41.p.125. (VIEIRA JR, Vilson.).

transparência no que fazem e como investem as verbas que recebem (informação verbal<sup>100</sup>). Para a gerente Sodré:

Ele tem que ter, porque isso aqui é dinheiro dele. Dinheiro que ele paga de imposto, e qualquer instituição pública tem a obrigação de deixar isso claro para a população. Por ser muito técnico, a função da Mariana é tentar deixar isso de uma forma bem clara. Eu sei que é difícil saber se minha tia ou prima vai acessar o site da FAPES, para ver ou conhecer, mas aí é uma outra história. Mas que a gente tem que dar publicidade a tudo que a gente faz e tentar mostrar o que a FAPES faz, isso tem que ser feito. E tentar mostrar o que a FAPES faz é muito importante. Muito importante para a FAPES e para o cidadão saber o que a gente faz com o imposto, porque as vezes um projeto de uma pesquisa vai trazer a cura para alguma doença, e tem projeto que a gente financiou aqui de agronegócios que vai resolver um problema de uma praga. Então isso é muito importante. A FAPES tem uma função muito importante para o estado, e para a sociedade, porque os resultados desses projetos de pesquisa, dos projetos de inovação, e desse cuidado que a gente tem com a capacitação, desde os juniores [da iniciação científica], desses meninos, que a gente quer que as pessoas estudem, para melhorar o estado e para que elas tenham uma vida melhor. Então é muito importante (informação verbal<sup>101</sup>).

A gerente Azevedo explica que a agência busca ser o máximo transparente sobre suas ações, principalmente, utilizando o site para divulgá-las; no entanto, observa que os veículos capixabas de comunicação pouco se interessam por difundir esse tipo de informação.

A realidade é que os meios de comunicação não têm muito interesse em passar as nossas informações. A gente faz o que pode para ser o mais transparente possível, e informar o máximo possível, mas eu acho que ainda é incipiente a nossa comunicação com o público em geral, apesar de a gente fazer o máximo que pode, ainda é incipiente. Então eu acho que falta espaço nos veículos de comunicação de massa. Os próprios veículos de comunicação de massa não tem interesse de divulgar o nosso trabalho. Com o advento da internet, né?! Melhorou muito para a gente, porque o nosso site procura ser o mais transparente possível, apesar de nós sermos ainda muito engessados, porque nós temos um modelo a seguir que é do nosso provedor, que é a Prodest, né?! E que atrapalha às vezes uma melhor forma de organizar o nosso site. Então eu acho que nós somos engessados. Poderia ser melhor. Mas nós trabalhamos dentro da nossa realidade hoje, e com o objetivo de ampliar. A gente tem procurado novos meios, como o Facebook, que agora a gente tem uma página lá. Mas ainda é incipiente, ao meu ver (informação verbal<sup>102</sup>).

De acordo com a gerente Araújo, se o cidadão não tiver informação ou se a informação não for precisa, ele não terá como se guiar em nenhum segmento da

---

<sup>100</sup> Id.30.p.123. (SILVA, Taissa Rodrigues Marques da.).

<sup>101</sup> Id.33.p.123. (SODRÉ, Virgínia Mota.).

<sup>102</sup> Id.33.p.123. (SODRÉ, Virgínia Mota.).

sociedade. É um direito constitucional, mas devem ser observadas as ressalvas quanto à propriedade intelectual e direito de patente.

Todas as nossas informações, todos os nossos documentos eles são públicos. É um princípio do direito administrativo que é a transparência e publicidade. Então você precisa dar publicidade a todos os seus atos, todos os nossos atos são públicos. É lógico que é público, mas ele pode não ser publicado. Mas você tem o acesso à informação, porque a própria constituição lhe garante isso, que você tem o direito ao acesso, desde que justificado também, porque a gente não pode entregar um processo que seja de um pesquisador, que de repente ele nem publicou ainda. Na inovação você tem a questão do sigilo da patente. Nós temos um termo de outorga que é assinado com o pesquisador, onde a gente lhe garante isso, porque se não essa informação pode lhe ser roubada.

Tanto é que nós temos um banco de teses, em que ali nós publicávamos as teses e dissertações, mas em dado momento isso deu um problema para a FAPES de reclamações dos pesquisadores, alunos e bolsistas, e não mais se publicou por isso. Mas quando se busca a informação pública, a gente sempre divulga essa informação. Mas a gente tem que garantir para você, enquanto pesquisador, que nós não vamos divulgar um dado da sua pesquisa enquanto que você não publique [os seus resultados] (informação verbal<sup>103</sup>).

Desse modo, observa-se que há um consenso entre os entrevistados sobre a legitimidade do acesso à informação pública, incluindo informações sobre qualquer área, gerência ou unidade da FAPES e/ou os serviços que ela presta. A professora doutora Silva acredita que entender o papel das gerências e unidades, ou seja, como funciona seu organograma, é uma informação básica (informação verbal<sup>104</sup>). Para a mestrandia Lacerda é legítimo, porque gera transparência e controle social da Fundação, tendo em vista que esse órgão promove políticas que beneficiam diretamente a sociedade (informação verbal<sup>105</sup>). Os mestrandos Negreiros e Vieira Jr. afirmam que o acesso à informação é fator legítimo de uma relação democrática entre a FAPES e a sociedade civil.

O diretor presidente Garcia afirma que a agência trabalha com documentos explicativos em linguagem popular que facilita o acesso do cidadão às informações e ações científicas e técnicas que são executadas pela FAPES.

Temos como exemplo esse *folder* do Nossa Bolsa em que é a linguagem dele é mais popular e menos técnica. É um *folder* bem simples, um documento não poluído e sem informação técnica. E de forma simples a gente distribui para a população. Então a população tem acesso para todas as ações. O que eu chamo de divulgação científica das nossas ações.

<sup>103</sup> Id.35.p.124. (ARAÚJO, Lúcia Aparecida de Queiroz.).

<sup>104</sup> Id.30.p.123. (SILVA, Taissa Rodrigues Marques da.).

<sup>105</sup> Id.32.p.123. (LACERDA, Moara Ferreira.).



E a outra forma de estarmos fazendo acesso do cidadão à informação é através de reuniões com a sociedade civil organizada. Por exemplo, esse último ano eu visitei pelo menos 40 municípios do estado. E tem convite aqui para visitar mais dois municípios do estado. E nessa visita aos municípios nós fazemos reuniões com a classe política, nós fazemos reuniões com os representantes da sociedade civil organizada, e também com empresários e cooperativas. Nós também fazemos reuniões com a parte responsável pela educação do município, ou seja, o diretor de escola e professores. Então, na medida em que nós desenvolvemos nas prefeituras as ações isso facilita inclusive o acesso do cidadão comum, porque é a prefeitura quem está no *front-end* com o cidadão no dia-a-dia (informação verbal<sup>106</sup>).

De acordo com as gerentes Azevedo, Araújo e Sodré, esse assunto é indiscutível, pois o acesso à informação pública é um direito constitucional. No entanto, há ressalvas quanto à divulgação de resultados das pesquisas fomentadas por causa dos direitos a propriedade intelectual e de patente (informação verbal). O diretor presidente Garcia explica que a agência busca um novo sistema de gestão da informação para atendimento a Lei de Acesso à Informação.

Não adianta nós fazermos políticas sem que essa informação chegue ao cidadão. A informação obrigatoriamente tem que chegar ao cidadão e ela tem que chegar ao cidadão em uma linguagem que o cidadão consiga compreender, pois não adianta eu colocar a informação em uma linguagem técnica ou linguagem científica que não vai atingir o cidadão. Então o que nós temos feito para esse processo: temos adequado nossa estrutura, e estamos caminhando em direção ao atendimento pleno da lei de acesso à informação. Uma das ações que estamos fazendo é em função de implantar um sistema de gestão de ciência e tecnologia na FAPES (da tecnologia da informação na FAPES). Ou seja, alunos, pesquisadores e dirigentes de instituições sociedade civil organizada terão um portal na qual eles conseguirão ter acesso à informação e ter uma comunicação mais direta. Isso nós estamos caminhando o início dessa implantação para adequar a Fundação na lei de acesso à informação (informação verbal<sup>107</sup>).

Os entrevistados discordam quanto à prerrogativa de que os pedidos de informação formulados pelos cidadãos devem ser justificados. A professora doutora Silva acredita que a transparência na atividade pública não deve possuir ressalvas (informação verbal<sup>108</sup>). Para o mestrando Negreiros “o acesso deve ser livre de justificativas para que não haja espaço para juízos arbitrários que possibilitem negativa das informações requeridas” (informação verbal)<sup>109</sup>. O mestrando Vieira Jr.,

---

<sup>106</sup> Id.29.p.123. (GARCIA, Anilton Salles).

<sup>107</sup> Id.29.p.123. (GARCIA, Anilton Salles).

<sup>108</sup> Id.30.p.123. (SILVA, Taissa Rodrigues Marques da.).

<sup>109</sup> Id.31.p.123. (NEGREIROS, Danilo.).

inclusive, cita que “a Lei de Acesso à Informação determina que todo e qualquer cidadão pode solicitar informações a órgãos públicos sem a necessidade de justificativa” (informação verbal<sup>110</sup>). A gerente Sodré explica que não é necessária uma justificativa, embora a maioria dos pedidos de informação que ela recebe já venha justificada (informação verbal).

Para o diretor presidente Garcia:

Eu não vejo razão para ter justificativa. O cidadão precisa ser informado. Porque os nossos investimentos são feitos com investimentos públicos que são oriundos dos impostos pagos pelo cidadão, então eu acho que o cidadão tem... eu acho que inclusive essa é uma forma da gente de prestar contas para o cidadão de onde o recursos dos impostos que ele paga está sendo utilizado em benefício da sociedade. Então eu respondo todas as perguntas que chegam no meu email, independente se tiverem justificativa e independente de quem é o cidadão. Seja ele um cidadão comum ou uma autoridade pública (informação verbal<sup>111</sup>).

Segundo a mestrandia Lacerda a justificativa pode auxiliar no processamento dos dados solicitados (informação verbal). A gerente Azevedo também acredita que o cidadão deve justificar o seu pedido.

Até mesmo para a gente saber que tipo de informação que ele está querendo. Por exemplo, um funcionário público me manda um email pedindo uma informação sobre as bolsas de mestrado. Mas eu preciso saber dele, se ele é efetivo ou se é temporário, para poder melhor direcionar a demanda dele. Eu preciso saber qual é o perfil, no caso do usuário, para direcioná-lo para o lugar certo (informação verbal<sup>112</sup>).

Para a gerente Araújo:

Ainda que ele omita verdadeiramente qual é a finalidade daquela informação, pois você pode acabar prejudicando um terceiro devido àquela informação que aquele cidadão está buscando. Ele pode usar aquela informação de má fé ou equivocadamente para prejudicar ou o individual ou o coletivo. [...] Então eu acho que a busca pela informação, o direito ao acesso é legítimo, mas eu sempre entendi dessa forma, independente de estar aqui na FAPES ou não, de que ela precisa ser justificada sim (informação verbal<sup>113</sup>).

Os entrevistados também foram questionados sobre a legitimidade da agência em proteger determinadas informações. Nesse sentido, o mestrando Vieira

---

<sup>110</sup> Id.41.p.125. (VIEIRA JR, Vilson.).

<sup>111</sup> Id.29.p.123. (GARCIA, Anilton Salles).

<sup>112</sup> Id.32.p.123. (LACERDA, Moara Ferreira.).

<sup>113</sup> Id.35.p.124. (ARAÚJO, Lúcia Aparecida de Queiroz.).

Jr. comenta que a legislação de acesso à informação pública atualmente em vigor determina algumas restrições sobre isso, mas somente em casos como segredo de Estado (assuntos militares ou de segurança nacional), entre outros. Para Vieira Jr. a FAPES não se encaixa nesse quesito ou noutros que a Lei de Acesso à Informação delimita; logo, a Fundação deve disponibilizar as informações que a ela são solicitadas (informação verbal<sup>114</sup>).

No entanto, a maioria concorda que há dados que merecem ser protegidos pela FAPES. O mestrando Negreiros explica que “da mesma forma que dados e informações das pessoas jurídicas são protegidas pelo sigilo, a FAPES também tem a prerrogativa e capacidade de eleger informações cuja publicidade apresenta perigo ao desenvolvimento das pesquisas [fomentadas]” (informação verbal<sup>115</sup>). Para a professora doutora Silva, a FAPES trabalha com projetos de inovação que podem gerar patentes, ou mesmo com projetos acadêmicos, que necessitam ter alguns de seus dados protegidos, até que sejam devidamente patenteados ou publicados (informação verbal<sup>116</sup>).

Todos os gestores concordam que nos casos que envolvem informação sobre pesquisas ou projetos fomentados pela FAPES, e que ainda não foram devidamente publicados ou geram patentes, a agência deve protegê-los. Nos casos de informações solicitadas por jornalistas, as gerentes são orientadas a contatar primeiro o pesquisador ou coordenador do projeto, de modo que o mesmo indicará a possibilidade ou não de realizar uma entrevista para o meio de comunicação.

A gerente Azevedo explica o caso das câmaras de assessoramento.

Dentro das câmaras de assessoramento, por exemplo, é assinado um termo de sigilo para que o que for discutido ali [sobre as avaliações de projetos] não saia dali. Porque os membros das câmaras tem acesso a todas as informações sobre os projetos ou relatórios técnicos de pesquisas. [...] Nós precisamos ter muito zelo com isso (informação verbal<sup>117</sup>).

Questionados sobre o papel da internet quanto ao alcance das informações públicas, todos os entrevistados concordam que a “rede online” facilita o acesso do cidadão à informação e aproxima, em alguns casos, a relação entre Estado e

---

<sup>114</sup> Id.41.p.125. (VIEIRA JR, Vilson.).

<sup>115</sup> Id.31.p.123. (NEGREIROS, Danilo.).

<sup>116</sup> Id.30.p.123. (SILVA, Taissa Rodrigues Marques da.).

<sup>117</sup> Id.36.p.124. (AZEVEDO, Rosa Maria Trevas.).

sociedade. O mestrando Negreiros acredita que a internet é uma das formas mais eficientes de se promover a publicidade de informações, ao lado das formas televisivas (informação verbal<sup>118</sup>). Para a professora doutora Silva:

A internet é, ao mesmo tempo, uma poderosa aliada e uma forte arma. As informações públicas, quando corretamente divulgadas, podem ter um papel fundamental em como a sociedade entende as pesquisas financiadas por verba pública, mas ao mesmo tempo, quando a informação não é bem compreendida, pode resultar em um *backlash* difícil de ser corrigido (informação verbal<sup>119</sup>).

Para o mestrando Vieira Jr.:

A internet pode ser uma ferramenta utilizada para facilitar o acesso à informação pelos cidadãos, que não precisariam se deslocar até à fundação para obtê-la. Todavia, não deveria ser o único meio utilizado, para não restringir ou dificultar esse acesso pelos cidadãos que nem sempre possuem disponível a internet em seus lares (informação verbal<sup>120</sup>).

Para o mestrando Lacerda:

A internet torna-se cada vez mais relevante para a disseminação da informação pública. É por meio da grande rede que, atualmente, boa parte da população acessa dados públicos de grande relevância, muitos deles antes pouco acessíveis à população, como: despesas e receitas orçamentárias, diários oficiais dos poderes, andamento de licitações, tramitação de projetos de lei e etc (informação verbal<sup>121</sup>).

De acordo com a gerente Araújo, com a internet a agência consegue dar amplitude em todas as atividades que faz ou as ações que precisa resolver e isso facilita o trabalho deles. O diretor presidente Garcia comenta que os programas de cunho social, que chegam às comunidades periféricas, utilizam a ferramenta do Facebook para divulgar suas atividades e, com isso, tem recebido um *feedback* positivo. Para a gerente Azevedo:

A internet hoje em dia é um instrumento de transparência quando bem utilizado, é claro. E para nós é importantíssimo. O impacto da internet na nossa gerência é importantíssimo, pois melhorou muito a nossa relação com o nosso público. Hoje a gente consegue se comunicar com nossos parceiros

---

<sup>118</sup> Id.31.p.123. (NEGREIROS, Danilo.).

<sup>119</sup> Id.30.p.123. (SILVA, Taissa Rodrigues Marques da.).

<sup>120</sup> Id.41.p.125. (VIEIRA JR, Vilson.).

<sup>121</sup> Id.32.p.123. (LACERDA, Moara Ferreira.).

daqui da FAPES e de fora pelo celular. Porque todos os gerentes tem um celular com tecnologia e estão conectados [na internet] (informação verbal<sup>122</sup>).

Para a gerente Sodré:

A internet está ali para ser usada e a pessoa acessa. O problema não é a internet quanto ao alcance da informação pública, o problema é, por exemplo, no nosso caso, as pessoas conhecerem a FAPES para então acessarem o site da FAPES. Sim, a internet facilita o acesso, mas primeiro a FAPES precisa se fazer conhecer. Não no meio acadêmico, porque no meio acadêmico isso é diferente. Mas para a comunidade. Porque você pode perguntar na rua para uma pessoa “O que é a FAPES?” e ninguém sabe o que é. Fora do meio acadêmico, você verá que as pessoas não conhecem muito a FAPES (informação verbal<sup>123</sup>).

Isto é, segundo Sodré, a internet facilita o acesso à informação e comunicação da sociedade com a FAPES; entretanto, a agência precisa investir mais na divulgação de suas atividades.

#### **4.5.4. Quarta categoria de análise: sobre a Participação Social**

Os entrevistados foram questionados sobre a importância da participação da sociedade nos assuntos públicos, em especial, nas políticas e programas desenvolvidos pela FAPES. Segundo o mestrando Negreiros é de fundamental importância, haja vista tornar mais representativa e plural a gestão pública. Assim, o poder público não consistirá mais na exclusiva fonte de decisões. Negreiros entende por participação social a capacidade franqueada aos cidadãos de emitir pareceres e opiniões que vinculem a administração pública, seja por grupos formais ou informais, ou ainda mesmo individualmente (informação verbal<sup>124</sup>).

De acordo com a mestranda Lacerda, a participação social ocorre quando a população exerce controle social sobre as instituições públicas e se insere na discussão, formulação e no acompanhamento da execução das políticas públicas.

---

<sup>122</sup> Id.36.p.124. (AZEVEDO, Rosa Maria Trevas.).

<sup>123</sup> Id.33.p.123. (SODRÉ, Virgínia Mota.).

<sup>124</sup> Id.31.p.123. (NEGREIROS, Danilo.).

Assim, sua importância reside no fato de que ela amplia e fortalece a democracia, e gera maior efetividade nos resultados das políticas públicas (informação verbal<sup>125</sup>).

O mestrando Vieira Jr. relata que a importância da participação contínua reside em uma maior transparência e efetividade da administração pública, uma vez que se faz uma gestão compartilhada entre Estado e sociedade. Além disso, para Vieira Jr. a participação social cumpre uma função didática e informativa para a sociedade de como se dá a gestão pública (informação verbal<sup>126</sup>).

O diretor presidente Garcia afirma que para existir participação social é preciso que a sociedade esteja presente nas decisões e nos caminhos que a instituição está tomando. Segundo Garcia, na agência essa participação ocorre por meio dos conselhos.

Então, os nossos conselhos eles tem representantes da comunidade científica, tem representantes da comunidade civil organizada, e, também, representantes do governo. Só que se você pegar os representantes da comunidade científica mais os representantes da comunidade civil organizada verá que eles são maioria no conselho. Ou seja, os representantes do governo do estado, hoje, são minoria. Nós temos 11 membros do conselho e destes apenas três são do governo do estado e oito são de fora do governo. Ou seja, isso é uma demonstração clara de que nós estamos preocupados com a participação social. Ao contrário de muitos locais em que tem 11 representantes e oito são do governo e três são da sociedade civil. Aqui nós fizemos exatamente o oposto. Nós colocamos uma representação grande da sociedade civil organizada, quer dizer, entra a comunidade científica, o setor produtivo e etc (informação verbal<sup>127</sup>).

Para a gerente Araújo a participação social ocorre quando a sociedade consegue interferir e contribuir para formulação de políticas, de ações e, também, de algumas diretrizes da Fundação. Em específico na GEPED, essa participação não ocorre porque ela é direcionada apenas aos conselhos e câmaras de assessoramento. De modo que para participar desses setores é preciso que o candidato submeta o seu currículo para avaliação, quando na época da chamada pública, e são eleitos no conselho para participar. Segundo Araújo, os participantes do conselho científico são eleitos pelo CONSITEC (que é o conselho superior do estado) e nas câmaras de assessoramento eles são escolhidos no conselho científico próprio da FAPES.

---

<sup>125</sup> Id.32.p.123. (LACERDA, Moara Ferreira.).

<sup>126</sup> Id,41.p.125. (VIEIRA JR, Vilson.).

<sup>127</sup> Id.29.p.123. (GARCIA, Anilton Salles).

A gerente Azevedo explica:

A participação social no serviço público, principalmente, nas instituições públicas ela se dá principalmente pelos conselhos. Aqui na FAPES, ela faz parte do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, que é composto pelas Secretarias [do governo], pela Fundação, e nós temos um Conselho Superior que é o CONSITEC. Que é um conselho estadual em que se tem um representante do setor privado, representantes dos sindicatos dos trabalhadores, representantes de órgãos do governo... Talvez hoje essa representação não seja tão ampla, eu já participei de conselhos que tem a participação mais ampla do que o CONSITEC. E temos na FAPES o conselho científico e administrativo. Que tem a parte desse conselho, que tem representantes de indústrias – do setor das empresas –, da academia, dos sindicatos, de instituições federais e particulares, e dos membros da Fundação e da secretaria [a SECTTI] (informação verbal<sup>128</sup>).

Outra forma de participação, segundo a gerente Sodré, é pelos editais de inovação social, por se tratar de projetos que contam diretamente com o envolvimento da comunidade ou região a serem implementadas as pesquisas. Ou seja, há um *feedback* quantos as ações e uma interação maior daqueles cidadãos.

Nós lançamos um Edital de Inovação Social em que o pesquisador tem um projeto, ele vai executar esse projeto em uma determinada área [região]. Mas o que a gente quer é que a comunidade participe, ela vai dizer se o que ele está fazendo ali é legal, se está funcionando. É o que chamamos de “inovação aberta”. Isso aqui é o que eu acho fundamental para FAPES, que as pessoas conheçam a FAPES e saibam que o governo está financiando um projeto e digam: “eu estou participando, dizendo se serve isso para mim”. Entendeu?! E isso faz crescer o estado, faz crescer a FAPES. E eu acho que uma das nossas funções é essa. Deixar as pessoas participarem. Às vezes a pessoa tem uma ideia brilhante, mas na hora da prática isso não dá certo, então quando você coloca quem está na ponta, que vai receber esse resultado, envolvida no que você está fazendo, envolvida no processo que você está fazendo, você ganha e a pessoa cresce. Todo mundo ganha (informação verbal<sup>129</sup>).

Para a gerente Azevedo, que possui 30 anos de carreira no setor público, a administração pública evoluiu muito ao longo desses anos.

Antigamente a administração pública contava com a noção de que ela pensava para o público, mas pensava na forma que ela achava que deveria ser atendida. Com o tempo, a administração pública, hoje, acredita que uma administração pública eficiente precisa trabalhar dando *feedback* as demandas da sociedade. Como dá esse *feedback*? Fazendo com que a sociedade participe dos seus conselhos, que de certa forma, os conselhos são deliberativos e mesmo que não sejam deliberativos, são eles que formulam as políticas, então é a sociedade estar formulando as políticas junto com o governo para que ele atenda cada dia melhor. Mais e melhor, de forma eficiente. Então é importantíssimo. Se não, não faz sentido o serviço público

<sup>128</sup> Id.36.p.124. (AZEVEDO, Rosa Maria Trevas.).

<sup>129</sup> Id.33.p.123. (SODRÉ, Virgínia Mota.).

existir. Não adianta a gente estar aqui de dentro pensando políticas para atender lá fora, se a gente não sabe na verdade qual é a necessidade do nosso público. E essa inversão de valores hoje ela já é uma realidade, graças a Deus (informação verbal<sup>130</sup>).

No entanto, todos os beneficiaram afirmaram desconhecer qualquer tipo de processo de participação dos cidadãos nos assuntos da agência, bem como alguma reunião ou evento desenvolvido para discutir assuntos relativos à FAPES ou relacionados às Políticas de CT&I da Fundação. A esse respeito, a gerente Azevedo explica:

Porque eu acho que a gente não tem um conselho mais aberto com a participação, por exemplo, de discentes? Porque na verdade a gente não faz seleção de discentes para dar as bolsas a discentes. Como que a gente faz? Quem que seleciona os discentes para receber as bolsas são as instituições. O que a gente exige em nossos editais é que em todos os programas tenham comissões de bolsas, e normalmente essas comissões de bolsas tem na instituição dos programas, tanto de pós-graduação quanto de iniciação científica, tem a presença de discentes. Então, talvez, a gente entende que isso atende<sup>131</sup>.

De certa forma a participação social nos assuntos da agência é restrita, pois os representantes da sociedade (sindicatos, empresas, instituições de ensino e pesquisa) e de órgãos do governo são eleitos por membros do próprio conselho superior para, então, participarem dos conselhos e câmaras de assessoramento da FAPES.

---

<sup>130</sup> Id.36.p.124. (AZEVEDO, Rosa Maria Trevas.).

<sup>131</sup> Id.36.p.125. (AZEVEDO, Rosa Maria Trevas.).



#### 4.6. Os portais de acesso à informação e comunicação da FAPES

Para avaliar os portais de acesso à informação e comunicação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES) foi escolhido como instrumento uma análise qualitativa e quantitativa, principalmente, utilizando como base o modelo para a investigação de portais de governos estaduais brasileiros que foi apresentado por Bezerra e Jorge (2011) na pesquisa “Democracia e boa governança via *websites* dos governos estaduais”<sup>132</sup>. A fim de verificar se a FAPES oferece ferramentas diferenciadas para níveis de tecnologias da informação e comunicação (TICs) analisamos, entre 2013 e 2014, os *sites* do Portal Oficial da Fundação<sup>133</sup> (ANEXO XI) e o Portal de Acesso à Informação da FAPES<sup>134</sup> (ANEXO XII), para os quais fizemos inicialmente as seguintes perguntas:

- 1) A FAPES permite à sociedade civil o acesso a informações suficientes e necessárias para que esta possa exercer algum tipo de controle horizontal ou vertical?
- 2) A Fundação oferece algum mecanismo que permite à sociedade civil interagir direta ou indiretamente e expressar suas preferências diante das ações e políticas públicas desenvolvidas e em desenvolvimento?
- 3) Considerando os tópicos 01 e 02, em que níveis a FAPES, aderindo à convergência digital e assim privilegiando a Internet como meio de informação e interatividade com a sociedade, está realizando a *accountability* política (prestação de contas) e a responsividade essenciais para a chamada boa governança?

[...] tomamos como premissa a centralidade do conceito de boa governança, o qual, de acordo com a literatura especializada, é um indicativo ótimo da democratização das relações entre representantes e representados e do esforço dos poderes executivos quanto ao empoderamento da sociedade civil. Considerando que isto ocorre, principalmente, pela disponibilização de informações adequadas e suficientes para habilitar os cidadãos a demandar políticas e prestar atenção no desempenho dos políticos, nesta pesquisa investigamos se, como e o quanto os executivos estaduais: (a) permitem o acesso a informações suficientes e necessárias para ser exercer controle

---

<sup>132</sup> Parte da pesquisa citada foi apresentada no capítulo “Boa governança via *web*: o Brasil caminha a passos lentos”, do livro “Políticas e gestão da comunicação no Brasil contemporâneo”, organizado por Danilo Rothberg e publicado pela Editora Cultura Acadêmica em 2011.

<sup>133</sup> Disponível em: <[www.fapes.es.gov.br](http://www.fapes.es.gov.br)>.

<sup>134</sup> Disponível em: <<http://www.acessoinformacao.es.gov.br/fapes>>.

horizontal ou vertical; (b) oferecem dispositivos que permitem a participação política; (c) estão realizando a accountability política e a responsividade essenciais para a chamada boa governança (BEZERRA, JORGE, 2011).

Conforme proposto por Bezerra e Jorge (2011), realizou-se diversas rodadas de coleta de dados nos portais buscando analisar quantitativamente e qualitativamente a presença de informações e de mecanismos de interação direta ou indireta, além de fatores de facilitação do acesso a informações e a ferramentas disponíveis. Os níveis de presença foram classificados e pontuados seguindo o modelo dos autores, a constar: nível expandido<sup>135</sup> = 2,0 pontos; nível resumido = 1,0 ponto; ausência de informação ou de ferramentas = 0,0 ponto. Para demonstrar a análise dos dados agregados indicaremos como 'pontuação máxima' para a FAPES aquela que a Fundação obteria caso todas as informações e ferramentas disponibilizadas no seu site estivessem no nível expandido. Assim, trabalhando com uma planilha dividida em 115 variáveis e oito dimensões:

1. Acessibilidade;
2. Informações sobre a FAPES;
3. Informações sobre os seus membros;
4. Informações sobre as políticas/programas de fomento;
5. Relação com o público: interação;
6. Interação com o público e processo decisório;
7. Transparência administrativa;
8. *Links* para outros órgãos de interesse.

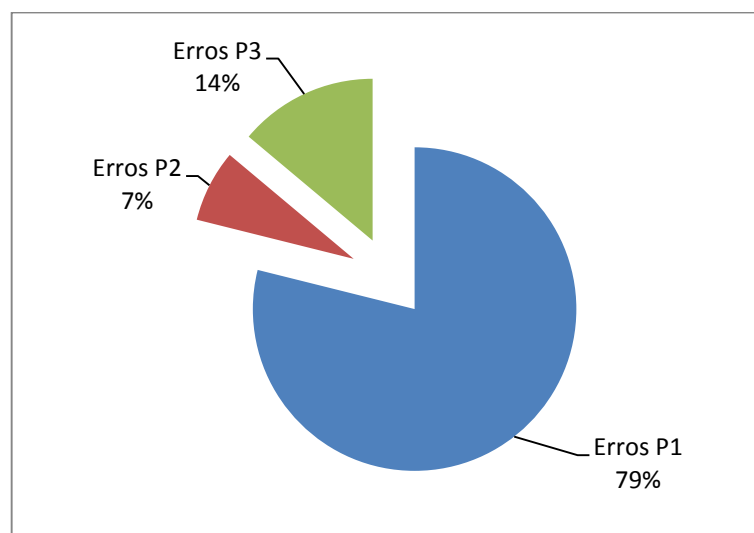
---

<sup>135</sup> Bezerra e Jorge (2011) explicam que o nível expandido foi caracterizado, em contraposição ao nível resumido, com todo conteúdo ou ferramenta com maior nível de detalhamento ou que mais auxilia o internauta na busca de níveis de informação/ ferramenta.

Utilizou-se o Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios (ASES)<sup>136</sup>, *software* do Governo Federal, que automaticamente avalia o nível de acessibilidade das páginas pesquisadas, dentro de um conjunto de regras, produzindo automaticamente relatórios detalhados segundo os três níveis de prioridades<sup>137</sup>:

- **Prioridade 1** - Pontos que os criadores de conteúdo Web devem satisfazer inteiramente. Se não o fizerem, um ou mais grupos de usuários ficarão impossibilitados de acessar as informações contidas no documento.
- **Prioridade 2** - Pontos que os criadores de conteúdos na Web deveriam satisfazer. Se não o fizerem, um ou mais grupos de usuários terão dificuldades em acessar as informações contidas no documento.
- **Prioridade 3** - Pontos que os criadores de conteúdos na Web podem satisfazer. Se não o fizerem, um ou mais grupos poderão se deparar com algumas dificuldades em acessar informações contidas nos documentos.

1. **Acessibilidade:** segundo a avaliação do ASES, o Portal da FAPES possui, entre erros e avisos, 79% são de prioridade 1 (P1), ainda, 14% são de prioridade 3 (P3) e 7% são de prioridade 2 (P2) (Gráfico 1).

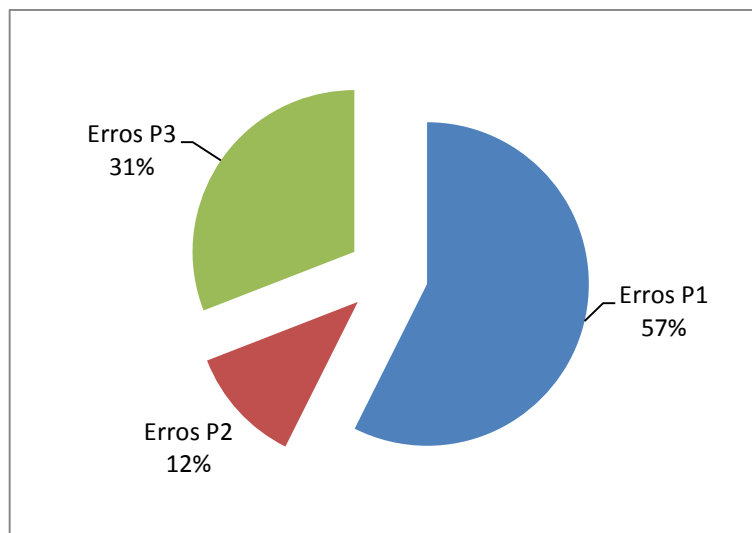


**Gráfico 1** - Resumo do relatório referente Portal da FAPES.

<sup>136</sup> De acordo com o Portal de Governo Eletrônico do Brasil [s.d.], o Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios (ASES) tem por objetivo fornecer instrumentos que viabilizem a adoção da acessibilidade pelos órgãos do governo, é uma ferramenta que permite avaliar, simular e corrigir a acessibilidade de páginas, sítios e portais, sendo de grande valia para os desenvolvedores e publicadores de conteúdo.

<sup>137</sup> ASES - Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios. **Portal de Governo Eletrônico do Brasil**, Brasília. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-MAG/ases-avaliador-e-simulador-de-acessibilidade-sitios>> Acesso em: 10 mai. 2014.

Já o Portal de Acesso à Informação da FAPES obteve, entre erros e avisos, 57% são de prioridade 1 (P1), ainda, 31% são de prioridade 3 (P3) e 12% são de prioridade 2 (P2) (Gráfico 2).

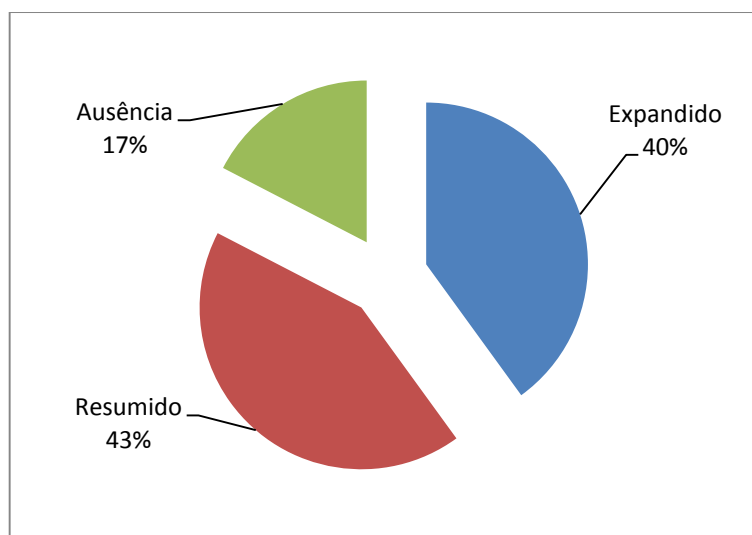


**Gráfico 2** - Resumo do relatório referente ao Portal de Acesso à Informação da FAPES.

A fim de avaliar se a FAPES permite à sociedade civil o acesso a informações suficientes e necessárias para que esta possa exercer algum tipo de controle horizontal ou vertical, analisou-se o nível de presença de informação nos dois portais citados (Gráfico 3). O baixo nível de aproveitamento da internet pela agência fica evidente quando analisa-se as variáveis sobre conteúdo informacional. O Gráfico 1 mostra que 40% da informação contida nos portais estão em nível expandido, 43% resumido e há ausência de 17% de informações básicas ou fundamentais. No geral, observou-se que a FAPES apresenta um nível de 55% da sua capacidade total. A Tabela 4 mostra a pontuação máxima para os portais e a obtida efetivamente pela agência.

Notas	Máxima	Obtida	%
Portais da FAPES	230	128	55

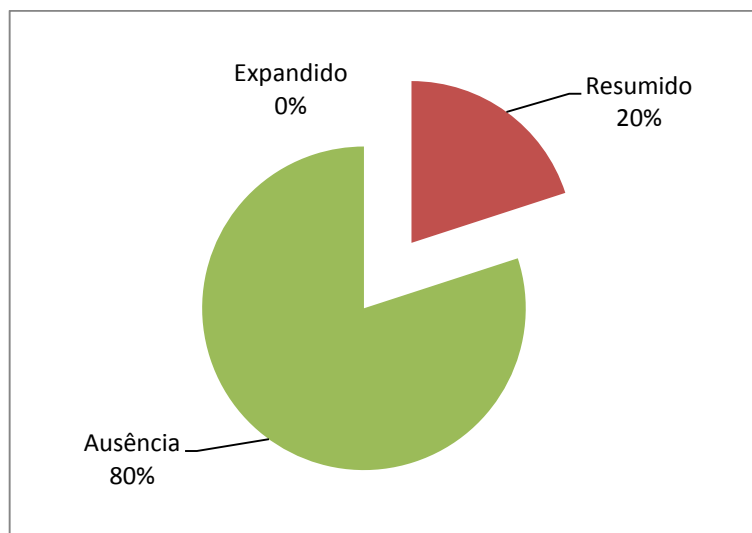
**Tabela 4** - Valores de notas 'máxima' e 'obtida' pelos Portais da FAPES.



**Gráfico 3** - Nível de presença de informação.

- 1. Informações sobre a FAPES:** observou-se que as informações sobre Missão, Valores e Competência da Fundação, além de um histórico, estão resumidas. Há informações expansivas sobre Resoluções, Leis e Decretos que regem o funcionamento da agência.
- 2. Informações sobre os seus membros:** no Menu Principal é possível acessar a relação dos membros da Diretoria Executiva com os respectivos nomes e cargos, mas não há informações mais detalhadas ou um perfil de cada membro. Observou-se que não há relação dos nomes de gerentes e subgerentes na página reservada as Gerências; mas é possível ter uma lista completa de profissionais e cargos no item Contatos, que redireciona para uma página com lista telefônica da agência. Desse modo, observa-se que as informações sobre os membros da FAPES é bastante resumida.
- 3. Informações sobre as políticas e programas de fomento:** em sua maioria, encontrou-se um grande número de informações expansivas sobre publicações de lançamento, encerramento e resultados de editais. No Menu Principal é possível acessar informações sobre Bolsas e Auxílios em nível expansivo, enquanto há ausência de informações sobre Projetos. A FAPES disponibiliza apenas os relatórios anuais de atividades referentes os anos de 2005, 2006 e 2007; não há informação sobre outro período.

Nos portais da FAPES, buscou-se também analisar se a agência oferece mecanismos ou ferramentas que permitem à sociedade civil interagir direta ou indiretamente e expressar suas preferências diante das ações e políticas públicas desenvolvidas e em desenvolvimento. O Gráfico 2 mostra a ausência de 80% dos dispositivos que permitiriam ao cidadão ou beneficiário participar ativamente em assuntos da agência de fomento. Os resultados mostram que, apesar da riqueza de possibilidades que podem ser explorados na internet, a agência mantém baixos padrões informacionais e de interatividade.



**Gráfico 4** - Nível de presença de ferramentas.

- 4. Relação com o público: interação:** os dois portais analisados não oferecem dispositivos voltados ao estreitamento de relacionamento com o público ou o que se pode chamar de interatividade.
- 5. Interação com o público e processo decisório:** estavam ausentes dos portais dispositivos que possibilitariam aos cidadãos participar de consultas públicas; fazer sugestões de políticas ou influenciar durante debate de políticas públicas; manifestar-se, por meio de enquetes, acerca de temas propostos pela agência; participar de fóruns ou *chats* de debates sobre temáticas específicas com membros da agência ou pessoa convidada. O único dispositivo encontrado dedicava-se ao preenchimento de formulário para contatos, sugestões, reclamações e etc (que deveriam ser descritas no assunto, pois não há opção diferenciada); entretanto, não há informação se este canal é próprio da Ouvidoria ou Central de Atendimento.

6. **Transparência administrativa:** nos portais analisados este item é caracterizado por um *link* que redireciona para a página do Portal da Transparência do Governo (ANEXO XIV) e, assim, é possível ter acesso a todos os dados referentes a administração da FAPES: despesas, receitas, pessoal, compras, convênios e contratos, orçamentos, etc.
7. **Links para outros órgãos de interesse:** de fato existe uma relação detalhada de “Links úteis” no Portal da FAPES, em que a informação é dividida entre Federais, Estaduais, Municipais, Internacionais, Comunicação e Difusão; além de uma lista com *links* para as páginas de diversas FAPs (Fundações de Amparo à Pesquisa) no Brasil.

Para finalizar este tópico, foi elaborado um pequeno questionário com intuito de conhecer a opinião dos beneficiários sobre o nível da informação presente no Portal da FAPES. A pesquisa quantitativa foi realizada através do *link* Google Pesquisa<sup>138</sup>. O roteiro de perguntas do tipo fechadas foi enviado por email, para diversos beneficiários de políticas e programas da agência. Trinta pessoas responderam às questões elencadas. O período para coleta dos dados ocorreu entre os dias 05 de maio e 27 de junho de 2014.

Questionados se o Portal da FAPES apresenta informações de qualidade, a maioria dos beneficiários respondeu que sim (60%) e 40% talvez (Gráfico 5).

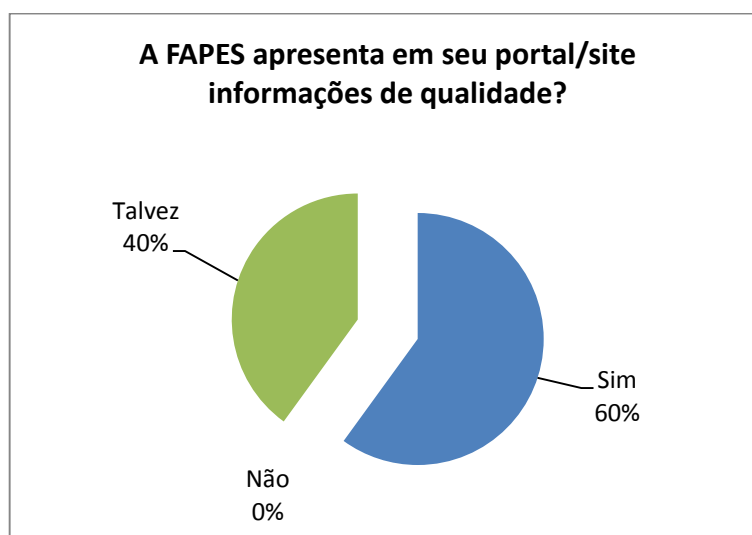
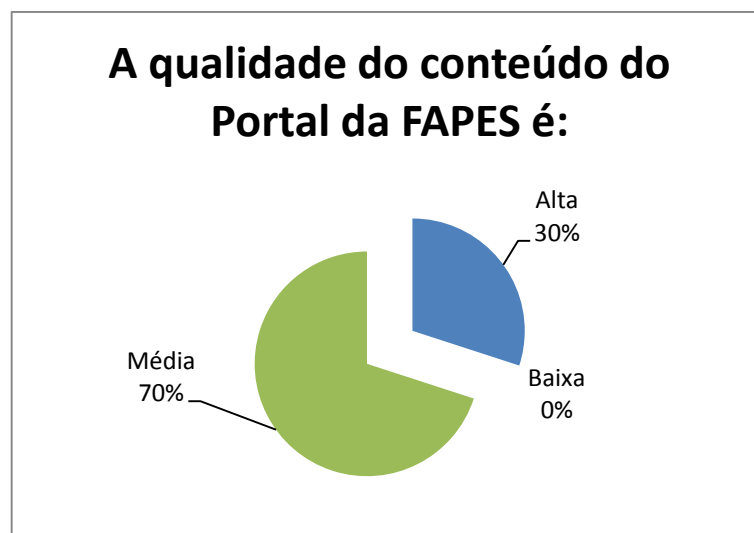


Gráfico 5 - Qualidade na informação.

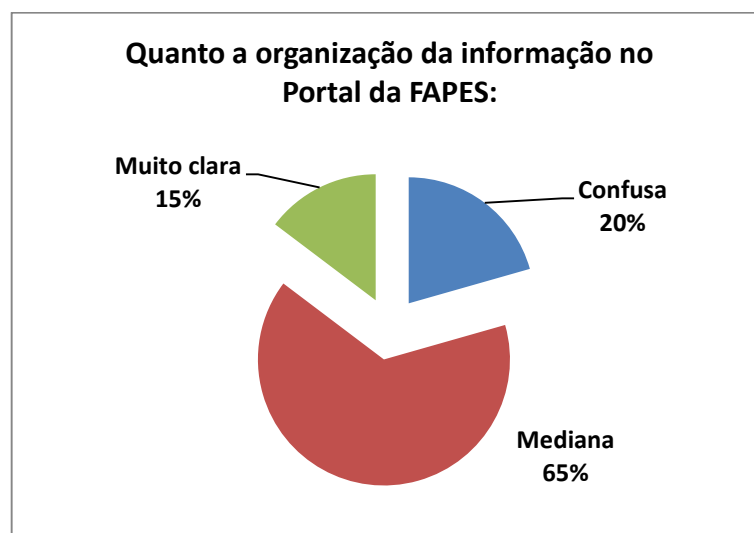
<sup>138</sup> ALVES, Thaíssa Dilly. **Pesquisa de opinião com beneficiários da FAPES**, 2014. Disponível em: <[https://docs.google.com/forms/d/1HSvyErkS8xVR6lJs0gyirO0DFs3wthHZmqSmrvFZ5mE/viewform?usp=send\\_form](https://docs.google.com/forms/d/1HSvyErkS8xVR6lJs0gyirO0DFs3wthHZmqSmrvFZ5mE/viewform?usp=send_form)> Acesso em: 25 jun. 2014.

Ainda sobre a qualidade do conteúdo encontrado no Portal da FAPES, 70% dos beneficiários acreditam que a informação tenha um nível médio, enquanto que 30% dizem ser alto (Gráfico 6).



**Gráfico 6** - Qualidade do conteúdo.

Questionados sobre a organização da informação no Portal da FAPES, 65% acreditam ser mediana, 20% confusa e 15% afirmam ser muito clara (Gráfico 7).

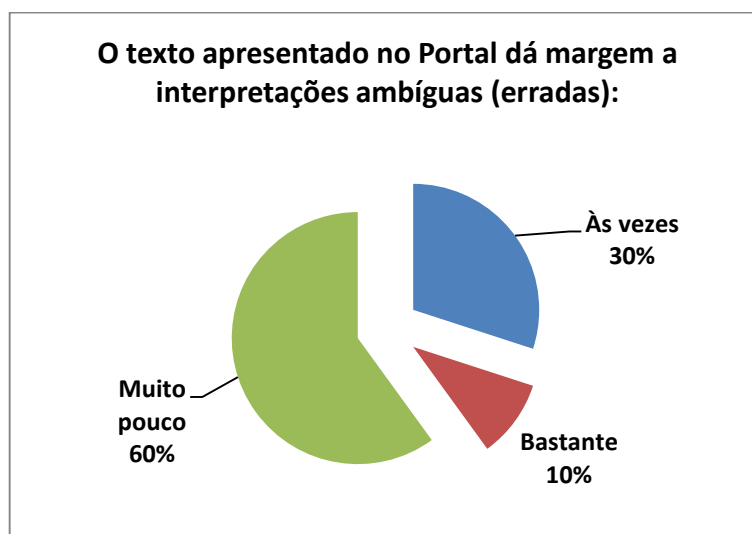


**Gráfico 7** - Organização da informação.

Questionados se o texto apresentado no Portal da FAPES dá margem a interpretações ambíguas, 60% dos beneficiários acreditam que isso ocorre muito

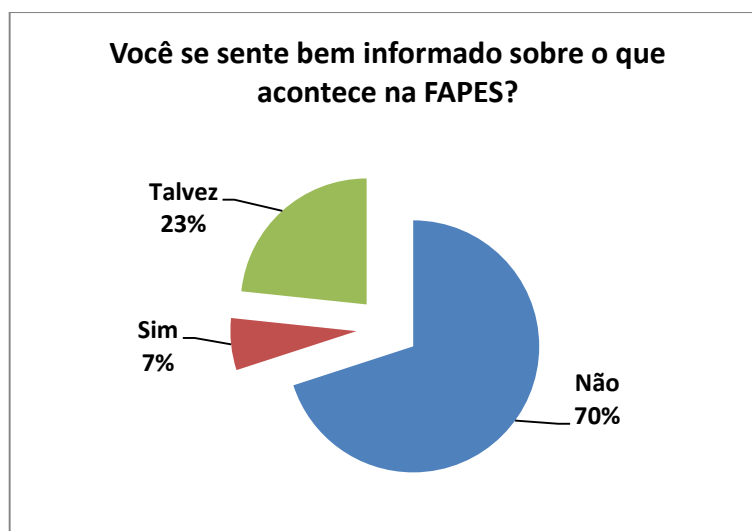


pouco, enquanto 30% afirmam ser às vezes e, apenas, 10% para bastante (Gráfico 8).



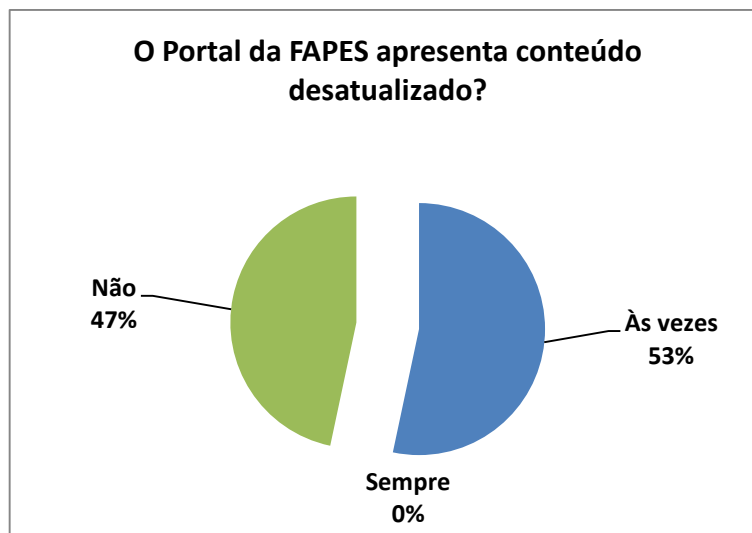
**Gráfico 8 -** Interpretação do texto.

Questionados se sentiam que eram bem informados sobre o que acontece na FAPES, 70% dos beneficiários afirmam que não, enquanto 23% responderam que talvez e, apenas, 7% que sim (Gráfico 9).



**Gráfico 9 –** Pesquisa de Opinião.

Questionados se o Portal da FAPES apresenta informações desatualizadas, 53% dos beneficiários responderam que isso ocorre às vezes, enquanto que 47% acreditam que não (Gráfico 10).



**Gráfico 10** - Atualização de conteúdo.

Isto é, mais da metade dos entrevistados (53%) acredita que, geralmente, o portal da FAPES encontra-se com informações desatualizadas, evidenciando que são publicadas matérias ou informativos com pouca periodicidade. Desse modo, se observados os 70% que mencionaram não se sentirem bem informados quanto aos assuntos da Fundação, conclui-se que o *site* da agência de fomento não alcança plenamente o objetivo de difundir as informações da FAPES, principalmente perante os beneficiários das políticas e programas de fomento à pesquisa e inovação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo advento da chamada Era da Informação, observamos novos desafios e oportunidades para a administração pública, principalmente no que se refere ao desenvolvimento científico e tecnológico do país – áreas de extrema importância para o crescimento tanto da economia estadual quanto nacional. Por sua vez, as novas tecnologias de informação e comunicação propiciam também a criação de diversas ferramentas para democratização das atividades políticas, além de facilitar a divulgação de informações públicas, por conseguinte o controle social, e criar expectativas quanto à expansão da participação política dos cidadãos.

Com esta pesquisa, buscamos contribuir com o debate teórico sobre questões contemporâneas acerca de políticas públicas estaduais, com enfoque nos processos comunicacionais de políticas para fomento da pesquisa e inovação, por meio de estudo de caso na Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES). Assim, avaliar se tais ações estão em consonância com os objetivos gerais e diretrizes da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Desse modo, entendemos que foram atingidos os objetivos propostos. Primeiramente, selecionamos e revisamos referencial bibliográfico expressivo para desenvolver as discussões de forma crítica. O trabalho foi estruturado em três capítulos teóricos, na qual fundamentam as análises e apontam a magnificência da temática abordada, do mesmo modo que sugerem boas perspectivas para investigações futuras. Além disso, por meio do estudo de caso, conseguimos traçar um panorama das políticas de fomento à pesquisa e inovação desenvolvidas e implementadas pela FAPES no Estado do Espírito Santo, bem como as estratégias comunicacionais da agência de fomento para com as populações beneficiadas pelas suas ações e atividades. Por fim, buscamos evidenciar que a gestão plena da comunicação pública pode contribuir tanto para o fortalecimento das políticas públicas estaduais quanto para a viabilização do direito social individual e coletivo à informação, à expressão, ao diálogo e à participação.

Do cruzamento das perspectivas teóricas, com os dados coletados, em maior ou menor grau, percebemos que, se bem implementadas e fortalecidas, as políticas de fomento à pesquisa e inovação da FAPES podem contribuir para a construção de uma Sociedade da Informação; conforme Castells (1999) ressalta,

principalmente pela intervenção estatal, a sociedade pode entrar em um processo acelerado de modernização tecnológica. Neste contexto, observamos que as duas prioridades da agência de fomento são: 1) a formação de recursos humanos e 2) o fortalecimento de ações de empreendedorismo; portanto, estão agindo em prol do desenvolvimento científico, econômico e social do Espírito Santo, bem como estão indo ao encontro da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Durante as entrevistas, os gestores afirmaram que a FAPES desenvolve políticas e programas em acordo com as estratégias do governo estadual e direcionadas a resolver os problemas da sociedade capixaba, bem como discute com a comunidade científica e empresarial sobre prioridades de atendimento para o desenvolvimento do estado. Nesse sentido, concordam com o conceito apresentando por autores conceituados, afirmando que a política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público e possui, como outro elemento fundamental, a intencionalidade pública (SOUZA, 2006; SECCHI, 2013).

É interessante ressaltarmos que todos os entrevistados concordam que o servidor público deve ser comprometido e responsável perante a sociedade, destacando um dos conceitos atribuídos a *accountability*, que é a responsabilização pessoal pelos atos praticados e, com isso, explicitamente exige prontidão para prestação de contas (PINHO, SACRAMENTO, 2009). Pelos resultados da pesquisa de campo, percebemos que há um consenso entre os entrevistados sobre a legitimidade do acesso à informação pública, incluindo informações sobre qualquer área, gerência ou unidade da FAPES e/ou os serviços que ela presta. Embora, os gestores reafirmem a importância do acesso à informação, são observadas também às ressalvas quanto à propriedade intelectual e direito de patente.

Existe um consenso entre os beneficiários de que a FAPES não divulga ou pouco difunde suas ações de fomento a pesquisa e inovação no estado, bem como o conhecimento científico na sociedade em geral. Logo, se a sociedade capixaba desconhece as atividades da agência de fomento ela não participa ou interage com a mesma, e gera uma distância na sua relação com a Fundação. Diante disso, os gestores explicam que a aproximação da FAPES com a sociedade acontece por meio do fomento de projetos e benefício de bolsas, de modo que a agência busca uma aproximação maior com a população beneficiada por suas políticas e programas. Sobre a representação dos conselhos da FAPES, percebemos que, de certa forma a participação social nos assuntos da agência é restrita, pois os representantes da

sociedade (sindicatos, empresas, instituições de ensino e pesquisa) e de órgãos do governo são eleitos por membros do próprio conselho superior para, então, participarem dos conselhos e câmaras de assessoramento da FAPES.

Na análise dos portais da agência de fomento, observamos que a FAPES possui um baixo aproveitamento das diversas possibilidades que a internet traz. As variáveis sobre ferramentas e conteúdo informacional mostraram que a Fundação apresenta um nível de 55% da sua capacidade total. Avaliamos se a FAPES permite à sociedade civil o acesso a informações suficientes e necessárias para que esta possa exercer algum tipo de controle horizontal ou vertical e percebemos que apenas 40% das informações contidas nos portais estão em nível expandido; além disso, há ausência de 80% dos mecanismos que permitem à sociedade civil interagir direta ou indiretamente e expressar suas preferências diante das ações e políticas públicas desenvolvidas e em desenvolvimento.

Conforme a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) exige, a FAPES disponibiliza informações e *link* para acesso aos registros de competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das unidades e horários de atendimento ao público; registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; registros das despesas; informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados; além disso, dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras. No entanto, pela avaliação de acessibilidade, observamos que, do conteúdo encontrado nos portais da agência de fomento, entre erros e avisos, 79% são de Prioridade 1; ou seja, pontos que os criadores de conteúdo Web devem satisfazer inteiramente e, se não o fizerem, um ou mais grupos de usuários ficarão impossibilitados de acessar as informações contidas no documento.

Desta forma, concluímos que, embora a FAPES desenvolva políticas e programas para fomento da ciência e inovação, a agência de fomento possui pouco investimento na difusão do conhecimento científico e tecnológico para a sociedade como um todo, priorizando os chamados “futuros beneficiários” e, tampouco, investe na área de comunicação pública como componente importante de planejamento e gestão, ou seja, tratar comunicação como um processo mais amplo do que apenas a transmissão de informações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. Finanças Públicas, Democracia e accountability. In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro (orgs.). **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2004.

ACCOUNTABILITY. In: CALD, Cambridge Advanced Learner's Dictionary. 3. ed. New York: Cambridge University Press, 2014. Disponível em <<http://dictionary.cambridge.org/dictionary/british/accountable?q=accountability>> Acesso em 10 mai. 2014.

ACCOUNTABILITY. In: STEVENSON, Angus. (Ed.). **Oxford Dictionary of English**. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2010. Disponível em: <<http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/accountability?q=accountability>> Acesso em: 10 mai. 2014.

ACESSO à informação no Brasil. **Portal da Controladoria-Geral da União**, Brasília. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/acessoinformacao/acesso-informacao-brasil/index.asp>> Acesso em: 12 mai. 2013.

ALBAGLI, Sarita. Novos Espaços de Regulação na Era da Informação e do Conhecimento. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita. (Orgs). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1999.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 2012. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2013. V.72. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_2012.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2012.pdf)> Acesso em: 13 set. 2013.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. [et al.] **História das Sociedades**: das sociedades modernas às sociedades atuais. 32. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro, RJ: Ao Livro Técnico, 1995.

ARAÚJO, Lúcia Aparecida de Queiroz. **Diagnóstico com gestores**. [mai. 2014]. Entrevista concedida a Thaíssa Dilly Alves, Vitória/ES: 2014.

ASES - Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios. **Portal de Governo Eletrônico do Brasil**, Brasília. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-MAG/ases-avaliador-e-simulador-de-acessibilidade-sitios>> Acesso em: 10 mai. 2014.

AZEVEDO, Rosa Maria Trevas. **Diagnóstico com gestores**. [mai. 2014]. Entrevista concedida a Thaíssa Dilly Alves, Vitória/ES: 2014.

BALAGUER, Denis Lima. A análise de informações em Ciência e Tecnologia. In: DINIZ, Augusto. (Org). **Comunicação da Ciência**: análise e gestão. Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004.

BARREIRO, José Henrique de L. C. Dieguez. Ciência e Tecnologia. In: Brasil em números. IBGE. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Documentação e Disseminação de Informações. 2013. V.3. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn\\_2013\\_v21.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn_2013_v21.pdf)> Acesso em: 25 ago. 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BEZERRA, Heloisa Dias; JORGE, Vladimir Lombardo. (Orgs.). Boa governança via web: o Brasil caminha a passos lentos. In: ROTHBERG, Danilo. (Org.). **Políticas e gestão da comunicação no Brasil contemporâneo**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2011.

BEZERRA, Heloisa Dias; JORGE, Vladimir Lombardo. (Orgs.). Boa governança via web: o Brasil caminha a passos lentos. In: ROTHBERG, Danilo. (Org.). **Políticas e gestão da comunicação no Brasil contemporâneo**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2011.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização: do engenho às grandes indústrias, 1535-1980**. Rio de Janeiro, RJ: *Livraria Editora Cátedra*, 1987.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro, RJ: *Paz e Terra*, 2012.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (Orgs.). **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999. 2 v.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é comunicação**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2002.

BOTELHO, Carlos. **Vista panorâmica da Baía de Vitória, onde se vê o Porto de Paul, o Porto de Vitória e o Centro de Vitória**. Acervo do Instituto Jones dos Santos Neves. Vitória/ES. 1 fotografia. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/vufind/Biblioteca/download.php?filename=/ConteudoDigital/20120717\\_FOTO\\_FDIG\\_02221.jpg](http://www.ijsn.es.gov.br/vufind/Biblioteca/download.php?filename=/ConteudoDigital/20120717_FOTO_FDIG_02221.jpg)> Acesso em 20 jun. 2014.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge. (Org). **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. 3 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do. **Plano de Ação 2007-2010: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional**, Disponível em: <[http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0214/214525.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0214/214525.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 35/2001 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BRASIL. Lei Complementar do Estado do Espírito Santo nº 642, de 15 de outubro de 2012.

BRASIL. Lei no 12.527, 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm)>. Acesso em: 12 mai. 2014.

BRIGGS, Mark. **Jornalismo 2.0.: como sobreviver e prosperar**. Um guia de cultura digital na era da informação. Austin, TX: Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, Universidade do Texas, 2002. Disponível em: <[https://knightcenter.utexas.edu/Jornalismo\\_20.pdf](https://knightcenter.utexas.edu/Jornalismo_20.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2013.

CALDAS, Graça. Comunicação Pública e ciência cidadã. In OLIVEIRA, M. J. da Costa. **Comunicação Pública**. Campinas: Alínea, 2004.

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: Quando poderemos traduzí-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n 2, 1990.

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: Quando poderemos traduzí-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n 2, 1990. Disponível em: <<http://accountabilityadmpublica.wikispaces.com/file/view/Accountability-+Quando+poderemos+traduzi-la+par+o+portugu%C3%AAs+-+Anna+Maria+Campos.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2014.

CASSIOLATO, José Eduardo. A Economia do Conhecimento e as Novas Políticas Industriais e Tecnológicas. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita. (Orgs). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1999.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, V.19, n.1, Mar. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392005000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 jan. 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: volume 1. 2. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; V.1).

CENSO 2010, Acervo do Instituto Jones dos Santos Neves. Vitória/ES: 2011. 1 mapa. Disponível em [http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/images/stories/APENDICE\\_E\\_Mapa\\_1.png](http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/images/stories/APENDICE_E_Mapa_1.png)> Acesso em 20 jun. 2014.

CENSO 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. [s.d.] Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>> Acesso em: 14 ago. 2013.

CIÊNCIA, Tecnologia e Inovação. **Portal do Governo do Estado de Espírito Santo**, Vitória. [s.d.] Disponível em: <[http://www.es.gov.br/InvistaES/Paginas/inova\\_tecnologia.aspx](http://www.es.gov.br/InvistaES/Paginas/inova_tecnologia.aspx)> Acesso em: 14 ago. 2013.

COHEN, Jean L. **Sociedade civil e globalização**: repensando categorias. *Dados*, Rio de Janeiro, RJ, v.46, n.3, p.419-459, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n3/a01v46n3.pdf>> Acesso em 12 jan. 2014.

CONSTRUÇÃO dos primeiros armazéns do Porto de Vitória. Foto adquirida de Rui de Oliveira. Acervo do Instituto Jones dos Santos Neves. Vitória/ES. 1 fotografia. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/vufind/Biblioteca/download.php?filename=/ConteudoDigital/20120717\\_FOTO\\_FDIG\\_02032.jpg](http://www.ijsn.es.gov.br/vufind/Biblioteca/download.php?filename=/ConteudoDigital/20120717_FOTO_FDIG_02032.jpg)> Acesso em 20 jun. 2014.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **A CGU**. [200-]a. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/CGU/>>. Acesso em: 10 mai.2014.

\_\_\_\_\_. Conselho da Transparência. **Composição**. [200-]b. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/ConselhoTransparencia/Composicao.asp>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Conselho da Transparência. **Documentos de Reuniões**. [200-]c. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/ConselhoTransparencia/Composicao.asp>>. Acesso em: 10 mai. 2014.



\_\_\_\_\_. Conselho da Transparência. Documentos de Reuniões. Extratos de Atas. **Extrato da Ata da 7ª Reunião do Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção**. 26 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/ConselhoTransparencia/Documentos/Atas/ExtratodaAta7.asp>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Conselho da Transparência. Documentos de Reuniões. Extratos de Atas. **Extrato da Ata da 10ª Reunião do Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção**. 25 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/ConselhoTransparencia/Documentos/Atas/ExtratodaAta10.asp>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas**: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã. Abr. 2010. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/acessoainformacao/destaques/projeto-cgu-unesco/Projeto-de-Cooperacao-Tecnica-entre-o-Governo-Brasileiro-e-a-UNESCO.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

CORTES, Soraya Vargas. Sociologia e políticas públicas. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos A. Pimenta de. (orgs). **A Política Pública Como Campo Multidisciplinar** São Paulo, SP: UNESP, 2013.

DENSIDADE Demográfica em cada Macrorregião (Todas) por Ano (2010). Acervo do Instituto Jones dos Santos Neves. Vitória/ES. 1 mapa. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/Busca/index.php?id=36725&module=Record>> Acesso em 20 jun. 2014.

DIREITO Universal. **Portal da Controladoria-Geral da União**, Brasília. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/acessoainformacao/direito-universal/>> Acesso em: 12 mai. 2014

DUARTE, Jorge. (Org). **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 3 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge. (Org). **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 3 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Comunicação e cidadania. In: DUARTE, Jorge. (Org). **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 3 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

EIRÃO, Thiago Gomes; SILVA, Terezinha Elisabeth da; CAVALCANTE, Raphael da Silva. **Lei de acesso à informação (LAI): investigação da transparência nos três Poderes**. E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, n.13, p. 43-56, jan./abr. 2014. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/17580/lei\\_aceso\\_eirao\\_silva\\_cavalcante.pdf?sequence=>](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/17580/lei_aceso_eirao_silva_cavalcante.pdf?sequence=>)> Acesso em 28 mai. 2014.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A multidisciplinaridade no Estudo das Políticas Públicas. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos A. Pimenta de. (orgs). **A Política Pública Como Campo Multidisciplinar** São Paulo, SP: UNESP, 2013.

FREEMAN, Christopher; SOETE, Luc. **A economia da inovação industrial**. Campinas, SP: UNICAMP, 2008.

FUNDAÇÕES de Apoio: apresentação. **Portal do Ministério da Educação**, Brasília. [s.d.] Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1022&>> Acesso em 05 jan. 2014.

GARCIA, Anilton Salles. **Diagnóstico com gestores**. [mai. 2014]. Entrevista concedida a Thaíssa Dilly Alves, Vitória/ES: 2014.

GARCIA, Renato de Castro; SALERNO, Mário Sérgio. Indústria. In: Brasil em números. IBGE. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Documentação e Disseminação de Informações. 2013. V.3. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn\\_2013\\_v21.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn_2013_v21.pdf)> Acesso em: 25 ago. 2013.

GERÊNCIAS. **Portal da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo**, Vitória. [s.d.] Disponível em: < <http://www.fapes.es.gov.br/default.asp>> Acesso em 05 jan. 2014.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: *Penso*, 2012.

GOMES, Pedro Gilberto. **Comunicação social**: filosofia, ética, política. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 1997.

GRUPO de tropeiros em Santa Teresa, por volta de 1910. Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória/ES. 1 fotografia. Disponível em: <[www.ape.es.gov.br/pdf/Colonias\\_Imperiais\\_na\\_Terra\\_Cafe.pdf](http://www.ape.es.gov.br/pdf/Colonias_Imperiais_na_Terra_Cafe.pdf)> Acesso em 20 jun. 2014.

HISTÓRICO. **Portal da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES)**, Vitória. [s.d.] Disponível em: < <http://www.fapes.es.gov.br/default.asp>> Acesso em 05 jan. 2014.

LA MARTINIÈRE, E. **Carta corográfica da província do Espírito Santo, Fevereiro de 1861**. Acervo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e Fundação Biblioteca Nacional. 1 carta corográfica. Disponível em: <[http://www.ape.es.gov.br/pdf/Provincia\\_do\\_espirito\\_santo.pdf](http://www.ape.es.gov.br/pdf/Provincia_do_espirito_santo.pdf)> Acesso em 20 jun. 2014.

LACERDA, Moara Ferreira. **Diagnóstico com beneficiários**. [jun. 2014]. Entrevista concedida a Thaíssa Dilly Alves, Vila Velha/ES: 2014.

LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita. (Orgs). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1999.

LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita. Chaves para o Terceiro Milênio na Era do Conhecimento. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita. (Orgs). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1999.

LASTRES, Helena M. M.; FERRAZ, João Carlos. Economia da Informação, do Conhecimento e do Aprendizado. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita. (Orgs). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1999.

LEMONS, Cristina. Inovação na Era do Conhecimento. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita. (Orgs). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1999.

LIMA, Venício A. de. Comunicação e Política. In: DUARTE, Jorge. (Org). **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 3 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

LIVRO verde para a sociedade da informação em Portugal. LISBOA, PT: Ministério da Ciência e Tecnologia/ Missão para a Sociedade da Informação. 1997. Disponível em: <<http://www.acessibilidade.gov.pt/docs/lverde.htm>> Acesso em: 24 ago. 2013.

LOGAN, Robert K. **Que é Informação?** A propagação da organização na biosfera, tecnosfera. São Paulo, SP: *Contraponto*, 2013.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em Comunicação:** formulação de um modelo metodológico. São Paulo, SP: *Edições Loyola*, 1990.

MALDONADO, José. Tecno-globalismo e Acesso ao Conhecimento. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita. (Orgs). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1999.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Até que ponto, de fato, nos comunicamos?**. São Paulo, SP: *Paulus*, 2004.

MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos A. Pimenta de. (orgs). **A Política Pública Como Campo Multidisciplinar** São Paulo, SP: *UNESP*, 2013.

MASSONI, Sandra H. Comunicação estratégica: somos seres que se em-red(am). In: KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. São Caetano do Sul, SP: *Difusão Editora*, 2011.

MATTELART, Armand. **A globalização da comunicação**. 2. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MATTEUCCI, Nicola. Opinião pública. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (Orgs.). **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999. 2 v.

MERCADANTE, Aloizio. Apresentação. In: SECRETARIA Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Org.). **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (2012-2015):** balanço das atividades estruturantes do MCTI, 2011. Brasília, DF: 2012. Disponível em: <[http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0218/218981.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0218/218981.pdf)> Acesso em 12 mai. 2014.

MONTEIRO, Graça França. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge. (Org). **Comunicação Pública:** Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 3 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

MORAIS, José Mario de. Uma Avaliação de Programas de Apoio Financeiro à Inovação Tecnológica com Base nos Fundos Setoriais e na Lei de Inovação. In: NEGRI, João Alberto De; KUBOTA, Luis Claudio (Orgs.). **Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2008.

MUNTEAL, Oswaldo. Uma breve história do Brasil. In: Brasil em números. IBGE. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Documentação e Disseminação de Informações. 2013. V.3. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn\\_2013\\_v21.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn_2013_v21.pdf)> Acesso em: 25 ago. 2013.

NASSAR, Paulo. **Tudo é comunicação**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: *Lazuli*, 2000.

NEGREIROS, Danilo. **Diagnóstico com beneficiários**. [jun. 2014]. Entrevista concedida a Thaíssa Dilly Alves, Vila Velha/ES: 2014.

NEGRI, João Alberto De; KUBOTA, Luis Claudio (Orgs.). **Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2008.

NOVELLI, Ana Lucia Romero. Comunicação e opinião pública. In: DUARTE, Jorge. (Org). **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. 3 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 44, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451998000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451998000200003&script=sci_arttext)>. Acesso em: 6 jun. 2012.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 44, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451998000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451998000200003&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 mai. 2014.

OJIMA, Ricardo. População. In: Brasil em números. IBGE. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Documentação e Disseminação de Informações. 2013. V.3. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn\\_2013\\_v21.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn_2013_v21.pdf)> Acesso em: 25 ago. 2013.

OLIVEIRA, Rui de. **Vista Ilha da Fumaça, antigo armazém de café da família Orlando Guimarães, localizada na Baía de Vitória, 1928**. Acervo do Instituto Jones dos Santos Neves. Vitória/ES. 1 fotografia. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/vufind/Biblioteca/download.php?filename=/ConteudoDigital/20120717\\_FOTO\\_FDIG\\_02022.jpg](http://www.ijsn.es.gov.br/vufind/Biblioteca/download.php?filename=/ConteudoDigital/20120717_FOTO_FDIG_02022.jpg)> Acesso em 20 jun. 2014.

ORGANIZAÇÃO para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). **Manual de Frascati**: proposta de práticas exemplares para inquéritos sobre investigação e desenvolvimento experimental. Coimbra, PT: Gráfica de Coimbra, LDA, 2002.

\_\_\_\_\_. **Manual de Oslo**: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3. ed. Coimbra, PT: Gráfica de Coimbra, LDA, 2005.

PANEBIANCO, Angelo. Comunicação Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (Orgs.). **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999. 2 v.

PINHO, José Antônio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability, já podemos traduzí-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n.6, p.1343-1368, 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=241016446006>>. Acesso em: 8 jun. 2012.

PINHO, José Antônio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability, já podemos traduzí-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n.6, p.1343-1368, 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=241016446006>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

PINTO, Alvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**: volume II. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2008.

PORTAL da Transparência. [s.d.] Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

PORTO de Vitória. Pátio para estocagem de produtos siderúrgicos. Reprodução de Shiro Irie do álbum sobre industrialização rural, do governo Francisco Lacerda de Aguiar (1964). Acervo do Instituto Jones dos Santos Neves. Vitória/ES. 1 fotografia. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/vufind/Biblioteca/download.php?filename=/ConteudoDigital/20120717\\_FOTO\\_FDIG\\_01090.jpg](http://www.ijsn.es.gov.br/vufind/Biblioteca/download.php?filename=/ConteudoDigital/20120717_FOTO_FDIG_01090.jpg)> Acesso em 20 jun. 2014.

REGIÃO Metropolitana da Grande Vitória, 2011. Acervo do Instituto Jones dos Santos Neves. Vitória/ES: 2011. 1 mapa. Disponível em <[http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com\\_attachments&task=download&id=3976](http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_attachments&task=download&id=3976)> Acesso em 20 jun. 2014.

RODRIGUES, Fernando. Direito de acesso a informação pública no Brasil. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE JORNALISMO INVESTIGATIVO DA ABRAJI, São Paulo, 18 maio 2007. Disponível em: <[www.abraji.org.br/midia/arquivos/file1180026207.ppt](http://www.abraji.org.br/midia/arquivos/file1180026207.ppt)>. Acesso em: 10 mai. 2014.

ROTHBERG, Danilo. (Org.). **Políticas e gestão da comunicação no Brasil contemporâneo**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2011.

ROTHBERG, Danilo; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. (Orgs.). Democracia digital, comunicação e decisão pública. In: ROTHBERG, Danilo. (Org.). **Políticas e gestão da comunicação no Brasil contemporâneo**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2011.

ROTHBERG, Danilo; LIBERATO, Fabíola. (Orgs.). Cidadania, comunicação pública e portais eletrônicos de governo. In: ROTHBERG, Danilo. (Org.). **Políticas e gestão da comunicação no Brasil contemporâneo**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2011.

ROTHBERG, Danilo; LIBERATO, Fabíola. (Orgs.). Cidadania, comunicação pública e portais eletrônicos de governo. In: ROTHBERG, Danilo. (Org.). **Políticas e gestão da comunicação no Brasil contemporâneo**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2011.

SALERNO, Mario Sergio; KUBOTA, Luis Claudio. Estado e Inovação. In: NEGRI, João Alberto De; KUBOTA, Luis Claudio (Orgs.). **Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2008.

SANTIAGO, Luiz. O capital social nas organizações e as interações comunicativas entre colaboradores e parceiros institucionais. In: MARQUES, Ângela; MATOS, Heloiza. **Comunicação e Política: capital social, reconhecimento e deliberação pública**. São Paulo, SP: Summus, 2011.

SANTOS, Jair. **Vila Velha: onde começou o Estado do Espírito Santo**, fragmentos de uma história. 2. ed. Vila Velha, ES: *Editora GM*, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 23. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2013.

SCHAYDER, José Pontes. **História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada – 1535-2002**. Campinas, SP: *Companhia da Escola*, 2002.

SCHEDLER, Andreas. Conceptualizing Accountability. In: SCHEDLER, Andreas; DIAMOND, Larry; PLATTNER, Mark F. (Eds.). **The Self-Restraining State: Power and Accountability in New Democracies**. Colorado: Lynne Rienne, . p. 13-28, 1999. Disponível em: <[http://works.bepress.com/andreas\\_schedler/22/](http://works.bepress.com/andreas_schedler/22/)> Acesso em: 15 mai. 2014.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

*SCIENCE, Technology and Industry Outlook 2010*, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Extraído de: Carta IEDI, nº 452 de 28.01.2011. Disponível em: <[http://www.iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_452\\_principais\\_tendencias\\_nas\\_politicas\\_cientificas\\_tecnologicas\\_inovacao.html](http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_452_principais_tendencias_nas_politicas_cientificas_tecnologicas_inovacao.html)> Acesso em 12 mai. 2014.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2013.

SECHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo, SP: *Cengage Learning*, 2013.

SECRETARIA Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Org.). **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (2012-2015)**: balanço das atividades estruturantes do MCTI, 2011. Brasília, DF: 2012. Disponível em: <[http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0218/218981.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0218/218981.pdf)> Acesso em 12 mai. 2014.

SILVA, Christian Luiz da. (Org). **Políticas Públicas e o Desenvolvimento Local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA, Christian Luiz da; BASSI, Nadia Solange Schimdt. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: SILVA, Christian Luiz da. (Org). **Políticas Públicas e o Desenvolvimento Local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA, Luiz Martins da. Publicidade do poder, poder da publicidade. In: DUARTE, Jorge. (Org). **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. 3 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

SILVA, Taissa Rodrigues Marques da. **Diagnóstico com beneficiários**. [jun. 2014]. Entrevista concedida a Thaíssa Dilly Alves, Alegre/ES: 2014.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Os grandes projetos industriais: desenvolvimento econômico e contradições urbanas. In: SIQUEIRA, Penha Smarzaró (org.). **Desenvolvimento brasileiro: alternativas e contradições**. Vitória, ES: Grafitusa, 2010.

SLUTER, Cláudia Robbi. Território. In: Brasil em números. IBGE. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Documentação e Disseminação de Informações. 2013. V.3. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn\\_2013\\_v21.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn_2013_v21.pdf)> Acesso em: 25 ago. 2013.

SODRÉ, Virgínia Mota. **Diagnóstico com gestores**. [mai. 2014]. Entrevista concedida a Thaíssa Dilly Alves, Vitória/ES: 2014.

SOUSA, Alfredo António de. **O desenvolvimento económico e social português: reflexão crítica. Análise social**. Lisboa, PT: ISCUL. ISSN0003-2573 Vol. 7, n.o 27/28 (1969), p. 393-419 Disponível em: <[http://opac.iefp.pt/ipac20/ipac.jsp?session=13922541483BC.228855&profile=crc&source=~!formei&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!22287~!11&ri=1&aspect=basic\\_search&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=Sousa,+Alfredo+Ant%C3%83%C2%B3nio+de&index=.AW&uindex=&aspect=basic\\_search&menu=search&ri=1](http://opac.iefp.pt/ipac20/ipac.jsp?session=13922541483BC.228855&profile=crc&source=~!formei&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!22287~!11&ri=1&aspect=basic_search&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=Sousa,+Alfredo+Ant%C3%83%C2%B3nio+de&index=.AW&uindex=&aspect=basic_search&menu=search&ri=1)> Acesso em 20 nov. 2013.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. *Sociologias* [online]. 2006, n.16, pp. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

TAKAHASHI, Tadao (org.). **Sociedade da Informação no Brasil**: livro verde, 2002. Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <[http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/full/18937/Sociedade\\_da\\_Informacao\\_\\_\\_Livro\\_Verde\\_em\\_Partes.html](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/full/18937/Sociedade_da_Informacao___Livro_Verde_em_Partes.html)> Acesso em: 24 ago. 2013.

TALLON, Miguel Depes. **História do Espírito Santo**: ensaio sobre sua formação histórica e econômica. Vitória, ES: *EIH*, 1999.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 11 ed. Salvador, BA: Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR), 2002.

VARGAS, Paulo. **Grande Vitória/ES**: desenvolvimento e metropolização, 2005. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/artecidade/mg\\_es/textos/grande\\_vitoria\\_metropolizacao.pdf](http://www.pucsp.br/artecidade/mg_es/textos/grande_vitoria_metropolizacao.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2013.

VIEIRA JR, Vilson. **Diagnóstico com beneficiários**. [jun. 2014]. Entrevista concedida a Thaíssa Dilly Alves, Serra/ES: 2014.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**: volume I. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2005.

WEBER, Maria Helena. Opinião pública, estratégia e produtos de comunicação organizacional. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. São Caetano do Sul, SP: *Difusão Editora*, 2011.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre, RS: Sulina, 2011.

ZÉMOR, Pierre. As formas da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge. (Org). **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 3 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

## ANEXO I



**UNIVERSIDADE**  
**VILA VELHA**  
ESPIRITO SANTO

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Programa de Pós-graduação - Mestrado em Sociologia Política

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS: DIAGNÓSTICO COM GESTORES

#### **1. Sobre a Relação entre a Agência Estatal e a Sociedade Capixaba:**

- a) Como você vê, compreende e percebe as relações entre a FAPES e a sociedade capixaba?**

Percebe a FAPES como distante da sociedade capixaba, ou não; como independente da sociedade capixaba, ou não? Por quê?

- b) Qual é efetivamente a contribuição da FAPES para a sociedade capixaba? Explique, por favor.**

- a) Qual a importância dessas políticas públicas para o Estado do Espírito Santo? Por quê?**

- b) Quais foram as principais ações para fortalecimento da interação entre os diversos atores sociais capixabas e as políticas de CT&I da FAPES?**

Quais as ações referentes à sua área, gerência ou unidade? Como são desenvolvidas/implementadas?

- c) Como entende a expressão função/missão pública e, de acordo com esse entendimento, o cargo que exerce? Explique, por favor.**

O que significa ser servidor público e ser servidor do público? Existe diferença, ou não? Explique, por favor.

#### **2. Sobre Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I):**

- c) Quais foram as prioridades e principais ações da FAPES na área de CT&I? Como são desenvolvidas/implementadas?**

Quais são as principais atividades de fomento à pesquisa e inovação da FAPES? Como são desenvolvidas/implementadas?

- d) Qual o papel da sua área/gerência no desenvolvimento/implementação de políticas de CT&I? Quais políticas são atribuídas a sua área, gerência ou unidade? Como são operacionalizadas?**





### **ROTEIRO DE ENTREVISTAS: DIAGNÓSTICO COM GESTORES**

#### **3. Sobre Acesso à Informação:**

- a) Na sua opinião, qual a importância do acesso do cidadão a informação?  
Explique, por favor.
- b) Considera legítimo que um cidadão solicite informações sobre a sua área, gerência ou unidade e/ou os serviços que ela presta, ou não? Por quê?
- c) Os pedidos de informação formulados pelos cidadãos devem ser justificados ou não? Por quê?
- d) Considera legítimo que a FAPES proteja determinadas informações, ou não?  
Explique, por favor.
- e) Na sua opinião, qual o papel da internet quanto ao alcance das informações públicas? Explique, por favor.

#### **4. Sobre a Participação Social:**

- a) O que você entende por Participação Social?
- b) Na sua opinião, qual a importância da participação contínua da sociedade na gestão pública?
- c) A sua área, gerência ou unidade se preocupa em implementar ou fortalecer processos de participação dos cidadãos nos assuntos da Fundação?
- d) Há alguma estratégia dirigida à Participação Social?

**Acrescente, por favor, qualquer outra observação que considere relevante para os temas aqui tratados.**

## ANEXO II



UNIVERSIDADE  
**VILA VELHA**  
ESPÍRITO SANTO

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Programa de Pós-graduação - Mestrado em Sociologia Política

### **ROTEIRO DE ENTREVISTAS: DIAGNÓSTICO COM BENEFICIÁRIOS**

#### **1. Sobre a Relação entre a Agência Estatal e a Sociedade Capixaba:**

**a) Como você vê, compreende e percebe as relações entre a FAPES e a sociedade capixaba?**

Percebe a FAPES como distante da sociedade capixaba, ou não; como independente da sociedade capixaba, ou não? Por quê?

**b) Na sua opinião, qual é efetivamente a contribuição da FAPES para a sociedade capixaba? Explique, por favor.**

**c) Na sua opinião, qual a importância das políticas públicas implementadas pela FAPES para o Estado do Espírito Santo? Por quê?**

**d) Você observou/conhece alguma ação/atividade desenvolvida pela Fundação para fortalecimento da interação entre os diversos atores sociais capixabas e as políticas de CT&I da FAPES? Comente, por favor.**

**e) Como você entende a expressão função/missão pública? Explique, por favor.**

O que significa ser servidor público e ser servidor do público? Existe diferença, ou não? Explique, por favor.

#### **2. Sobre Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I):**

**a) Você conhece alguma ação/atividade da FAPES na área de CT&I? Comente, por favor.**

**b) Na sua opinião, quais são as principais atividades de fomento à pesquisa e inovação da FAPES? Comente, por favor.**



### **ROTEIRO DE ENTREVISTAS: DIAGNÓSTICO COM BENEFICIÁRIOS**

#### **3. Sobre Acesso à Informação:**

- a) **Na sua opinião, qual a importância do acesso do cidadão a informação?**  
Explique, por favor.
- b) **Considera legítimo que um cidadão solicite informações sobre qualquer área, gerência ou unidade da FAPES e/ou os serviços que ela presta, ou não? Por quê?**
- c) **Os pedidos de informação formulados pelos cidadãos devem ser justificados ou não? Por quê?**
- d) **Considera legítimo que a FAPES proteja determinadas informações, ou não?**  
Explique, por favor.
- e) **Na sua opinião, qual o papel da internet quanto ao alcance das informações públicas?** Explique, por favor.

#### **4. Sobre a Participação Social:**

- a) **O que você entende por Participação Social? É importante? Por quê?**
- b) **Na sua opinião, qual a importância da participação contínua da sociedade na gestão pública? Comente, por favor.**
- c) **Na sua opinião, há um processo de participação dos cidadãos nos assuntos da Fundação? Comente, por favor.**
- d) **Você já participou de alguma reunião/evento desenvolvido para discutir assuntos relativos à FAPES ou relacionados às Políticas de CT&I da Fundação? Por quê?**

Acrescente, por favor, qualquer outra observação que considere relevante para os temas aqui tratados.

**ANEXO III**

UNIVERSIDADE  
**VILA VELHA**  
ESPÍRITO SANTO

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Programa de Pós-graduação - Mestrado em Sociologia Política

**TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO**

Eu, **ANILTON SALLES GARCIA**, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado/participar de pesquisa de campo referente à pesquisa para dissertação de mestrado, desenvolvida por **Thaíssa Dilly Alves**, na seguinte data **08/05/2014**.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) ainda dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo.

Autorizo que o teor de minha entrevista seja utilizado na dissertação de forma:

( ) Anônima/  Não anônima. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador/coordenador.

Sendo essa expressão da verdade, firmo o presente documento.

Vitória/ES, 08 de Maio de 2014.

Assinatura do entrevistado

**Anilton Salles Garcia**



Diretor Presidente/FAPES  
N.º Funcional: 3225666

**ANEXO IV**

UNIVERSIDADE  
**VILA VELHA**  
ESPÍRITO SANTO

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Programa de Pós-graduação - Mestrado em Sociologia Política

**TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO**

Eu, **ROSA MARIA TREVAS AZEVEDO**, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado/participar de pesquisa de campo referente à pesquisa para dissertação de mestrado, desenvolvida por **Thaíssa Dilly Alves**, na seguinte data **08/05/2014**.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) ainda dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo.

Autorizo que o teor de minha entrevista seja utilizado na dissertação de forma:

( ) Anônima/ (X) Não anônima. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador/coordenador.

Sendo essa expressão da verdade, firmo o presente documento.

Vitória/ES, 08 de Maio de 2014.

Assinatura do entrevistado

**ANEXO V**

UNIVERSIDADE  
**VILA VELHA**  
ESPÍRITO SANTO

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Programa de Pós-graduação - Mestrado em Sociologia Política

**TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO**

Eu, **LÚCIA APARECIDA DE QUEIROZ ARAÚJO**, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado/participar de pesquisa de campo referente à pesquisa para dissertação de mestrado, desenvolvida por **Thaíssa Dilly Alves**, na seguinte data **08/05/2014**.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) ainda dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo.

Autorizo que o teor de minha entrevista seja utilizado na dissertação de forma:

( ) Anônima/  Não anônima. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador/coordenador.

Sendo essa expressão da verdade, firmo o presente documento.

Vitória/ES, 08 de Maio de 2014.

Assinatura do entrevistado

## ANEXO VI



UNIVERSIDADE  
VILA VELHA  
ESPIRITO SANTO

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Programa de Pós-graduação - Mestrado em Sociologia Política

## TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

Eu virginia mora soole' declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado/participar de pesquisa de campo referente à pesquisa para dissertação de mestrado, desenvolvida por **Thaíssa Dilly Alves**, na seguinte data 08 | 05 | 2014.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) ainda dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo.

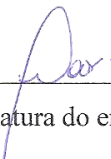
Autorizo que o teor de minha entrevista seja utilizado na dissertação de forma:

( ) Anônima/ (X) Não anônima. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador/coordenador.

Sendo essa expressão da verdade, firmo o presente documento.

virginia, 08 de maio de 2014.

(Local/ data)

  
Assinatura do entrevistado

## ANEXO VII

UNIVERSIDADE  
VILA VELHA  
ESPÍRITO SANTOPró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação  
Programa de Pós-graduação - Mestrado em Sociologia Política

## TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

Eu | Nilson Vieira Junior | declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado/participar de pesquisa de campo referente à pesquisa para dissertação de mestrado, desenvolvida por **Thaissa Dilly Alves**, na seguinte data 13 | 06 | 2014.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) ainda dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo.

Autorizo que o teor de minha entrevista seja utilizado na dissertação de forma: ( ) Anônima/  
 Não anônima. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador/coordenador.

Sendo essa expressão da verdade, firmo o presente documento.

| Serra (ES) |, 17 de 06 de 2014.  
(Local/ data)

Nilson Vieira Junior

Assinatura do entrevistado



## ANEXO VIII



UNIVERSIDADE  
VILA VELHA

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Programa de Pós-graduação - Mestrado em Sociologia Política

## TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

Eu | MOARA FERREIRA LACERDA | declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado/participar de pesquisa de campo referente à pesquisa para dissertação de mestrado, desenvolvida por **Thaíssa Dilly Alves**, na seguinte data | 21 | 06 | 2014 |.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) ainda dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo.

Autorizo que o teor de minha entrevista seja utilizado na dissertação de forma: ( ) **Anônima** (X) **Não anônima**. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador/coordenador.

Sendo essa expressão da verdade, firmo o presente documento.

| Vila Velha |, 22 de junho de 2014 |.  
(Local/ data)

Moara Ferreira Lacerda

## ANEXO IX



UNIVERSIDADE  
VILA VELHA  
ESPIRITO SANTO

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Programa de Pós-graduação - Mestrado em Sociologia Política

## TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

Eu | DANILO NEGREIROS | declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado/participar de pesquisa de campo referente à pesquisa para dissertação de mestrado, desenvolvida por **Thaíssa Dilly Alves**, na seguinte data | 25 | 06 | 2014 |.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) ainda dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo.

Autorizo que o teor de minha entrevista seja utilizado na dissertação de forma: ( ) Anônima/  
(X) Não anônima. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador/coordenador.

Sendo essa expressão da verdade, firmo o presente documento.

| VILA VELHA |, 25 de JUNHO de 2014 |.  
(Local/ data)

Daniilo Negreiros

Assinatura do entrevistado

## ANEXO X



UNIVERSIDADE  
VILA VELHA  
ESPIRITO SANTO

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Programa de Pós-graduação - Mestrado em Sociologia Política

## TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

Eu TAÍSSA RODRIGUES MARQUES DASILVA declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado/participar de pesquisa de campo referente à pesquisa para dissertação de mestrado, desenvolvida por **Thaíssa Dilly Alves**, na seguinte data 13 | 06 | 2014 |.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) ainda dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo.

Autorizo que o teor de minha entrevista seja utilizado na dissertação de forma: ( ) Anônima/  
(X) Não anônima. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador/coordenador.

Sendo essa expressão da verdade, firmo o presente documento.

Alegre, 13 de JUNHO de 2014 |.  
(Local/ data)

Thaíssa Rodrigues Dilly Alves  
Assinatura do entrevistado

## ANEXO XI

26/6/2014 Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO  
Portal do Governo do Estado do Espírito Santo

MAPA DO SITE

**10 anos apoiando ciência, tecnologia e iniciativas inovadoras no ES**

CONTATOS FALE CONOSCO WEBMAIL

Sobre a FAPES ▶ Quinta-feira 26 de Junho de 2014

Resoluções, Leis e Decretos ▶

Câmaras de Assessoramento ▶

Formas de Fomento ▶

Valores de Bolsas e Auxílios ▶

Instruções de Uso de diárias ▶

Editais e Resultados ▶

Recurso ao Resultado de Edital ▶

Formulários ▶

Prestação de Contas ▶

Notícias ▶

Relatórios de Atividades ▶

Endereço ▶

Downloads ▶

Logomarca ▶

Links Úteis ▶

**Fapes completa 10 anos investindo na ciência, tecnologia e inovação no Espírito Santo**

*Ascom/Fapes*



No dia 25 de junho de 2004, exatos 10 anos atrás, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) era criada, na época nominada Fundação de Apoio a Pesquisa do Espírito Santo, com objetivo de fomentar ações de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para geração e difusão do conhecimento no Estado do Espírito Santo, transformando a vida de muitos capixabas.

Inauguração do mural dos Presidentes da Fapes em comemoração aos 10 anos.

- Edital de participação em eventos encerra nesta quarta (25)
- Fapes oferece 400 bolsas de iniciação científica
- Evento debate inclusão digital no Espírito Santo
- Programa NossaBolsa transforma sonhos em realidade

**Mais Notícias**

**AVISO**

**IMPORTANTE: Lembramos que no dia (27/06/14) o horário de expediente será de 08:00 as 13:00 horas, sem intervalo para almoço.**

24/06/2014

**EDITAL FAPES 006/2014 – UNIVERSAL INDIVIDUAL**  
**LANÇAMENTO**  
23/06/2014

**EDITAL FAPES 004/2014 – COTAS INSTITUCIONAIS DE BOLSA ICT (Cronograma alterado em 24/06/2014)**  
**LANÇAMENTO DE EDITAL**  
24/06/2014

**EDITAL FAPES 007/2014 – UNIVERSAL INTEGRADO**  
**LANÇAMENTO**  
23/06/2014

**EDITAL FAPES nº 005/2014 - ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS E DE INOVAÇÃO PARA A 11ª SEMANA ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**ACESSIBILIDADE**  
A A A

**Acesso à Informação**

**FALE COM O GOVERNO. ACESSE A OUVIDORIA.**

SECRETARIA DE CÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO

**GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO**  
INICIAR E ESCOLHER

**Nossa Bolsa**

**mals.com**  
**mejos**

**CONFAP**

**CONSECTI**  
Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I

um Espírito Santo melhor para todos!

**Conheça os Programas do Governo do Espírito Santo**


**Periféricos**


**Prodest**  
Tecnologia da Informação

http://www.fapes.es.gov.br/ 1/3

## ANEXO XII

26/6/2014 :: Acesso à informação :: FAPES

 Governo do  
**Estado do Espírito Santo**

Acesso à  
Informação 

**FAPES - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESPÍRITO SANTO**

**SIC - Serviço de Informação ao Cidadão**

Esta página reúne e divulga, de forma espontânea, dados do órgão que são de interesse coletivo ou geral com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública, conforme determina a [Lei de Acesso à informação](#) (Lei 12.527, de 18/11/2011).

**Institucional**

- Organograma
- Competências
- Contatos
- Horários de Atendimento

**Ações, Programas e Obras**

- Programas e ações
- Obras


**Convênios**

**Despesas**

**Licitações e Contratos**

**Servidores**

**Perguntas Frequentes**

 2012 - GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO 1334 VISITANTES

<http://www.acessoainformacao.es.gov.br/fapes> 1/1

## ANEXO XIII

26/6/2014 Portal da Transparência do Governo do Estado do Espírito Santo > O que é o Portal?

Governo do Estado do Espírito Santo  
**PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**  
 Secretaria de Estado de Controle e Transparência

O que é o Portal? | Glossário | Legislação | Manual de Navegação | Dados Abertos | Mapa do Site | Acessibilidade | A A+ A+ [ ]

RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIO E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

### O que é o Portal?

O Portal da Transparência é uma iniciativa do Governo do Estado do Espírito Santo para divulgar dados e informações da gestão governamental, possibilitando que a sociedade participe e acompanhe a aplicação dos recursos públicos.

O objetivo é dar maior transparência aos atos administrativos e contribuir para o aumento do controle social, da gestão democrática na Administração Pública estadual e do combate à corrupção.

No Portal, as consultas estão disponíveis aos usuários tanto em formato de tabelas como de gráficos, em linguagem simples, com navegação amigável, podendo as informações ser assimiladas por qualquer pessoa, independente de familiaridade com o sistema financeiro-orçamentário brasileiro.

**SECONT**  
 Saiba mais sobre o órgão responsável pela Transparência do Estado.

**OUVIDORIA**  
 O Estado quer te ouvir. Deixe aqui suas críticas e sugestões.

**PERGUNTAS FREQUENTES**  
 Veja as principais dúvidas sobre o Portal.

**Endereço**  
 Av. Governador Bley, 236 - 8º andar  
 Centro, Vitória - ES, CEP 29010-150

**Contato**  
 transparencia@secont.es.gov.br  
 0800 022 11 17

**Redes Sociais**  
 f /Estransparencia | t @Estransparencia

2012. Conteúdo e dados do Portal da Transparência licenciados sob uma Licença Creative Commons [CC BY-ND]

Acesso à Informação | Prodest

[http://www.transparencia.es.gov.br/menu\\_principal/sobre\\_portal.asp](http://www.transparencia.es.gov.br/menu_principal/sobre_portal.asp) 1/1